



UFPE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO

DANIELLE KARINA SANTOS OLIVEIRA PEDROSA SOARES

**POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA EM RECIFE E REGIÃO
METROPOLITANA: Visibilidade e/ou reforço de estigma na mídia
impressa local?**

Recife

2018

DANIELLE KARINA SANTOS OLIVEIRA PEDROSA SOARES

**POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA EM RECIFE E REGIÃO
METROPOLITANA: Visibilidade e/ ou reforço de estigma na mídia
impressa local?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – PPGSS/UFPE para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Linha de Pesquisa: Estado, Políticas Sociais e Ação do Serviço Social.

Área de Concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Cristina Brito Arcoverde.

Recife
2018

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S676p

Soares, Danielle Karina Santos Oliveira Pedrosa

População adulta em situação de rua em Recife e região metropolitana: visibilidade e/ ou reforço de estigma na mídia impressa local? / Danielle Karina Santos Oliveira Pedrosa Soares. - 2018.

149 folhas: il. 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Brito Arcoverde.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2018.

Inclui referências e anexos.

1. População em situação de rua. 2. Recife e região metropolitana do Recife. 3. Mídia impressa. I. Arcoverde, Ana Cristina Brito (Orientadora). II. Título.

361 CDD (22. ed.)

UFPE (CSA 2019 – 087)

DANIELLE KARINA SANTOS OLIVEIRA PEDROSA SOARES

POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA EM RECIFE E REGIÃO METROPOLITANA: Visibilidade e/ ou reforço de estigma na mídia impressa local?

Aprovada em: 06/09/2018.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – PPGSS/UFPE para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Linha de Pesquisa: Estado, Políticas Sociais e Ação do Serviço Social.

Área de Concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Ana Cristina Brito Arcoverde (Orientadora e Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof.^a Dra. Helena Lúcia Augusto Chaves (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof.^a Dra. Ana Carolina Aguerri Borges da Silva (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof.^a Dra. Maria Alexandra da Silva Monteiro Mustafá (Suplente Interna)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof.^a Dra. Cristina Maria Pinto Albuquerque (Suplente Externa)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Aos meus pais Simone e Artur, e minha
irmã Gisely, meu porto seguro. À minha
querida avó Epione (*In memoriam*).

À minha querida avó Isabel (*In memoriam*),
analfabeta que lutou para que filhos e
netos tivessem acesso aos estudos.

AGRADECIMENTOS

Há momentos na vida em que realizar um sonho pode ser muito mais difícil do que planejamos e apenas podemos fazê-lo quando temos o apoio de muitas pessoas envolvidas. O processo de cursar o mestrado na condição de assistente social assalariada, como tantos outros trabalhadores que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver, tornou muito mais difícil de se concretizar. Enfim, materializa-se na conclusão desta dissertação.

Chegado este momento, é necessário expressar a minha gratidão.

Primeiramente agradeço a Deus, porque acredito que tem se feito presente em minha vida de várias formas e minha fé tem se renovado a cada dia em que as dificuldades são superadas.

Agradeço à minha orientadora, Prof.^a Ana Arcoverde, pela contribuição com a construção deste trabalho, por acreditar em mim e pela paciência que me conduziu para a conclusão do curso de mestrado.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE, que me deu a oportunidade de cursar o mestrado. Particularmente, expresso minha gratidão aos docentes com os quais tive a oportunidade de construir conhecimentos compartilhados durante as disciplinas cursadas, a saber: Ana Arcoverde, Ana Vieira, Angela Amaral, Ana Elizabete Mota, Colin Darch, Helena Chaves, Juliane Peruzzo e Marco Mondaini.

A todas às pessoas em situação de rua com as quais tive a oportunidade de realizar atendimento durante o exercício profissional de assistente social e me motivaram a estudar sobre esta temática. Agradeço especialmente a Maria José da Conceição, de apelido “Nicole”, mulher em situação de rua que me proporcionou verificar na prática a negligência do Estado em relação a esta população.

A todos os amigos da turma do mestrado, especialmente Crismanda Ferreira, Antonio Israel, Alcides Campelo, Kim, Lucas Bezerra, Lucas Araújo e Priscila Cordeiro, pelos conhecimentos compartilhados, pelo carinho e apoio para a conclusão do curso.

À minha família querida, única razão pela qual permaneço neste mundo e concluindo este ciclo. À minha mãe Simone, por todo amor, cuidado, companheirismo nos momentos mais difíceis. Ao meu pai Artur, que mesmo sem compreender sobre o que estudo, me apoiou de todas as formas possíveis e com todo carinho. À minha irmã Gisely, pela paciência, cuidado comigo e por me suportar nos momentos de crises de ansiedade. Ao meu tio Renato por todo carinho e principalmente por me fazer rir quando eu apenas tive vontade de chorar. E à minha avó Epione (*in memoriam*) por incentivar a priorização dos estudos.

Às pessoas de fé que me apoiaram da melhor forma possível, emanando boas energias e orações: Adonias Guimarães, Juliana Nascimento, Thatyanne Rocha, Aline Moura e Juliane Gonçalves.

Às minhas amigas que conheci na graduação e levarei para toda a vida, que foram tão importantes para me motivar a ingressar no mestrado: Adelina Maria, Aline Souto, Sergiane Alves, Ingrid Karla, Niedja Lima, Renata Maia, Mayara Viana, Luana Soares, Camilla Oliveira e Monica Velez.

Às amigas de trabalho do Hospital Miguel Arraes, Wana Lopes, Ana Fabíola Freitas, Bárbara Cabral e Fabíola Pimentel, por todas as palavras de apoio, compreensão e principalmente por se disponibilizarem a trocar plantões para que eu pudesse cursar as disciplinas do mestrado.

Gratidão a todos!

*Bebida é água!
Comida é pasto!
Você tem sede de quê?
Você tem fome de quê?...*

*A gente não quer só comida
A gente quer comida
Diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída
Para qualquer parte...*

*A gente não quer só comida
A gente quer bebida
Diversão, balé
A gente não quer só comida
A gente quer a vida
Como a vida quer...*

*Bebida é água!
Comida é pasto!
Você tem sede de quê?
Você tem fome de quê?...*

*A gente não quer só comer
A gente quer comer
E quer fazer amor
A gente não quer só comer
A gente quer prazer
Prá aliviar a dor...*

*A gente não quer
Só dinheiro
A gente quer dinheiro
E felicidade
A gente não quer
Só dinheiro
A gente quer inteiro
E não pela metade... [...]*

(ANTUNES, A.; BRITO, S.; FROMER, M., 1987.)

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo geral analisar as formas que o fenômeno da população em situação de rua na cidade do Recife e Região Metropolitana vem sendo enfrentado pelo poder público em seus níveis de governo, pela sociedade civil, e a contribuição da mídia impressa para dar visibilidade a esta população e suas lutas por direitos. Para isso, foi considerado aspecto da oferta de serviços e da forma como tal segmento populacional é tratado na agenda pública nos níveis de governo, a partir da hipótese de que mesmo após a implantação em nível nacional da Política Nacional para a População em Situação de Rua e os equipamentos em níveis estaduais e municipais para atendimento a esta população, são serviços insuficientes para atendimento a este público e essa população continua na condição de invisibilidade diante do poder público e da sociedade civil. O estudo consistiu em pesquisa empírica nos centros Pop's de cidades da Região Metropolitana do Recife e de pesquisa documental através de análise de matérias de jornais de grande circulação local, utilizando a técnica de análise de conteúdo. Com o objetivo de embasar teoricamente o estudo, realizamos o resgate das concepções clássicas sobre Estado para compreender as formas como atualmente o Estado intervém através de políticas públicas para atender à população em situação de rua; e ainda elencamos os conceitos de pobreza e exclusão social como necessários para compreender a população em situação de rua. Nesta dissertação trabalhamos com o entendimento que a população em situação de rua apresenta-se enquanto expressão da questão social, desta forma, também apresenta especificidades relacionadas ao marco temporal ou à localização espacial. As determinações estruturais para a existência dessa população estão vinculadas à formação da sociedade capitalista e ao seu modo de produção e reprodução, na medida em que se constitui como parcela de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva excedente à capacidade de absorção do mercado de trabalho. Ao analisarmos as matérias de jornais e os serviços ofertados para a população em situação de rua na Região Metropolitana do Recife, tornou-se notório que há visibilidade da referida população através das publicações na mídia impressa, entretanto de modo que o destaque é maior em relação às notícias que tratam de violência sofrida pela população em situação de rua. Concomitante à visibilidade da população em situação de rua nos jornais está o reforço de estigmas que pode ser observado através de opiniões de leitores publicadas nos jornais acerca de pessoas que vivem nas ruas, bem como em termos pejorativos utilizados por vezes pelos jornais. Ainda se verifica, tanto pela pesquisa de campo quanto pela análise das matérias dos jornais, que a oferta de serviços públicos para a população em situação de rua na Região Metropolitana do Recife é frágil e insuficiente, refletindo a tendência geral do sucateamento dos serviços da Assistência Social no neoliberalismo e ainda a invisibilidade histórica que esta população teve diante da agenda pública estatal.

Palavras-chave: População em situação de rua. Recife e Região Metropolitana do Recife. Mídia impressa.

ABSTRACT

This dissertation has as general objective to analyze how the homeless population occur in the city of Recife and Metropolitan Region, which is being faced by the public authorities at their levels of government, civil society and the contribution of the print media to give visibility to the population. this population and their struggles for copyright. To this end, it was considered an aspect of the provision of services and the way the population segment is treated in the public agenda at government levels, based on the hypothesis that follows the implementation of the National Street Population Policy at the national level and the equipment at state and municipal levels to serve this population are insufficient services to serve this public and this population remains invisible to the public power and civil society. The study consisted of empirical research in the Pop's centers of cities in the metropolitan region of Recife and documentary research through the analysis of newspaper articles of large local circulation, using the technique of content analysis. In order to theoretically support the study, we rescued the classical conceptions of the state to understand the ways in which the state currently intervenes through public policies to serve the homeless population; We also list the concepts of poverty and social exclusion as necessary to understand the homeless population. In this dissertation we work with the understanding that the homeless population is presented as an expression of the social issue, thus, also presents specificities related to the time frame or spatial location. The structural determinations for the existence of this population are linked to the formation of the capitalist society and its mode of production and reproduction, as it is constituted as part of a relative overpopulation or reserve industrial army in excess of the absorption capacity of the labor market. When analyzing the newspaper articles and the services offered to the homeless population in the Metropolitan Region of Recife, it became clear that there is visibility of this population through publications in the print media, however, so that the highlight is greater in relation to to the news dealing with violence suffered by the homeless population. Concomitant with the visibility of the homeless population in newspapers is the reinforcement of stigmas that can be observed through newspaper readers' opinions about people living on the streets, as well as in pejorative terms sometimes used by newspapers. Both in the field research and in the analysis of newspaper articles, it can be seen that the provision of public services to the homeless population in the metropolitan region of Recife is fragile and insufficient, reflecting the general tendency of the scrapping of the Assistance services. Social in neoliberalism and also the historical invisibility that this population had before the state public agenda.

Keywords: Population in street situation. Recife and Metropolitan Region of Recife. Print media.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Mapa das famílias em situação de extrema pobreza no município de Abreu e Lima	60
FIGURA 2 - Composição da equipe de referência do Centro Pop com capacidade para atendimento a até 80 casos (família/indivíduos) recomendada pelo MDS.....	61
GRÁFICO 1 - Relação das matérias dos jornais quanto à temática do conteúdo abordado	69
QUADRO 1 - Matérias de jornais com tema sobre violência contra a população em situação de rua.....	72
QUADRO 2 - Matérias de jornais com tema sobre caridade com pessoas em situação de rua.....	74
QUADRO 3 - Matérias de jornais com tema sobre acesso a direitos e luta por direitos	78
QUADRO 4 - Matérias de jornais com tema sobre negação de direitos à população em situação de rua	82

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CENTRO POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNPSR – Política Nacional para População em Situação de Rua

RMR – Região Metropolitana da cidade de Recife

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	A RELAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE	22
2.1	A relação entre estado e sociedade: reflexões necessárias	23
2.2	A particularidade histórica da relação entre Estado e sociedade civil no Brasil	31
3	FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA O ESTUDO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	37
3.1	Pobreza e exclusão social: conceitos necessários para compreender a população em situação de rua	37
3.2	A população em situação de rua: contexto histórico e caracterização	42
3.3	A trajetória das políticas de enfrentamento à pobreza no Brasil e a população em situação de rua	46
4	A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM RECIFE E REGIÃO METROPOLITANA	53
4.1	A organização dos serviços no âmbito da assistência social para a população adulta em situação de rua	54
4.2	A experiência dos Centros Pop da Região Metropolitana do Recife	57
4.3	A invisibilidade e/ou reforço do estigma da população em situação de rua na mídia impressa local	66
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
	REFERÊNCIAS	91
	ANEXO - MATÉRIAS DE JORNAIS SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	95

1 INTRODUÇÃO

A existência de pessoas que fazem das ruas seu espaço de moradia e sobrevivência, vivenciando violações de direitos, e sem as condições mínimas para a sobrevivência, é um fenômeno evidente nos grandes centros urbanos do Brasil.

A população em situação de rua constitui-se na contemporaneidade um fenômeno de múltiplos determinantes, podendo ser resultado de questões de ordem econômica, social, cultural, política e até psicológicas. Tal fenômeno apresenta-se enquanto uma expressão da questão social que se coloca como desafio para o poder público no sentido de enfrentar e superá-lo ao efetivar políticas que sejam capazes de promover mudanças significativas nas condições de vida dessa população.

Ao ser entendido enquanto expressão da questão social, é importante ressaltar que a questão social deve ser apreendida nos marcos da sociedade capitalista. Karl Marx ao revelar o processo de produção do capital, explicou a dinâmica da questão social, enquanto um complexo amplo, que não pode ser redutível à compreensão do pauperismo. Ao analisar a “lei geral da acumulação capitalista”, Marx desvelou a anatomia da questão social, entendida como parte constitutiva do desenvolvimento do capitalismo e elementarmente determinada pela exploração própria da relação capital/trabalho (NETTO, 2001).

A questão social é indissociável da estrutura da sociedade capitalista, mas suas expressões assumem especificidades de acordo com o contexto histórico. A população em situação de rua, entendida como expressão da questão social, desta forma, também apresenta especificidades relacionadas ao marco temporal ou à localização espacial. As determinações estruturais para a existência dessa população estão vinculadas à formação da sociedade capitalista e ao seu modo de produção e reprodução, na medida em que se constitui como parcela de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva excedente à capacidade de absorção do mercado de trabalho.

A questão social e suas expressões passam por novas mediações históricas a partir da crise dos anos de 1970, com a alteração nas formas de produção e gestão do trabalho com a mundialização do capital através da financeirização da economia para acumulação de capital. Estas mudanças alteraram as relações entre Estado e sociedade.

Conforme lamamoto (2001), existem quatro aspectos que atribuem novas mediações históricas à produção da questão social no cenário contemporâneo. O primeiro aspecto diz respeito à lógica de financeirização da economia que provoca crises e gera recessão, concentração de riqueza, aumento da pobreza e agravamento da questão social.

O segundo aspecto que a autora destaca refere-se à esfera de produção, com o modelo de acumulação flexível, que afeta os processos de trabalhos, padrões de consumo, direitos sociais e trabalhistas, etc. Aumenta a competitividade no cenário internacional, juntamente com a exigência de redução de custos, rebaixando os custos com o chamado “fator trabalho”, exigindo um trabalhador polivalente, com a terceirização, redução da demanda por trabalho vivo e cortes de salários e direitos.

No tocante à relação entre o Estado e a sociedade, sofre grandes mudanças através da influência do ideário neoliberal que se traduz na intervenção do Estado a serviço dos interesses privados e a necessidade de redução dos gastos sociais do Estado na intervenção às expressões da questão social. Isto resulta num processo amplo de privatização da coisa pública.

Estas mudanças afetam ainda as formas de sociabilidade, o que lamamoto (2001) destaca como o quarto aspecto que impõe novas mediações históricas ao processo da questão social. Há a prevalência de uma lógica da competitividade, na qual o individualismo é reforçado, fragmentando as relações sociais, concomitante à tendência a um apelo à solidariedade frente à degradação das condições de vida de grande parte da população.

São essas tendências que influenciaram a forma como o Estado brasileiro interviu nas expressões da questão social, acompanhando a tendência do cenário internacional no período após mudança para o padrão de acumulação flexível. E, no que diz respeito ao fenômeno da população em situação de rua,

por muito tempo esteve fora da agenda pública e foi tratada com repressão ou com ações de solidariedade da sociedade civil para suprir necessidades básicas de sobrevivência.

O Brasil é um país no qual existe um grande número de pessoas vivendo em situação de rua. Segundo relatório da primeira pesquisa nacional sobre a população em situação de rua realizada entre agosto de 2007 e março de 2008 publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, estima-se que cerca de 50.000 pessoas estejam em situação de rua no Brasil. Considerando que nas grandes cidades este fenômeno é mais expressivo, tal pesquisa foi realizada com cidades nas quais o número de habitantes foi igual ou superior a 300 mil.

Em relação ao estado de Pernambuco, a capital Recife figura uma metrópole na qual o fenômeno da população em situação de rua tem número expressivo e a problemática começa a ser reconhecida e tornar-se parte da agenda estatal na década de 2000, sendo evidenciado com o primeiro levantamento de pessoas vivendo em situação de rua na referida cidade, em 2005. Tal levantamento apontou que existiam à época 1.390 pessoas em situação de rua na cidade, sendo que em casas de acolhida e/ou abrigos foram encontradas 185 (85 em unidades do IASC e 100 de outras organizações), e nas ruas da cidade foram registradas 1.205 pessoas. (RECIFE, 2005)

Estes dados, juntamente com os relativos à pesquisa nacional sobre a população em situação de rua no Brasil realizada em 2008¹, contribuíram para subsidiar a elaboração da Política Nacional para a População em Situação de Rua no país, no ano de 2009. No tocante à esfera estadual, em Pernambuco, a partir de 2013, o Decreto nº 39.851, instituiu o Programa Vida Nova - Pernambuco Acolhendo a População em Situação de Risco e Rua; em seguida no ano de 2015, a lei nº 15.551, de 10 de julho de 2015, instituiu o Incentivo Vida Nova destinado aos usuários do programa vida nova - Pernambuco acolhendo a população em situação de risco e rua.

¹ Nesta pesquisa a cidade de Recife não esteve incluída porque já havia sido realizado o censo na mesma no ano de 2005.

Em relação à garantia de direitos para a população em situação de rua no âmbito legal, pode-se considerar que no final da década de 2000 o Estado demonstra intervir neste sentido, após anos de omissão em relação a este segmento da população.

Considerada como um avanço na atenção a este segmento da população brasileira, as legislações supramencionadas, na prática, ainda encontram desafios ou são limitadas na garantia do acesso a direitos básicos para a subsistência e para promover mudanças significativas nas condições de vida desta população. É um indicativo os dados recentes divulgados pelo levantamento dos abrigos da Prefeitura do Recife², de novembro de 2016, 1.040³ pessoas foram identificadas em situação de rua, destas, 10% vivem há mais de dez anos nas rua. O fenômeno permanece e, se amplia e se complexifica sem enfrentamentos eficazes que o minimizem ou superem.

Sob este norteamento teórico, esta dissertação tem por objetivo geral apontar as formas que o Estado e também a sociedade civil vem enfrentando o fenômeno da população em situação de rua na cidade do Recife e região metropolitana, considerando no primeiro o tocante ao aspecto da oferta de serviços e da forma como tal segmento populacional é tratado na agenda pública nos níveis de governo.

Ainda, por entender que o fenômeno da população em situação de rua é predominantemente urbano, concentrando-se em grandes cidades, para compreender a realidade buscou-se analisar nesta dissertação, além da capital Recife, as cidades da Região Metropolitana que também apresentam demandas de pessoas em situação de rua pelos serviços públicos da assistência social. Desta forma, norteou-se pelos seguintes questionamentos: Que serviços são oferecidos? Os equipamentos e os serviços são suficientes? Como cada

² CABRAL, Tiago. Moradores de rua sofrem com falta de abrigo noturno no Recife. **Folha de Pernambuco**, Recife, 19 de agosto de 2017. Caderno Cotidiano. Disponível em: http://www.folhape.com.br/noticias/noticias/cotidiano/2017/08/19/NWS,38647,70,449,NOTICIAS_2190-MORADORES-RUA-SOFREM-COM-FALTA-ABRIGO-NOTURNO-RECIFE.aspx. Acesso em: dezembro/ 2017.

³ Note-se que este quantitativo é relativo às pessoas em situação de rua que foram atendidas pelas instituições destinadas a estes usuários.

município e seu nível de governo responde à tais demandas? Como a sociedade civil está lidando com o fenômeno da população em situação de rua?

O estudo da temática da população em situação de rua tem tomado visibilidade no âmbito acadêmico e por parte do poder estatal, principalmente nos últimos dez anos. A evidente e crescente demanda deste público, concomitante ao processo de mudanças no mundo do trabalho, e a falta de acesso desta população aos direitos básicos para sobrevivência (mesmo que no âmbito legal, da assistência social tenha sido garantida enquanto direito após a Constituição Federal de 1988), suscitaram o interesse de pesquisadores, principalmente das Ciências Sociais.

Estudos recentes de Ouriques (2016) e Silva (2012) demonstram como a temática da população em situação de rua tem tomado protagonismo nos estudos acadêmicos, principalmente nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, em nível de Mestrado e Doutorado. Dentre os eixos de estudo em relação a esta população, tem se destacado “condição e modo de vida”, “rede de atendimento”, “trabalho”, “inserção e reinserção produtiva” e a “saída das ruas”.

Acompanhando esta tendência de estudos acerca da população em situação de rua (PSR), o desenvolvimento desta dissertação está vinculada ao interesse no estudo do acesso ou falta deste aos direitos sociais, pela população em situação de rua. Tal interesse advém da prática profissional na área de Serviço Social, na qual o atendimento à população supracitada no Recife e RMR esbarra nos limites da fragilidade da rede de assistência social, apesar de haver atualmente um aparato legal para o acesso desta população aos direitos sociais.

Ainda em relação à primeira pesquisa nacional sobre a população em situação de rua realizada em 2008, apontou que a maior parte dessa população não era atingida pelos programas governamentais: 88,5% afirmaram não receber qualquer benefício dos órgãos governamentais. Entre os benefícios recebidos, foram destacados a aposentadoria (3,2%), o Programa Bolsa Família (2,3%) e o Benefício de Prestação Continuada – BPC (1,3%).

Estes dados demonstram como o acesso a benefícios sociais, em nível nacional era ínfimo à época, antes da construção da PNPSR. Entretanto, não se tem nesta pesquisa os dados referentes aos estados, de modo que dificulta a

compreensão do fenômeno em nível local. A falta de divulgação de novos dados oficiais acerca da realidade da PSR no Brasil e em cada estado dificulta a intervenção e demonstra em parte o descaso do Estado em promover a efetivação de direitos para esta população.

Em matéria intitulada “População de rua cresce no Recife”, publicada pelo Jornal Folha de Pernambuco, em 21 de abril de 2017, o Ministério Público de Pernambuco divulgou que existiam mais de 3 mil pessoas vivendo em situação de rua, apenas na cidade do Recife. A gestão da Prefeitura do Recife contestou a informação, afirmando que no ano de 2016 contabilizava 976 pessoas vivendo nesta condição. A contradição de informações, a falta de atuação do poder público demonstra o descaso no sentido de atender este segmento.

A relevância deste estudo se dá principalmente no sentido de compreender como o fenômeno da população em situação de rua vem se expressando no estado de Pernambuco e a atuação do poder estatal, no tocante a assistência social para viabilização do acesso a direitos desta população. O estudo teve enfoque no marco temporal de 2012 a 2017 com a intenção de analisar o contexto no qual já se consolida razoavelmente a nível nacional e estadual as políticas para a PSR⁴.

Ainda, há importância nesta pesquisa em se tratar de estudar municípios do estado de Pernambuco, uma vez que as produções acadêmicas recentes acerca da população em situação de rua neste estado enfocam apenas a cidade de Recife. Como estudos mais recentes destacam-se o de Silva (2015), que realizou pesquisa na cidade de Recife, enfocando a questão do trabalho enquanto forma de garantir a cidadania das pessoas que vivem em situação de rua para que estas saiam desta condição; e ainda, Lima (2009), que realiza a pesquisa de atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Recife.

⁴Considera-se aqui os marcos legais, em nível nacional da Lei nº 11.258, 30/12/05, que altera a LOAS com a inclusão da obrigatoriedade de criação de programas de amparo à população em situação de rua no âmbito da organização dos serviços na assistência social; e do Decreto Presidencial nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Em nível estadual, o Decreto nº 39.851, que instituiu o Programa Vida Nova - Pernambuco Acolhendo a População em Situação de Risco e Rua; no ano de 2015, a lei nº 15.551, de 10 de julho de 2015, institui o Incentivo Vida Nova destinado aos usuários do programa vida nova - Pernambuco acolhendo a população em situação de risco e rua.

Em relação à forma como o Estado vem tratando a população adulta em situação de rua na cidade de Recife e Região Metropolitana, torna-se notório principalmente através dos meios de comunicação que divulgam informações, que há omissão do poder público no tocante a efetivar políticas capazes de atender à demanda crescente desta população.

Em matéria publicada pelo jornal Diário de Pernambuco, em 16 de agosto de 2017, intitulada “Mutirão para a população em situação de rua marca dia de luta por abrigo noturno”, relata como um coletivo organizado por ONG’s, igrejas e grupos informais da sociedade civil realizaram um mutirão para atender a população em situação de rua com ações assistenciais de higiene e alimentação, orientações sobre regularização de documentos, mas também para cobrar do poder público a criação de abrigo noturno para atender à referida população. Percebe-se a indiferença do poder público em relação à população de rua e a execução de ações pontuais para prestar assistência à essa população, com o mínimo necessário para sobrevivência.

Outro aspecto que se destaca em relação ao tratamento com a população em situação de rua no estado, sobretudo noticiado nos principais jornais é a violência sofrida por estas pessoas. Em apenas um mês, de setembro a outubro de 2017 foram noticiados três casos de violência contra pessoas em situação de rua⁵. Deste modo é notório que a condição de vivência nas ruas deixam ainda estas pessoas expostas à violência, que pode ser oriunda de pessoas da sociedade civil ou a repressão do próprio Estado.

Neste sentido, as **hipóteses** sob as quais este estudo esteve orientado, assentaram-se na histórica omissão do Estado no sentido de promover a inserir da população em situação de rua na proteção social, especificamente por meio e na política de assistência social:

- 1) As políticas adotadas em nível nacional e, em nível local, para atendimento à população em situação de rua são organizadas e executadas por meio de uma rede de serviços limitadas de forma que

⁵DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Morador de rua é queimado em Santo Amaro**. Recife, 02 de outubro de 2017. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2017/10/02/interna_vidaurbana,724869/morador-de-rua-e-queimado-em-santo-amaro.shtml Acesso em: janeiro de 2018.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Morador de rua é agredido a pauladas na Avenida Caxangá**. Recife, 12 de setembro de 2017.

o direito à assistência social, previsto na PNAS e na PNPSR, se faz precário e insuficiente para dar conta dessa demanda;

2) Ainda prevalece o descaso e a repressão do poder público em relação à população em situação de rua, deixando que a iniciativa da sociedade civil de Pernambuco se faça por meio de ações típicas da caridade, e do assistencialismo como garantia do mínimo necessário para a subsistência desta população.

3) A mídia impressa de grande circulação em Recife e RMR tem contribuído para dar visibilidade à questão da população adulta em situação de rua em Recife e RM e também reforça estigmas em relação à esta população.

Sob este norteamento, esta dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo realizamos o resgate teórico dos fundamentos da relação Estado e sociedade através das concepções clássicas do Estado que influenciam até os dias atuais as formas como o Estado adota as políticas públicas. Ainda neste capítulo resgata-se a particularidade da relação Estado e sociedade na realidade brasileira, com o objetivo de elucidar a forma como se constituiu esta relação e as formas como o Estado brasileiro lidou historicamente com as expressões da questão social.

No segundo capítulo explicita-se os fundamentos teóricos utilizados para compreender a população em situação de rua. São trazidos os conceitos pobreza e exclusão social, que são entendidos como necessários para o estudo dessa população, além dos determinantes estruturais e as características da referida população. Ainda neste capítulo realizamos uma relação das políticas de enfrentamento à pobreza no Brasil e o que tange à população em situação de rua nestas políticas.

No terceiro capítulo trazemos a análise da população em situação de rua em Recife e Região Metropolitana do Recife através de duas perspectivas. A primeira diz respeito ao relato da experiência da pesquisa realizada nos centros Pop's da Região Metropolitana do Recife, através da observação participante. A

segunda perspectiva diz respeito à forma como a população em situação de rua está presente nas notícias da mídia impressa local, que foi possível ser analisada a partir da realização da metodologia de pesquisa documental realizada nas matérias dos jornais Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio e a análise de conteúdo destas matérias.

2 A RELAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE

A população em situação de rua constitui na contemporaneidade um fenômeno de múltiplos determinantes, expressão da questão social que se coloca como desafio e demanda para o poder público no sentido de planejar, elaborar e efetivar políticas sociais capazes de promover mudanças significativas nas condições de vida dessa população.

Para entender a realidade da população em situação de rua no Brasil e no caso deste trabalho, em Recife e RMR, é necessário buscar elementos para refletir sobre a relação entre Estado e sociedade. Isto porque trata-se de uma relação contraditória e historicamente determinada pela dinâmica das relações sociais, que em contextos econômicos e políticos distintos datados, a intervenção pública do Estado dependerá de assumir um perfil restrito ou ampliado⁶.

Neste sentido, este capítulo trata do resgate das concepções clássicas acerca do Estado, como forma de suporte teórico para compreender as formas como o Estado e sociedade vem lidando com o fenômeno da população adulta em situação de rua. Entendemos que a intervenção do Estado através de políticas públicas lida com interesses distintos e há na contemporaneidade a influência do ideário neoliberal que traz a tendência à desresponsabilização do Estado na intervenção nas expressões da questão social através de políticas públicas e a responsabilização da sociedade civil para assumir essa função, muitas vezes através das organizações não governamentais.

Desta forma, torna-se importante realizar o resgate das perspectivas clássicas para compreender o modo como o Estado conduz a intervenção nas expressões da questão social.

⁶ Com base na perspectiva gramsciana, entende-se como Estado restrito aquele que limita o poder à esfera privada de interesses de uma determinada classe, que utiliza-se da coerção para controlar a sociedade civil; quanto ao ampliado, pode-se compreender como aquele que abrange interesses de diferentes segmentos da sociedade civil, pois é composto pela sociedade civil e sociedade política, no qual o objetivo é construir estratégias de consenso da sociedade civil para conseguir que seus interesses sejam representados. Este Estado ampliado utiliza-se também da coerção para ser acionada quando seu poder estiver ameaçado (COUTINHO, 1995).

2.1 A relação entre Estado e sociedade: reflexões necessárias

A concepção acerca do Estado não é fixa e universal, e que durante o percurso da história podem ser encontradas diversas formas de organização de sociedade e Estado. Mas, como trata Baiardi (1996) Estado e sociedade passaram por estágios evolutivos, da forma antiga (3000 a.C. ao século V d.C.) para a feudal (700 – 800 d. C. ao século XV) e posteriormente para Estado e sociedade por categorias. O surgimento do Estado burocrático nacional e sociedade civil se dá a partir do século XII (BAIARDI apud MENDES, 1998). Para compreender como atualmente se desenvolvem as ações do Estado, torna-se necessário realizar um resgate das concepções clássicas sobre o Estado, pois norteiam a reflexão sobre a ordem política nas sociedades contemporâneas. Estas concepções remontam ao século XVI, com a gênese do Estado moderno, momento em que há discussões filosóficas e políticas em torno do papel do Estado e da sociedade civil, tomados pelo ânimo do iluminismo, com a possibilidade de questionamento sobre a centralidade da razão (KOLODY, 2011).

As discussões em torno da sociedade civil foram travadas desde a sua gênese junto ao conceito de Estado. Como analisa Arcoverde (2010), nas democracias das sociedades capitalistas, as teorias sobre o Estado como produção social estiveram influenciadas por três aspectos:

- O surgimento do capitalismo como uma forma de produção social resultando numa explosão da produtividade do trabalho humano;
- A expansão dos estados burocráticos como estruturas de poder que mantêm o controle policial e militar das populações potencialmente rebeldes e reproduzem as condições da acumulação capitalista;
- O estabelecimento de instituições democráticas que proporcionam veículos para a participação política e a representação dos cidadãos comuns. (ARCOVERDE, 2010, p. 20)

Neste sentido o Estado é uma construção social que na modernidade tem o racionalismo central para sua explicação. Cada perspectiva teórica-ideológica interpreta diferentemente a história, a estrutura e as funções do Estado, mas, com exceção de Georg Hegel, pode-se identificar que há unanimidade nos autores resgatados neste texto, quanto a esse ser uma construção da sociedade e com a tal assume compromissos. Pode-se destacar três concepções que se

desdobram sobre a função do Estado, a saber: a concepção liberal; a concepção democrático-burguesa e a concepção marxiana.

Como representantes da **concepção liberal** de Estado, pode-se destacar os autores Nicolau Maquiavel (1469 – 1527), Thomas Hobbes (1588- 1679) e John Locke (1632 – 1704). O primeiro preocupou-se em descrever o Estado “real”, capaz de impor a ordem. Para este autor a realidade deveria ser analisada como é e não como gostaria que fosse, desta forma acreditava buscar a verdade efetiva das coisas. Como destacam Montaña e Duriguetto (2013), o pensamento de Maquiavel reflete aspectos do seu tempo, por um lado com o *Renascimento*, que revolucionou a economia e o mercado europeu, além de que o saber passa a ser considerado como instrumento de controle da natureza, como poder, separando a ação política da ação religiosa. Nesse contexto, considerando ainda que a Itália estava constituída por pequenas cidades-Estado com variados regimes políticos, desenvolvimentos econômicos e cultural diferentes, a preocupação de Maquiavel foi com a unificação da Itália e para isso seria necessário instruir o “príncipe” sobre a política.

Maquiavel se destaca ao esclarecer uma “ética política”, cuja ação política e ator político fossem julgados pelo resultado e não pelos meios empregados, independente da vida privada e da religião. O autor incorpora um ponto de vista até então não considerado pelos anteriores que trataram da temática, qual seja, a distinção entre Estado e sociedade, sendo o Estado o lugar onde o ator político atua (príncipe), através da coerção e procurando o consenso com a finalidade de manter a ordem social. Quanto à sociedade, esta seria o espaço privado do qual o povo desenvolve as atividades econômicas, a propriedade privada e a família (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2013).

Thomas Hobbes (1588-1679) é um dos filósofos considerados “contratualistas” ou “jusnaturalistas”, pois se preocupou em compreender a origem do Estado a partir de um contrato firmado pelos homens para convivência social e subordinação política. O jusnaturalismo inaugura uma perspectiva de transferência do direito natural para o direito estatal, quando o Estado tem a razão como central.

Para Hobbes, antes da criação do Estado, os homens viviam em *estado de natureza* no qual havia uma guerra de “todos contra todos”, porque os homens estariam em estado de igualdade em direitos e havia uma tendência à destruição

devido à discórdia motivada pela desconfiança, competição e glória (ARCOVERDE, 2010).

Desta forma, o autor considera que no *estado de natureza* os direitos naturais de liberdade e propriedade estariam ameaçados, já que os homens poderiam fazer o que quisessem e viviam em guerra constante. Diante disto os homens criariam o Estado soberano no qual pudessem entregar seus direitos naturais em troca de segurança, pois manteria o controle sobre todos e preservaria a vida.

Como outro representante da concepção liberal do Estado, e também sendo um dos autores contratualistas, John Locke compreendia que anterior à criação do Estado os homens viviam em Estado de natureza, de forma pacífica e harmoniosa e a liberdade e propriedade seriam direitos naturais. A criação do Estado, segundo Locke seria realizada pelos homens via contrato social e seria realizada apenas para preservar e consolidar os direitos já originados no estado de natureza (CAVALCANTE, 2010).

Apesar de divergir de Hobbes em relação ao poder do Estado, Locke converge com ele na ideia de superação de um estado de natureza para um estado civil-político em que os direitos naturais seriam assegurados pelo Estado. O individualismo é destacado no pensamento de Locke por atribuir prioridade à sociedade civil e seus direitos individuais frente ao Estado e esta ideia serviu como estrutura de grande parte da base política dos Estados liberais.

É importante destacar que esta concepção liberal influenciou a política dos Estados liberais, de forma que a intervenção deste seria mínima e prevaleceria o “livre mercado”. A herança liberal se faz presente na atualidade sob novas formas, como no caso do neoliberalismo, ideologia a qual direcionou as políticas dos estados capitalistas e no Brasil principalmente após a década de 1990, ressignificando a relação público-privado. Esta ideologia contribuiu para a regressão de garantias de direitos e para a mínima intervenção do Estado na área social.

Em relação à **concepção democrático-burguesa**, pode-se destacar como referência dois autores, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), e Friedrich Hegel (1770-1831).

Em Rousseau a concepção de existência do contrato social na transição do estado de natureza para a sociedade civil-política aparece, mas o autor

analisa o pacto social no sentido negativo. Para ele, o estado de natureza era feliz e pacífico porque os homens não teriam outras necessidades além das que poderiam ser satisfeitas através do contato com a natureza, e não teriam interesse em combater os próprios semelhantes.

Entretanto, o crescente processo de socialização e, conseqüentemente, a instituição da propriedade privada origina as grandes desigualdades de acesso às riquezas entre os homens e “torna o egoísmo a motivação básica da vida social” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2013, p. 28). Em sua obra *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* de 1755, Jean-Jacques Rousseau, concebe a propriedade como um mal, que destrói a igualdade e dá origem a escravidão e miséria.

Neste sentido, a propriedade, que foi tão defendida por Locke, é para Rousseau a origem da desigualdade entre os homens:

Tal foi ou deveu ser a origem da sociedade e das leis, que deram novos entraves ao fraco e novas forças ao rico, destruíram irremediavelmente a liberdade natural, fixaram para sempre a lei da propriedade e da desigualdade, fizeram de uma usurpação sagaz um direito irrevogável e, para lucro de alguns ambiciosos, daí por diante sujeitaram todo o gênero humano ao trabalho, à servidão e à miséria. (ROUSSEAU, 1978 apud MONDAINI, 2006, p. 37).

O autor inspirou ainda as ideias da Revolução Francesa em 1789, pois defendia a soberania da sociedade civil para uma democracia participativa. Em sua obra *Do contrato social*, de 1762, Rousseau indica os pressupostos para formação de uma ordem política que se contraponha às condições de desigualdades, e propõe a distribuição equitativa da riqueza e da propriedade.

Rousseau define que o contrato social criou a sociedade, que deve servir à plena expansão do indivíduo e o conceito de soberania popular, a qual pertence exclusivamente ao povo, e, “por conseguinte, o povo não deve criar um Estado distinto ou separado de si mesmo” (GRUPPI, 1980, p. 18).

Aparece desta forma o conceito de Estado intrínseco à sociedade e ainda é o primeiro teórico a trazer o conceito de assembleia, na qual se expressa a soberania popular. A assembleia para Rousseau tem a função de representar o povo e confia para algumas pessoas tarefas administrativas em relação ao Estado. Os governantes seriam “comissários do povo” que representam os interesses do povo.

A igualdade é afirmada constantemente na obra de Rousseau como fundamental para alcançar a condição de liberdade. A igualdade defendida pelo teórico é a igualdade jurídico-formal, mas também reconhece que pode haver igualdade econômica e social. Neste sentido, Rousseau não propõe a eliminação ou socialização da propriedade pois seria suficiente a limitação do excesso e garantia do acesso de todos a ela (GRUPPI, 1980; MONTAÑO e DURIGUETTO, 2013).

Outro representante do pensamento democrático-burguês do século XVIII foi Georg Hegel (1770-1831). Enquanto para Rousseau o Estado é formado pela sociedade e esta triunfa sobre aquele, para Hegel existe distinção plena entre o Estado e a sociedade; para ele, o Estado funda a sociedade civil e a incorpora. Hegel realiza uma crítica à concepção liberal, individualista, da liberdade, porém apresenta proposta conservadora, pois defende o absolutismo, no qual o monarca representa o Estado e sua soberania.

Este autor representa no campo ideológico uma primeira ruptura com o modelo de Estado no plano ideal, como pensavam os contratualistas. Hegel analisa o Estado na consolidação do capitalismo e não concorda com a teoria de que houve um eventual contrato social realizado entre pessoas que viviam em um “estado de natureza” como os antecessores.

É possível considerar que Hegel é um dos autores clássicos que representam o pensamento democrático burguês originário no século XVII. No entanto, apresenta divergências de autores como Rousseau, que também representa o referido pensamento, mas baseia-se na ideia de contrato social.

Enquanto para Rousseau o Estado é formado pela sociedade e esta triunfa sobre aquele, para Hegel existe distinção plena entre o Estado e a sociedade; para ele, o Estado funda a sociedade civil e a incorpora. Hegel realiza uma crítica à concepção liberal, individualista, da liberdade, porém apresenta proposta conservadora, pois defende o absolutismo, no qual o monarca representa o Estado e sua soberania.

Hegel discorda dos contratualistas em relação à ideia de que há uma passagem do estado de natureza para a sociedade civil-política, pois acredita que antes da existência do Estado a sociedade era permeada por contradições e conflitos (aproxima-se de Hobbes em relação a isto, porém recusa utilizar o termo “estado de natureza”). Para ele na presença do Estado a sociedade civil

passa a ser também sociedade política, a qual é regida pelos princípios da racionalidade e universalidade, que seriam efetivados pelo Estado e permitiria a superação de conflitos de interesses entre grupos particulares (SOUZA, 2010).

Neste sentido, Hegel entende que o Estado, através da incorporação da racionalidade, seria responsável por evitar a desagregação social oriunda das lutas de classes. Para o autor, o Estado seria o “sujeito da história”, a partir do qual a história se funda, e sem a qual não haveria a história humana. A primeira crítica às ideias de Hegel surgiria com Marx em 1843.

Hegel discorda dos contratualistas em relação à ideia de que há uma passagem do estado de natureza para a sociedade civil-política, pois acredita que antes da existência do Estado a sociedade era permeada por contradições e conflitos (aproxima-se de Hobbes em relação a isto, porém recusa utilizar o termo “estado de natureza”). Para ele na presença do Estado a sociedade civil passa a ser também sociedade política, a qual é regida pelos princípios da racionalidade e universalidade, que seriam efetivados pelo Estado e permitiria a superação de conflitos de interesses entre grupos particulares (SOUZA, 2010).

Neste sentido, Hegel entende que o Estado, através da incorporação da racionalidade, seria responsável por evitar a desagregação social oriunda das lutas de classes. Para o autor, o Estado seria o “sujeito da história”, a partir do qual a história se funda, e sem a qual não haveria a história humana. A primeira crítica às ideias de Hegel surgiria com Marx em 1843.

Destacam-se na **concepção marxiana** do Estado, teóricos como o próprio Karl Marx (1818-1883), seu companheiro de produção, Friedrich Engels (1820-1895) e Antonio Gramsci (1891-1937).

Karl Marx inaugura a perspectiva da relação entre Estado e sociedade civil. Ao analisar as teorias modernas sobre o Estado, Gruppi (1980), entende que a visão científica de Estado só existe quando se toma consciência do seu conteúdo de classe. E esta perspectiva crítica surge com a análise marxista do Estado burguês. Enquanto para Hegel a sociedade civil tem sua fundação condicionada pelo Estado e são esferas distintas, para Marx sociedade civil (conjunto das relações econômicas) e sociedade política (o Estado) estão entrelaçados. O Estado seria expressão das relações de produção que se instalam na sociedade civil, tem caráter e natureza de classe.

O teórico parte do estudo do Estado burguês e dos princípios ideológicos que o orientam para refutar a ideia de Hegel de que o Estado é um princípio de racionalidade e universalidade ou que está além dos interesses particulares (SOUZA, 2010). Em seu texto “A questão judaica”, Marx realiza uma crítica aos valores burgueses que são expressos no Estado, após a Revolução Francesa, acreditando que esta revolução e a Declaração dos Direitos do Homem garantem a emancipação política da burguesia e a instauração do Estado liberal. Para garantir a emancipação humana seria necessário a extinção do Estado e do capital, pois é uma esfera alienadora das relações sociais.

A ideia de igualdade política e jurídica sob o sistema capitalista seriam, para Marx, falsas, pois as relações de produção dividem os homens entre proprietários dos meios de produção (capitalistas) e não proprietários (proletários). Apenas num regime econômico no qual não haja dominação de classe, haverá conseqüentemente a extinção do Estado e, em seguida poderia proporcionar a emancipação humana. E aponta que para isso seria necessário criar a “ditadura do proletariado⁷”, que seria o momento de tomada do Estado pelo proletariado, fortalecendo a dominação das classes subalternas para posteriormente extingui-lo.

Engels, a partir dos escritos de Marx, escreve sua obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” (1884), na qual traz de forma abrangente a temática da origem e a interligação histórica entre a família, propriedade privada e Estado.

Nesta obra o autor contesta a ideia até então presente de que a sociedade seria a soma das famílias, conforme se pensava desde Aristóteles. Para Engels, a formação da sociedade e da família são correlatas, pois a sociedade se organiza em sexo e visando às necessidades econômicas para sua própria sobrevivência (GRUPPI, 1980).

Na sociedade pré-estatal os homens se reuniam em grupos que têm uma organização comunitária e familiar, mas não conhecem a propriedade privada e a divisão do trabalho. Estas só surgem com a caça, com a criação de animais,

⁷ Marx reinventa o sentido de ditadura ao falar em ditadura de classe, pois originalmente, na Roma antiga, o termo significava um governo provisório admitido em situações conflitivas, que deveria pôr ordem na vida pública, mas por um prazo determinado, sendo retirado posteriormente. Para Marx a ditadura seria sinônimo de dominação de classe e representa uma situação duradoura (Gorender, 1988).

quando o caçador se torna proprietário de rebanhos. E com a propriedade privada, inicia-se a descendência por linha paterna (patriarcado), cuja herança passa de pai para filho, iniciando também a subordinação da mulher.

Neste sentido Engels, a partir de sua análise histórica, entende que o Estado não precede a sociedade e não existiu sempre, muito menos é algo que está acima ou fora da sociedade como algo imparcial. O Estado nasce da sociedade e é produto desta e a partir de seu desenvolvimento econômico que criou classes antagônicas. Ao Estado caberia o papel de manter os conflitos nos limites da ordem (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2013).

Enquanto Marx e Engels trataram do contexto do capitalismo concorrencial, no século XIX, tendo como referência a Inglaterra no eixo do desenvolvimento industrial, Gramsci desenvolve, a partir de conceitos básicos da matriz teórica marxiana, suas análises do capitalismo em seu estágio monopolista a partir da Itália, no momento, país da periferia europeia.

Com Marx e Engels a análise do Estado centra-se no conteúdo de classe e na face coercitiva do mesmo. Gramsci ressalta a complexidade das funções do Estado, a partir dos processos consensuais de direção e dominação. Para ele, deve-se entender por “Estado”, além do aparato governamental, o “aparato privado de hegemonia” ou sociedade civil. A esta noção entram “elementos que se devem referir à sociedade civil (no sentido, pode dizer-se, em que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)” (GRAMSCI, 1978, p.234).

O Estado tem sua força legitimada a partir do Exército, da polícia, da administração pública, tribunais, etc, órgãos que têm a função da coerção. Por outro lado, existe a extensão do Estado, que é a sociedade civil, onde circulam os aparelhos privados de hegemonia (Igreja, os Partidos Políticos, os Sindicatos, as Escolas, obviamente a Universidade, a Imprensa) que teriam a função de obter o consenso das outras classes sociais que formam juntamente com a classe dominante um bloco histórico (GORENDER, 1988).

Com este norteamto, Gramsci entendia que a batalha entre as classes sociais se travava também no campo das ideias e relações culturais. E, para que houvesse a mudança, seria necessário conquistar os aparelhos privados de hegemonia. A revolução deveria ser iniciada através da transformação da

sociedade, para que as classes subalternas tomassem a posição de classe dirigente (hegemônica) e tomasse o poder do Estado.

2.2 A particularidade histórica da relação entre estado e sociedade civil no Brasil

A necessidade de discutir a relação entre Estado e sociedade é tão presente na contemporaneidade devido às formas como o Estado conduz a intervenção através de políticas públicas nas expressões da questão social e efetivação dos direitos sociais. Em relação às funções do Estado, as concepções que se destacam no debate atualmente são a liberal, no sentido de restringir a ação do Estado à manutenção da ordem e deixar livre a regulação do mercado, os direitos prioritários são individuais; e a concepção social-democrata, que prioriza a intervenção do Estado através de políticas públicas capazes de promover os direitos sociais através de redistribuição de renda, redução das desigualdades socioeconômicas e regulando a vida em sociedade.

A construção dos direitos é um processo histórico que se dá através da luta dentro das fronteiras políticas e geográficas do Estado, ou seja, a partir da relação das pessoas com o Estado. Na trajetória de conquista de direitos no Brasil, segundo Carvalho (2005), os direitos sociais tiveram maior ênfase e precederam os civis e políticos.

Durante o período colonial, os direitos civis e políticos beneficiavam aos poucos que possuíam poder econômico, portanto praticamente inexistiam, enquanto os direitos sociais não existiam, sendo voltada à Igreja e a iniciativas particulares a assistência social através de caridade. Somando-se a isto o fato de ter havido a escravidão no país, a construção dos direitos que permitissem igualdade de todos perante as leis, esteve impedida por tal sistema.

Desta forma, após a independência o Brasil herdou do período colonial uma sociedade escravocrata de economia baseada na monocultura, latifundiária e um Estado absolutista. Por causa da manutenção da escravidão, não houve avanços em relação aos direitos, estando a organização do Estado de acordo com interesses da aristocracia rural e não houve uma emancipação política que alterasse as estruturas do poder. “Permanecerão os mesmos quadros

administrativos, na maior parte das vezes até as mesmas pessoas; e os processos não se modificarão.” (PRADO JR, 1967, p. 260).

Os direitos civis foram ampliados no pano legal na Primeira República, levando-se em consideração o recente fim da escravidão, entretanto a igualdade era negada na prática. Isto porque o tratamento mais “digno” direcionado aos libertos estava condicionada ao paternalismo do governo ou dos senhores, em geral aqueles não tiveram acesso à educação, à terra nem empregos, vivendo em ruas ou em habitações precárias, e a igualdade ficou apenas no plano formal (CARVALHO, 2005). A democracia era burguesa oligárquica e esteve no país até 1930 direcionada, com domínio dos coronéis na área rural, que foi um grande entrave no exercício dos direitos civis e políticos pois estava direcionada para os pequenos grupos da elite.

A transição para os anos de 1930 do século XX esteve marcada por mudanças no cenário internacional, tais como: a Grande Guerra que provocou mudanças na economia brasileira, de forma negativa, rebaixando as condições de vida da população e favoreceu a eclosão das greves operárias; a *Revolução Soviética* que provocou a entrada no cenário político o Partido Comunista do Brasil; e a *Crise de 1929*, que acentuou as dificuldades que já havia na economia.

O Brasil vivenciou mudanças no aspecto socioeconômico com a República Nova no sentido que o país passou por uma crescente industrialização com a adesão a um modelo de “substituição de importações” sucedendo o modelo “agrário-exportador”, desta forma a sociedade passou de pré-capitalista para urbano-industrial-capitalista. (MONDAINI, 2008)

Os autores que analisaram o período da chamada “Revolução de 1930” consideram que foi um período extremamente importante na história do Brasil, momento em que o país se modernizava, conservando elementos do passado rural, com o desenvolvimento dos direitos sociais diretamente vinculados ao aparelho estatal. Em relação à garantia dos direitos,

[...] o Estado assumiu a responsabilidade completa de indicação daqueles agrupamentos sociais que deveriam permanecer na condição de “súdito” (os trabalhadores rurais) e daqueles que poderiam ascender à condição de cidadão (os trabalhadores urbanos), reduzindo o seu reconhecimento ao campo de determinados direitos e garantias sociais. (MONDAINI, 2008, p.18)

A Era Vargas (1930-1945) esteve direcionada para a intervenção por meio de regulação das relações de trabalho, que se concretizou em legislações como a Consolidação da Leis do Trabalho (CLT) em 1943. Para Iamamoto e Carvalho (2009), esta preocupação dá-se acompanhada da noção ideológica do “Estado acima das classes” no qual o trabalho enquanto “virtude universal do homem” contribuiria para o desenvolvimento da sociedade.

A intervenção do Estado nesta época se dá como forma de enfrentamento às expressões da questão social, definida por Iamamoto e Carvalho (2009) como:

[...] as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009, p. 77)

Desta forma, o Estado buscou enfrentar também com a implementação de serviços sociais o processo de pauperização absoluta ou relativa do crescente contingente da classe trabalhadora (tanto a parcela inserida no mercado de trabalho quanto a parcela de trabalhadores excedentes) que aumenta com a expansão industrial.

O período a partir de 1937, do governo Vargas, com a ditadura do Estado Novo, proporciona a conquista de direitos num contexto de repressão e paternalismo em que o Estado combina interesses econômicos e políticos do proletariado, da classe média e burguesia. Esta combinação de interesses favorece a expansão do desenvolvimento industrial e de serviços.

A política do período varguista estava voltada para o populismo e o nacionalismo, com apoio dos trabalhadores, setores nacionalistas das forças armadas, do empresariado nacionalista e do Partido Trabalhista Brasileiro. Foi esta política que marcou o que se entendia por experiência democrática até 1964, quando há o golpe que instaurou a ditadura civil-militar no Brasil (CARVALHO, 2005).

Com a ditadura, há retrocesso na conquista de direitos, pois houve grande restrição dos direitos civis e políticos, enquanto houve maior atenção do Estado em relação aos direitos sociais.

De um modo geral, a intervenção do Estado nas expressões da questão social, via políticas sociais, no Brasil foi influenciada em grande parte pelas mudanças político-econômicas ocorridas no plano internacional na ordem política interna, mas diferente dos países capitalistas avançados, no cenário nacional houve um “sistema de bem-estar periférico” devido às limitações provenientes da dependência econômica (PEREIRA, 2011). O momento de expansão dessas políticas ocorreu durante os regimes autoritários, quando há o aprofundamento das relações sociais no capitalismo monopolista e reconfiguração da questão social, que passa a ser enfrentada pelo Estado com repressão e assistência (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

Apenas no período de “Transição Democrática” na década de oitenta após lutas sociais e a reorganização institucional, com convocação da assembleia constituinte, que resultou na carta constitucional de 1988 e incluiu pela primeira vez na história do país a assistência social como direito e parte do Sistema de Seguridade Social.

Os princípios que norteiam estas políticas estiveram baseados no primado do trabalho, como afirma Boschetti (2003):

As principais políticas que conformam e consolidam o Estado Social nos países capitalistas desenvolvidos foram orientadas pelo primado do trabalho e instituíram-se como direito do trabalho. Na impossibilidade de garantir o direito ao trabalho para todos, os Estados capitalistas desenvolvidos garantiram direitos derivado do exercício do trabalho para os trabalhadores capazes e inseridos no mercado de trabalho. Este princípio orientou a construção do Estado Social em praticamente todos os países europeus no século XX. Os critérios de inaptidão ao trabalho continuam a prevalecer na assistência social mesmo após sua inclusão no Estado Social como direito de cidadania. E é inegável a incorporação de alguns desses princípios pela seguridade social brasileira, sobretudo ao que se refere aos benefícios e serviços garantidos pelas políticas de previdência e assistência social. (BOSCHETTI, 2003, p. 59)

Desta forma, estando a assistência social também norteadada pela “inaptidão ao trabalho”, como previsto na Constituição Federal de 1988 ⁸ a população em situação de pobreza que estava em idade produtiva, continua à margem do atendimento das políticas sociais.

⁸Art. 203 e seus incisos da Constituição Federal de 1988 que tratam da assistência social.

Em relação a isto, é necessário ter em vista que os avanços os direitos sociais com a Constituição de 1988 foram ameaçados pela incorporação no cenário político-econômico brasileiro da ideologia neoliberal. Esta estava ancorada na defesa de um Estado mínimo e cada vez mais a incentivar políticas de ingerência privada. Este processo resultou na alteração na relação entre Estado e sociedade no processo de proteção social, concorrendo para o rebaixamento da qualidade de vida da população (PEREIRA, 2011). Há um intenso ressurgimento do exército industrial de reserva, aprofundando um desemprego não eventual, mas sim estrutural (BEHRING, 2009).

Para Mota (2009) o conjunto de mudanças macroestruturais no mundo capitalista ocorrido no final dos anos 70 inflexiona o padrão de acumulação para enfrentar a crise de dimensões globais. No Brasil tais mudanças propiciam às classes dominantes a partir dos anos 90 a iniciar sua ofensiva contra a seguridade social universal. O fazem a partir de vários mecanismos de ataque aos projetos sociais dos trabalhadores, provocam uma reorganização da política de assistência social e a reforma da previdência social “nova” racionalidade na gestão estatal, incorporando o processo de precarização como inevitável, a subordinação do público ao privado como iniciativas complementares e partes da nova gestão. Quanto à assistência social teria uma hipótese explicativa da sua expansão:

[...] o trabalho teria perdido sua capacidade de integrar os indivíduos à sociedade, razão pela qual os programas de assistência social, particularmente os programas de renda mínima poderiam fazê-lo em contrapartida à desregulamentação da proteção social e do trabalho. (MOTA, 2009, p. 43)

As diretrizes que influenciaram as políticas sociais a partir da década de 1990 foram difundidas por organismos internacionais (Banco Mundial, BID e a ONU), que pretendiam tratar as expressões da questão social com base num discurso de “desenvolvimento sustentável” e diminuição da pobreza. Como trata Maranhão (2010), as diretrizes de “combate à pobreza” são incorporadas ao discurso neoliberal de ampliação do mercado regulador das necessidades sociais e o Estado provedor dos *cidadãos pobres*, começa a ganhar incidência no Brasil em meados da década de 90 e impulsionado nos anos 2000.

A ortodoxia neoliberal passa pelo processo de deslegitimação e o capital necessita de respostas políticas para garantir a normalidade das taxas de lucro e também amenizar as contradições da superpopulação relativa. Desta forma, com base nas diretrizes de “combate à pobreza”, que foram orientados pelos organismos internacionais supracitados, o Estado investe em programas de renda mínima de caráter seletivo para cidadãos pobres e estes passam a ter papel central na estruturação política de proteção social brasileira a partir do governo FHC e com maior vigor no governo Lula com o Programa Bolsa Família.

Diante do cenário contemporâneo sob o qual foram erguidas estas intervenções legais do Estado no âmbito social, entende-se que o viés conservador de comprometimento do Estado com o capital predomina em detrimento da classe trabalhadora de um modo geral. A lógica seletiva das políticas sociais no neoliberalismo marcou inclusive os governos nos quais se incluem a estratégia de combate à pobreza, sendo focalizados a minimizar os efeitos devastadores da pobreza e desigualdade social.

3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA O ESTUDO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

3.1 Pobreza e exclusão social: conceitos necessários para compreender a população em situação de rua

A utilização de conceitos e categorias norteiam a perspectiva teórica da abordagem do pesquisador além de evidenciar a forma como tal perspectiva entende como formas de enfrentamento um determinado fenômeno. A pobreza é um tema complexo que por várias vezes na história esteve conotações diversas. Cada definição, sentido e, ou conotação é apropriada e condiciona a forma como o Estado intervém na problemática.

Como fio condutor desta análise, considera-se que a própria estrutura da sociedade capitalista é excludente. Assim, seu modo de produção gera acumulação de capital e proporcionalmente produz uma população trabalhadora relativamente supérflua, pois excedem as necessidades médias de expansão do capital. Esta população é denominada por Marx (2005, p. 735) como constituinte de uma superpopulação relativa ou “exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele”.

Neste sentido, cabe destacar que a exclusão social não é um fenômeno novo nas sociedades capitalistas. Não obstante, no final do século XX ganha novos contornos, protagonizando o debate intelectual e político, momento em que os países ditos “primeiro mundo” passam a vivenciar processos excludentes já familiares à realidade latino-americana (VERAS, 1999).

O termo “exclusão social”, foi utilizado conceitualmente a partir da década de 1970 (momento em que há a reestruturação do capitalismo mundialmente) e interpretada como consequência da incapacidade da sociedade para inserir os seus membros. Esta expressão teria sido aceita socialmente devido aos efeitos do desemprego como problema central e pela notoriedade de que se estava diante de um conjunto de situações instáveis as quais produziam novas dificuldades para os grupos da população até o momento considerados ao “abrigo da pobreza” (ZIONI, 2006, p.19).

Na década de 1970 ainda prevaleceram as análises acerca do crescimento da pobreza na América Latina como crise do desenvolvimentismo e, nos países desenvolvidos, como decadência dos modelos de *Welfare State* (SCOREL, 2012). E, diante deste cenário de “novas expressões da pobreza”⁹ na cena pública, surgem novas interpretações intelectuais sobre o fenômeno e formas de intervenções por parte do Estado.

Na América Latina foram desenvolvidos estudos e acerca do conceito de *marginalidade* social. Não é o objetivo principal neste momento discorrer sobre as várias concepções deste conceito, mas entende-se como necessária a breve explanação sobre marginalidade, pois inaugurou um olhar específico sobre a pobreza a partir da década de 1960.

O conceito de marginalidade prevalecente no Brasil nos anos 60 e 70 estavam relacionadas à questão urbana. A pobreza era vista como consequência do massivo êxodo rural para as cidades do Sudeste. “Entendia-se, à época, que os problemas urbanos de moradia (favelas), mendicância, delinquência, etc., poderiam ter suas raízes nesses processos migratórios” (VERAS, 1999, p.14). Passou-se então a utilizar o conceito de marginalidade para abranger qualquer fenômeno que “resultasse em alguma forma de exclusão dos benefícios inerentes à sociedade urbano-industrial” (KOWARICK, 1985 *apud* SCOREL; ALVES, 2012).

Ao analisar o conceito de marginalidade, Escorel e Alves (2012) apontam que na América Latina os estudiosos apoiaram-se sobre duas principais correntes de pensamento: a *abordagem sociocultural funcionalista* ou a *abordagem socioestrutural do materialismo histórico*. A primeira entende a sociedade sustentada por um conjunto de valores que são compartilhados por seus membros e valoriza a integração social. Aproxima-se dos estudiosos da Escola de Chicago, no sentido de entender a pobreza e marginalidade como forma de estar fora ou “desajustado” do funcionamento padrão da sociedade.

⁹ Refere-se à perspectiva surgida em meados da década de 1970, na qual considerava-se o fenômeno “nova pobreza” constituído pelo fato das pessoas que passaram a vivenciar a situação de pobreza serem grupos populacionais diferenciados dos ‘tradicionalmente’ marginalizados. Seria uma pobreza para além do caráter transitório e residual, com a pauperização inclusive *dos que até então pareciam inseridos socialmente e usufruíam, mesmo que nas margens, dos benefícios do desenvolvimento econômico e da proteção social*. (SCOREL, 1999:51-52)

Em relação à *abordagem socioestrutural do materialismo histórico*, apresenta o debate compreendendo a pobreza vinculada às contradições do modo de produção capitalista. Ainda, para esta perspectiva, a marginalidade é uma forma de articulação necessária e intrínseca de um modo específico de acumulação capitalista de economia dependente (ESCOREL, 2012; VERAS, 1999). A ênfase na relação entre o processo de acumulação capitalista que ocorreu na América Latina e a pobreza surgiu nesta perspectiva como contraste às interpretações da época em que prevaleciam com tendência interpretativa da “cultura da pobreza”, que responsabilizava o indivíduo pela sua condição de pobre.

A teoria da marginalidade foi abandonada enquanto matriz explicativa da pobreza devido ao surgimento do conceito de “exclusão social” para tratar em escala mundial as expressões contemporâneas da questão social em escala global vinculadas ao processo de reestruturação produtiva ocorridos a partir da década de 1970. O termo “exclusão social” surge para analisar a pobreza para além da dualidade “marginal x integrado”, relacionando às mudanças político e econômicas surgidas à época. Ainda, a marginalidade enquanto teoria explicativa da pobreza na América Latina, não foi aderida pelos países centrais, segundo Escorel (2012), provavelmente pelo desinteresse desses países em utilizar a teoria sobre problemas que lhes atingiam em caráter mais residual, diferente do caráter histórico da pobreza nos países latino-americanos.

No tocante à categoria exclusão social, ao realizar um estudo acerca das abordagens sobre o tema presente no Brasil nos anos 2000, Leal (2010), notavelmente identifica que há traços que se que se repetem no interior de cada uma delas, que seriam: *a) ruptura dos laços sociais que integram o indivíduo à sociedade* (nesta perspectiva estão os autores Serge Paugan, Robert Castel, e Sarah Escorel); *b) alijamento dos direitos que compõem a condição de cidadã(o)* (Adaílza Sposati e Maura Véras aparecem como seus representantes); e *c) privações vividas como parte de um processo de contradições inerentes à sociedade em questão* (neste caso refere-se a autores como Pedro Demo e José de Souza Martins).

O debate sobre a exclusão social foi ampliado na França a partir do final da década de 1970 e início de 1980, refletindo sobre a pauperização crescente gerada pela crise da sociedade salarial, com destaque para as análises de

Paugan e Castel. Estes autores, ao tratar a temática, refutam o termo exclusão social, utilizando-se o primeiro autor do termo “desqualificação social” e o segundo, “desfiliação social.

Os autores supramencionados centralizam o debate em torno do conceito de exclusão social, que estaria sendo usado para diversas situações vivenciadas pelos indivíduos. Paugan (1999) propõe o uso do conceito “desqualificação social” como alternativa às categorias exclusão social e “nova pobreza”. O autor propõe este conceito por entender ser adequado à situação de fragilização ou cortes de laços sociais decorrentes da degradação do mercado de trabalho e na situação à qual as pessoas estão vivendo e necessitando recorrer à assistência. Ainda há a ressalva pelo autor de que o conceito proposto apenas se adequaria aos países desenvolvidos que sofreram mudanças que provocaram principalmente desemprego prolongado, condições não vivenciadas anteriormente por essas pessoas.

Em relação ao debate sobre exclusão, Castel critica o uso deste termo devido à heterogeneidade dos usos e prefere utilizar o termo “desfiliação” para designar os processos de rupturas de vínculos sociais e define que “desafiliado é aquele cuja trajetória é feita de uma série de rupturas com estados de equilíbrio anteriores, mais ou menos estáveis, ou instáveis” (CASTEL 1995, p. 416 apud SAWAIA, 2011).

Ao utilizar o termo “desfiliação” o autor faz referência às pessoas que estavam fora da relação contratual de trabalho após a crise da sociedade salarial. Apesar da crítica ao conceito supracitado, Castel assume a ideia de que é um processo novo diferente dos antigos conflitos entre capital e trabalho e estaria em curso uma “nova questão social”.

No cenário brasileiro, pela influência de autores franceses, Sarah Escorel (1999) realizou a pesquisa sobre pessoas em situação de rua, que resultou no livro “Vidas ao Léu: trajetórias de exclusão social”, no qual segue a perspectiva de exclusão social enquanto uma fragilização ou ruptura dos laços sociais, definindo:

A exclusão social se caracteriza não só pela extrema privação material mas, principalmente, porque essa mesma privação material 'desqualifica' seu portador, no sentido de que lhe retira a qualidade de cidadão, de brasileiro (nacional), de sujeito e de ser humano, de portador de desejos, vontades e interesses legítimos que o identificam

e diferenciam. A exclusão social significa, então, o não encontrar nenhum lugar social, o não pertencimento a nenhum *topos* social, uma existência limitada à sobrevivência singular e diária (SCOREL, 1999, p. 81)

Desta forma, a exclusão social é compreendida como parte de uma trajetória de rupturas de laços subsequentes, não apenas no âmbito econômico quando perde o vínculo de emprego, mas também no âmbito social quando rompe os vínculos familiares, é discriminado, estigmatizado, ou mesmo no político vivendo uma cidadania precária, ou ainda no âmbito simbólico ou no das representações sociais.

Na perspectiva da exclusão social como a negação da cidadania, Sposati (1999) revela analisar a exclusão no “patamar de um conceito-denúncia do aviltamento do estatuto universal da condição humana, por isso uma condição ética”. Por considerar que este conceito contém elementos éticos e culturais e dimensão mais ampla é que a exclusão se diferencia da pobreza.

Neste sentido, a autora afirma que a exclusão se refere também à discriminação e estigmatização. Esses seriam as principais características que diferenciam a exclusão social da pobreza, tendo em vista que esta define uma condição relativa ou absoluta e se relaciona à capacidade aquisitiva; enquanto a exclusão também se relaciona a valores culturais ou condições comportamentais. Os excluídos podem ser negros, mulheres, pessoas em situação de rua, o idoso, etc.

Já em relação à desigualdade, Sposati (1999) diferencia da pobreza, entendendo que enquanto a pobreza é padrão de vida de uma parte da sociedade (os pobres), a desigualdade “se refere a padrões de vida relativos de toda a sociedade”, podendo ser alcançada a desigualdade mínima em situações em que a pobreza ainda prevaleça.

Ainda a autora afirma que o conceito de exclusão social não é unívoco, sendo relativo à cultura ou à realidade vivenciada em um território. Reafirma que há diferencial na concepção de exclusão social quando territorializada, como nos países do chamado “primeiro mundo”, pode-se considerar a noção de Paugam de “desqualificação social” pois denota a perda de uma qualidade social, uma perda de uma condição anterior de universalidade na qualidade social. Enquanto nos ditos países de terceiro mundo, como no caso brasileiro, não há um patamar anterior de condição de qualidade da e na qual aconteceram perdas, pois sempre

existiu grande parcela da população que não participou de uma sociabilidade ordinária (SPOSATI, 1999; SILVA, 2010).

Seguindo uma perspectiva de exclusão social como privações resultantes de um modo de inserção subordinado na estrutura da sociedade capitalista, Martins (1997) realiza uma dura crítica ao referido conceito. Para o autor há uma “fetichização” em torno do conceito como se fosse uma palavra que explicasse tudo.

O termo exclusão social é tratado pelo autor como uma contradição da sociedade capitalista e que nasce com a mesma. Para esse, “ A sociedade capitalista desenraiza, exclui para incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica” (MARTINS, 1997, p. 28). Neste sentido ele afirma ainda que ninguém está excluído da sociedade capitalista, mas existem processos excludentes que incluem de forma marginal.

Segundo Martins (1997), a visibilidade da exclusão tornou-se maior na atualidade porque anteriormente os “excluídos” eram reincluídos, mas recentemente o período de exclusão pelo desemprego se prolonga e as pessoas demoram para se reinserir. Esta reinserção o autor considera que se dá de forma degradante e apenas no plano econômico, com trabalhos precários que a pessoa consegue ganhar alguma coisa para sobreviver, mas “a reintegração não se dá sem deformações no plano moral; a vítima não consegue se reincluir na moralidade clássica, baseada na família, num certo tipo de ordem” (MARTINS, 1997, p. 33)

Expostas as principais perspectivas acerca da temática, e considerando que as categorias pobreza, desigualdade e exclusão social são utilizadas enquanto referências teóricas para nortear a formulação e implementação das políticas públicas de corte social no Brasil, produzimos e apresentamos algumas reflexões acerca das políticas para a população em situação de rua no Brasil.

3.2 O fenômeno da população em situação de rua: contexto histórico e caracterização

O fenômeno da população em situação de rua é permeado por uma pluralidade de determinações e particularidades. Sua configuração pode assumir especificidades relacionadas ao marco temporal ou à localização espacial.

Entretanto, considera-se que as determinações estruturais deste fenômeno estão vinculadas à formação da sociedade capitalista e ao seu modo de produção e reprodução, na medida em que se constitui como parcela de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva excedente à capacidade de absorção do mercado de trabalho.

O período histórico do surgimento dessa população remete ao processo denominado por Marx (1999) como “acumulação primitiva”, quando houve a expropriação de terras, dos instrumentos de trabalho e meios de subsistência dos trabalhadores, tornando os antigos camponeses e artesãos em força de trabalho disponível para venda. Desta forma foi crescendo a riqueza de poucos ao passo em que se cria uma “superpopulação relativa” reunida em torno dos centros urbanos como uma abundante reserva de força de trabalho disponível.

Esta é a dinâmica que forma a base da “lei geral da acumulação capitalista”. A contradição entre capital e trabalho na qual os trabalhadores empobrecem diante da riqueza que os mesmos produzem. Fundamenta a desigualdade na sociedade capitalista. Como trata Maranhão (2010):

[...] por causa da alienação do produtor direto em relação aos meios e instrumentos de produção e da subsunção formal e real do trabalho ao capital, o estabelecimento das necessidades e potencialidades dos trabalhadores está subordinado às demandas de lucro e exploração capitalista. (MARANHÃO, 2010, p. 100)

Este autor analisa ainda, com base nos escritos de Marx que há uma necessidade do capital de extrair o máximo de mais-valia é necessário transformar dinheiro em mercadoria e mercadoria em dinheiro no menor tempo possível e isto acontece através da introdução de novas tecnologias no processo produtivo. E estas novas formas de organização do trabalho expulsam continuamente a força de trabalho do mercado criando uma *superpopulação relativa*, que flutua de acordo com a dinâmica de acumulação e cresce ou diminui em conformidade com a reprodução do capital.

Para Marx (1999), a classe trabalhadora ao produzir acumulação do capital, produz, em proporção crescente, os meios que fazem dela superpopulação relativa. Portanto, esta superpopulação deve ser entendida como parte necessária à acumulação e desenvolvimento de riqueza no sistema capitalista.

Dentre as formas de existência desta superpopulação relativa estão a *flutuante*, *latente* e a *estagnada*. A forma *flutuante* constitui a parcela dos trabalhadores das indústrias, fábricas e empresas, que ora são repelidos, ora são contratados por estas.

Quanto à forma *latente*, Marx define como composta pelos trabalhadores rurais que progressivamente são expulsos do campo à medida que a produção capitalista se apodera da agricultura. E quanto à terceira forma de existência da superpopulação relativa, a forma *estagnada*, estão os trabalhadores aptos para o trabalho, mas que estão em ocupações irregulares.

O pauperismo é, por fim a camada da superpopulação relativa que constitui o “asilos dos inválidos do exército industrial de reserva” (Marx, 1999, p.747), o *lumpen-proletariado*, composta pelos aptos para o trabalho que não são absorvidos pelo mercado e pelos inaptos para o trabalho. A sustentação desta parcela da superpopulação relativa depende de gastos extras, em geral “arcados pelos demais trabalhadores mediante pagamento de impostos ao Estado, que os transfere em forma de renda direta ou de outros serviços sociais prestados a esse segmento populacional” (Silva, 2009, p. 79).

Considerando-se, pois, a população em situação de rua como parcela da superpopulação relativa, é possível situá-la no pauperismo, e por suas características contemporâneas principalmente no *lumpen-proletariado* (parte que é apta para o trabalho, mas não é incorporada pelo mercado devido às características do sistema capitalista). Segundo Silva (2009), pode-se encontrar parte da população em situação de rua no exército industrial de reserva, no máximo, na forma *estagnada*, com ocupações precárias e irregulares.

Na atualidade os processos excludentes permeiam o fenômeno população em situação de rua e na realidade brasileira, este assunto esteve por vários anos externos à agenda pública. Apenas nos anos 1990 começam os estudos sobre a referida população e a ser incorporado na agenda apenas dos governos municipais de São Paulo e Belo Horizonte iniciativas públicas de atenção às pessoas em situação de rua.

Ferro (2012) aponta que essas mudanças na atuação de alguns governos estiveram associadas à grande quantidade de pessoas que faziam uso do

espaço público como lugar de moradia e sobrevivência, e também, como aponta Silva (2009), devido às transformações no capitalismo em escala mundial na década de 1970 que se expressaram no Brasil na década de 1990 e provocaram a expansão da superpopulação relativa em escala mundial pode-se por meio de tais observações explicar a também expansão do fenômeno população em situação de rua, como uma de suas faces ou segmentos.

Apenas em 2007 o país tem a primeira Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no ano de 2007, e foi norteadada pelo conceito dessa população como:

Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar. (BRASIL, 2006, p.19)

Nesta pesquisa revela que há aproximadamente 50.000 pessoas acima de 18 anos de idade em situação de rua no país. De acordo com esta pesquisa, a população em situação de rua no Brasil é predominantemente masculina (82%), jovem (53% estão entre 25 e 44 anos), afrodescendente (69%), e 72% residem de áreas urbanas. Em relação ao trabalho e renda, a maioria (52,6%) recebia entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 semanais composta, em grande parte, por trabalhadores, já que 70,9% exerciam alguma atividade remunerada¹⁰.

Este perfil permite verificar que o fenômeno da população em situação de rua é essencialmente urbano e vinculado ao não-trabalho. Pode-se justificar devido aos centros urbanos possibilitarem à esta população meios de subsistência através pelo fato de as cidades concentrarem atividades econômicas e grande circulação de pessoas. Nota-se, pois a centralidade do trabalho para o estudo da população em situação de rua.

¹⁰Dessas atividades, predominam a informalidade: catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). Apenas 15,7% das pessoas pediam dinheiro como principal meio para a sobrevivência.

3.3 A trajetória das políticas de enfrentamento à pobreza no Brasil e a população em situação de rua

A pobreza é um fenômeno social histórico e complexo, que existe na história da humanidade, mas no capitalismo toma contornos diferenciados e exige novas explicações, pois nesta sociedade têm-se a riqueza socialmente produzida, mas que não é usufruída por grande parte das pessoas.

Várias explicações sobre este fenômeno surgiram ao longo da história, o que permitiu que as causas e o enfrentamento do mesmo fossem definidas em diferentes perspectivas. No entanto, há um consenso em torno da significação da pobreza de que significa “falta de algo”. Segundo Ozanira Silva (2009):

As abordagens explicativas sobre a pobreza têm frequentemente recorrido a duas noções: insuficiência de renda para manutenção de condições básicas para reprodução biológica e desigualdade na distribuição de recursos, originando a concepção de pobreza absoluta e pobreza relativa. (SILVA, 2009, p. 157)

Desta forma, a pobreza absoluta vincula-se estritamente às condições de sobrevivência física, ou seja, o não atendimento das necessidades biológicas mínimas para sobrevivência. Este tipo de abordagem é limitada por considerar necessária uma renda mínima para a reprodução puramente física das pessoas (por exemplo, apenas aspectos nutricionais, de vestimenta, moradia). (ROCHA, 2003)

Já o conceito de pobreza relativa se baseia nas necessidades socialmente construídas relativa ao modo de vida dominante em cada sociedade. Isto pressupõe que o objetivo seria incorporar a redução de desigualdades de meios entre os indivíduos em um determinado contexto.

Na sociedade capitalista, a qual é monetizada, o atendimento às necessidades básicas de reprodução social é realizado através do acesso à renda. Desta forma, a mensuração da pobreza em muitos estudos e inclusive as estatísticas oficiais no Brasil, relacionam a pobreza à renda familiar *per capita*, estabelecendo “linhas de pobreza e extrema pobreza”.

Estas linhas de pobreza e indigência são utilizadas no Brasil como parâmetros para inclusão da população nessas situações limítrofes nos programas sociais, como no Programa Bolsa Família e no Benefício da Prestação Continuada, os dois maiores programas sociais no país atualmente.

Estas linhas estão relacionadas à pobreza absoluta, tendo em vista que se baseiam nos cálculos dos mínimos para a sobrevivência como utilizam os institutos de pesquisa IPEA e IBGE (referente aos cálculos da cesta básica de alimentos simplificada) (SANTOS e ARCOVERDE, 2011).

Conforme demonstrou o IPEA (2016), a taxa de pobreza saiu de um patamar de 20%, em 2004, para 6%, em 2014, e a de extrema pobreza caiu de aproximadamente 7% para 2% no mesmo período. Há que se destacar, como relata o IPEA, que esta redução há que se considerar a vinculação direta dos programas de transferência de renda que dão respostas a curto prazo e focalizadas, não as superando, nem oferecendo qualidade de vida, mas tão somente subsistência.

Ainda, em relação às pessoas que vivem em extrema pobreza ou indigência, encontra-se uma parcela da população que não aparece nos dados oficiais ¹¹ do Brasil sobre pobreza: a população em situação de rua. E existem no Brasil 50.000 ¹² pessoas acima de 18 anos de idade vivendo em situação de rua.

Esta população, como já tratado anteriormente, é um fenômeno presente no cenário dos grandes centros urbanos das sociedades capitalistas contemporâneas e vinculação com uma pluralidade de determinações e particularidades, mas que assume configurações específicas relacionadas ao marco temporal e espacial. As determinações estruturais deste fenômeno estão vinculadas à formação da sociedade capitalista e ao seu modo de produção e reprodução. Como traz Wanderley (1995):

A população de rua conceitualmente, faz parte do chamado lumpemproletariado e, no limite, do exército industrial de reserva. Se ela tem aspectos de identidade semelhante aos trabalhadores em geral, ela tem sua identidade própria, sua especificidade. (WANDERLEY, 1995)

Em relação a este conceito, Escorel (1999) tem outra perspectiva ao realizar estudo sobre a população em situação de rua. Afirma que esta pode ser caracterizada como exército de reserva, mas também como população

¹¹ As pesquisas oficiais acerca da pobreza no Brasil (a exemplo das Pnad's) predominantemente são feitas com base em amostra de domicílio, as quais excluem as pessoas em situação de rua.

¹² Dados da Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua (Brasil, 2008).

excedente, supranumerários, massa marginal, inúteis ao mundo do trabalho ou lumpen, considerando que a população em situação de rua apresenta uma história profissional segmentada. No entanto, a autora acrescenta para caracterizar este segmento que há uma especificidade contemporânea de desvinculação.

Neste sentido a autora recorre à exclusão social para contextualizar o fenômeno na realidade brasileira. Entende que esta população vive em condição de exclusão, “sem lugar no mundo”, desvinculados de forma que “não constituem uma unidade social de pertencimento” (ESCOREL, 1999, p.18).

É necessário destacar que autores de diferentes perspectivas teóricas que realizaram estudos acerca da população em situação de rua convergem no entendimento de que são pessoas que vivenciam situação de extrema pobreza, constituem um grupo heterogêneo e fazem da rua seu espaço de moradia e sobrevivência.

Houve no Brasil uma tendência à invisibilidade do fenômeno da população em situação de rua, o que se expressa com o longo período de inexistência de dados e informações científicas sobre o fenômeno, a falta de políticas sociais capazes de reduzir a pobreza e as desigualdades na perspectiva que assegurasse a cobertura a esse segmento da população. Além disso, como destaca Silva (2009), há uma convivência incontestável nos centros urbanos com o fenômeno e estes fatores contribuem para que o enfrentamento desse seja tratado como algo natural das sociedades e a responsabilização individual às pessoas por se encontrarem em situação de rua.

As iniciativas estatais de proteção social para o enfrentamento deste fenômeno no Brasil constituem uma longa relação de “desproteção”. Como trata Ferro (2012), no país coexistiram dois tipos de políticas públicas destinadas à população em situação de rua:

Um primeiro tipo de política, que remonta à origem das ruas, é a criminalização e repressão dessas pessoas por agentes públicos. O uso da violência tem sido prática habitual para afastar essas pessoas dos centros urbanos e levá-las para áreas remotas ou para outros municípios, em nítidas políticas de higienização social. Esse tipo de ação estatal reflete, é claro, a cultura dominante em nossa sociedade de discriminação e culpabilização do indivíduo por estar e morar nas ruas, visão que é projetada e estimulada por diversos meios de comunicação. O segundo tipo de política consiste na omissão do Estado e, como consequência, na cobertura ínfima ou inexistente das políticas sociais para este segmento em todos os três níveis de

governo (municipal, estadual e federal), ou seja, a invisibilidade do fenômeno para o poder público. Nesse sentido, a ausência de políticas sociais é também uma política. (FERRO, 2012, p. 36)

De um modo geral, a trajetória das políticas sociais no Brasil foi influenciada em grande parte pelas mudanças político-econômicas ocorridas no plano internacional na ordem política interna, mas diferente dos países capitalistas avançados, no cenário nacional não houve um “Estado de bem-estar” devido às limitações provenientes da dependência econômica. O momento de expansão dessas políticas ocorreu durante os regimes autoritários, quando há o aprofundamento das relações sociais no capitalismo monopolista e reconfiguração da questão social, que passa a ser enfrentada pelo Estado com repressão e assistência (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

À população em situação de rua restaram a repressão e caridade de iniciativas privadas da sociedade. E, mesmo quando há a construção da Constituição Federal de 1988, que incluiu pela primeira vez na história do país a assistência social como direito e parte do Sistema de Seguridade Social, este segmento não esteve incorporado na legislação.

Os princípios que nortearam estas políticas sociais no Brasil estiveram baseados no primado do trabalho, como afirma Boschetti (2003), assim como nos países capitalistas desenvolvidos. Desta forma, principalmente os benefícios da previdência social e da assistência social incorporaram os princípios de “inaptidão ao trabalho” para que a população tivesse acesso. E, a população em situação de rua, composta por uma grande parcela de pessoas em idade produtiva e teoricamente “aptas” para o trabalho, ficou por muito tempo à margem do atendimento das políticas sociais.

Isto ocorreu principalmente pelo forte estigma social existente em relação ao segmento que está apto para o trabalho, mas que não consegue exercê-lo devido à própria lógica do sistema capitalista. Este estigma está arraigado na sociedade brasileira na qual a “ordem social” é fundada pelo primado do trabalho, conforme a Constituição Federal 1988, e tem forte tradição católica de valorização do trabalho para promover a própria subsistência (SILVA, 2009).

Em relação à Constituição Federal de 1988, considerada como “Constituição cidadã”, representou um avanço no âmbito legal dos direitos sociais. No entanto, concomitantemente o cenário brasileiro nos anos 1990

seguiu a tendência internacional da incorporação da ideologia neoliberal, que defende menor intervenção estatal na economia e o social cada vez mais responsabilidade da iniciativa privada. Este cenário corroborou para o rebaixamento da qualidade de vida da população, aumento do desemprego estrutural, da pobreza extrema e da superpopulação relativa.

As políticas sociais a partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000, seguiram diretrizes internacionais de diminuição da pobreza e o discurso neoliberal incorpora a ideia do Estado como provedor de cidadãos muito pobres.

A questão social passa a ser objeto de um processo de criminalização das classes subalternas, tendo como tendência ao seu enfrentamento a naturalização e tratamento com políticas assistenciais focalistas de combate à pobreza ou com ações de repressão. Estas tendências apresentam-se como uma reatualização do passado quando a questão social era concebida enquanto “caso de polícia” em vez de ser objeto de ação do Estado para atender às necessidades básicas da classe trabalhadora. Torna-se a atualização da articulação “assistência focalizada/repressão”. (IAMAMOTO, 2001)

Desta forma, com base nas diretrizes de “combate à pobreza”, que foram orientados pelos organismos internacionais supracitados, o Estado investe em programas de renda mínima de caráter seletivo para cidadãos pobres e estes passam a ter papel central na estruturação política de proteção social brasileira a partir do governo FHC e com maior vigor no governo Lula com o Programa Bolsa Família.

Entretanto, em relação à população em situação de rua no âmbito da assistência social nos anos 1990 e início dos anos 2000, enfrentaram uma crescente pobreza extrema e da ausência de proteção social (Silva, 2009).

Pode-se exemplificar com os dados referentes ao acesso desta população aos programas de transferência de renda condicionados ou não à inaptidão ao trabalho. No ano de 1998, em Belo Horizonte, quando foi realizado o primeiro censo das pessoas em situação de rua que apontou 11% recebiam aposentadorias e pensões, 8, 61% tiveram acesso ao PIS e 6,2% acessaram o seguro-desemprego. Já no ano de 2005 o censo realizado na mesma cidade apontou que apenas 0,86% tinham acesso ao Programa Bolsa Família (que não utiliza o critério de inaptidão ao trabalho) e apenas 3,35% declararam receber aposentadoria ou pensão. Registre-se que nestes períodos ainda não havia uma

política nacional para a população em situação de rua e esta em grande parte não acessava outros programas sociais.

O marco legal de inclusão da população em situação de rua na assistência social é de 2005, durante o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, quando foi criado em âmbito federal a lei nº 11.258/2005 que altera a Lei Orgânica da Assistência Social e torna obrigatória a criação de programas direcionados a esta população, na organização dos serviços de assistência social, sob a perspectiva de ação intersetorial. Posteriormente, a atenção à referida população começa a ser delineada com a publicação do Decreto de 25 de outubro de 2006, que cria o Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, com objetivo de elaborar estudos e propor políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua.

O acesso aos serviços sociais pela população em situação de rua mesmo após estas legislações, entretanto, esteve limitada por muitos fatores ligados à característica seletiva dessas políticas, dentre eles destacam-se as *exigências formais* como documentos pessoais (enquanto grande parte desta população não os tem) ou a exigência de endereço domiciliar (enquanto a situação de não ter moradia é a característica central da população) (SILVA, 2009). Este último apenas encerrou a partir da Resolução do CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009 que permite utilizar o endereço da instituição na qual o usuário está sendo acompanhado para ser referência de moradia.

Apenas em 2009 o governo federal institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento. Mas, como analisa Ferro (2012), os resultados ainda são muito incipientes. “As mudanças na institucionalidade democrática do Estado e os resultados em termos de distribuição de bens, serviços e oportunidades ainda são insuficientes diante da gravidade da realidade da população em situação de rua” (FERRO, 2012, p. 39).

A Política Nacional para a População em Situação de Rua avança ainda no sentido de definir a população de rua como:

[...] o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de

acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.
(BRASIL, 2009, p. 1)

A referida política ainda prevê o enfrentamento da pobreza extrema na qual vivem essas pessoas a partir de proporcionar o acesso das mesmas aos benefícios previdenciários e assistenciais, incluindo programas de transferência de renda. Outros aspectos a se destacar é que há a reafirmação dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, além de prever a contagem oficial da população em situação de rua.

Assim, percebe-se que houve um avanço no que tange aos aspectos legais para subsidiar e orientar o enfrentamento do fenômeno da população em situação de rua. Entretanto existem alguns hiatos entre o que é previsto legalmente e a realidade vivenciada. Como por exemplo, não existir desde 2007¹³ pesquisa nacional sobre população em situação de rua ou mais consistentes e diversos programas sociais. Isto interfere no desconhecimento sobre a real situação da população adulta em situação de rua e as possíveis intervenções, mais adequadas, às necessidades das mesmas na atualidade.

¹³ Nos casos das metrópoles de Recife, Belo Horizonte e São Paulo não fizeram parte desta pesquisa e atualmente os últimos censos sobre a população em situação de rua foram realizadas nestas cidades nos anos de 2005, 2014, 2015, respectivamente.

4 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM RECIFE E REGIÃO METROPOLITANA

Conforme exposto nos capítulos anteriores, a população em situação de rua começa a fazer parte da agenda pública do Estado no Brasil em meados dos anos 2000, no âmbito da assistência social. Em Recife e Região Metropolitana, os serviços públicos para este segmento da população seguem a orientação da Política Nacional para a População em Situação de Rua e foram construídos a partir dessa.

A partir desse pressuposto, para a análise proposta neste capítulo, inicia-se com a explanação dos serviços que são ofertados no âmbito da assistência social para a população em situação de rua no Brasil, em Pernambuco e na cidade do Recife e Região Metropolitana.

Entende-se que a pesquisa traz a necessidade de aproximação com objeto de estudo e a possibilidade de diálogo com a realidade a qual deseja-se estudar. Para isso, utilizou-se neste estudo o apoio de metodologia que permitisse esta aproximação, com a pesquisa de abordagem qualitativa, que busca compreender a dinâmica das relações sociais com preocupação em aspectos da realidade que não podem ser quantificados. (MINAYO, 2001, p.14)

Quanto aos procedimentos utilizados na pesquisa, optou-se por metodologia que permitisse maior aproximação do objeto, com a pesquisa de campo, que permite a busca de informação com a população pesquisada. Portanto, com o objetivo caracterizar e contextualizar a população em situação de rua em Recife e Região Metropolitana, foi realizada a pesquisa de campo em dois Centros de Referência Especializados para a População em Situação de Rua (Centros Pop's) da Região Metropolitana do Recife.

Ainda, para obter um panorama do contexto da população em situação de rua em Recife e RMR, também se realizou a pesquisa documental com a análise de matérias sobre a população em situação de rua de jornais de grande circulação em todo o estado de PE.

4.1 A organização dos serviços no âmbito da assistência social para a população adulta em situação de rua

Realizar um estudo acerca da estrutura dos serviços de atendimentos à população adulta em situação de rua, no âmbito da assistência social, requer iniciar pelo que está preconizado na Política Nacional de Assistência Social publicada no ano de 2004.

A Política Nacional de Assistência Social inaugura uma perspectiva no âmbito da assistência social que dá visibilidade, ao menos no tocante aos documentos formais, para a população em situação de rua, que tradicionalmente esteve excluída das agendas governamentais. A referida política direcionada para a perspectiva da equidade, prevê a atuação no atendimento a setores da sociedade sujeitos a riscos sociais como a população em situação de rua, reconhecendo que por muito tempo este segmento não fez parte da visão de totalidade da sociedade brasileira.

Os serviços da Assistência Social estão organizados em dois níveis de proteção social, a saber: proteção social básica e proteção social especial. A primeira compreende os serviços ofertados com o objetivo de prevenir situações de risco, através do desenvolvimento das potencialidades e aquisições e fortalecer os vínculos familiares e comunitários. A instituição que executa e coordena os serviços da proteção social básica é o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS.

Em relação a proteção social especial, está estruturada para atendimento de usuários em situação de violação de direitos, de indivíduos ou famílias com vínculos fragilizados ou rompidos. Conforme previsto na PNAS (2004), o objetivo da proteção social especial é:

[...]prover atenções socioassistenciais a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. (BRASIL, 2004, p. 37)

No tocante à estrutura da proteção social especial, está subdividida em média complexidade e alta complexidade. Os serviços de média complexidade oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas

que ainda possuem vínculos familiares e comunitários. Estes serviços requerem atenção técnico-operacional especializada para acompanhamento e monitoramento. No tocante à população em situação de rua adulta, os serviços de abordagem de rua e o plantão social são também ofertados para este público.

Ainda, a proteção social especial de média complexidade envolve também o Centro de Referência Especializado da Assistência Social, o qual realiza orientação quanto ao convívio sociofamiliar e comunitário. Em relação à população em situação de rua, a aprovação da Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009, representou um avanço significativo para a concretização da oferta de ações às pessoas em situação de rua no SUAS, pois efetivou a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, definindo os serviços especializados para tal público.

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais define oferta de serviços para a população em situação de rua na Proteção Social Especial de média e alta complexidades, sendo ofertado na média complexidade o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e o Serviço de Abordagem Social. Já na Proteção Social Especial de alta complexidade, estão previstos os serviços de Acolhimento Institucional (para indivíduos e famílias em situação de rua) e o Serviço de Acolhimento em República (para as pessoas em processo de saída das ruas).

Desta forma, na média complexidade existe o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), que oferta o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (BRASIL, 2011). Ainda o Centro Pop é considerado local para desenvolver o convívio social e em grupo, estimular a organização e a participação social.

Em relação à proteção social de alta complexidade, os serviços ofertados para a PSR são de acolhimento institucional. São ofertados para situações em que é necessário garantir às pessoas que fazem da rua local de moradia, acolhimento temporário e possibilidade para que desenvolvam independência, autonomia e autocuidado.

Para a implantação dos Centro Pops, é necessário haver o reconhecimento do território, a fim de identificar a necessidade de demanda para

tal serviço, além de existência de rede sócio-assistencial, e o perfil de usuários que demandam o serviço (a PSR).

O estado de Pernambuco, composto por 185 municípios, e até o ano de 2016 possuía 08 (oito) Centros Pop, sendo dois destes localizados no município de Recife e um em cada uma das seguintes cidades: Abreu e Lima, Paulista, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Caruaru e Petrolina. Atualmente, os municípios de Paulista e Olinda não ofertam mais o serviço.

Considerando que o fenômeno da população em situação de rua é mais expressivo nos grandes centros urbanos, e considerando ainda a oferta de serviços específicos para a população adulta em situação de rua, este estudo abrange e analisou os Centro Pop's dos municípios da região metropolitana que ofertam serviços para essa população e que são os das cidades de Abreu e Lima e Jaboatão dos Guararapes.

Não existem dados oficiais de pesquisas divulgados que caracterizem a população em situação de rua nos municípios escolhidos, exceto a cidade de Recife, que teve o primeiro censo realizado em 2005, através de solicitação do então Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que apontou que viviam cerca de 1.390 pessoas em situação de rua na cidade, sendo que em casas de acolhida e/ou abrigos foram 185 (85 em unidades do IASC e 100 de outras organizações) e nas ruas da cidade foram 1.205 pessoas. Desde então, os dados divulgados acerca da população dizem respeito aos usuários atendidos nos equipamentos específicos de atenção à PSR.

Seguindo a orientação da PNPSR, o estado de Pernambuco instituiu em 2013 o Decreto nº 39.851, que criou o *Programa Vida Nova - Pernambuco Acolhendo a População em Situação de Risco e Rua*, o qual tem por objetivo incluir pessoas em situação de risco e rua na convivência familiar, comunitária, desenvolver autonomia e acesso a políticas públicas, mas além do atendimento a pessoas em situação de rua (crianças, jovens e adultos), o programa visa o atendimento de pessoas em outros tipos de violação de direitos, tornando o enfoque mais amplo. No ano de 2015, a lei nº 15.551, de 10 de julho de 2015, institui o *Incentivo Vida Nova destinado aos usuários do programa vida nova - Pernambuco acolhendo a população em situação de risco e rua*, prevendo o pagamento no valor de até R\$ 200,00 (duzentos reais) para adolescentes, jovens

e adultos, que vivenciaram situação de violações de direitos, incluindo situação de rua.

As atividades previstas no referido programa são executadas pelo Centro da Juventude Adolescente, ou Centro da Juventude Adulto-Jovem, a Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude – SEDSCJ. No tocante a oferta dos serviços nos municípios que serão estudados, em Recife, o atendimento à PSR na média complexidade é ofertado através de dois Centros Pop: Centro POP Glória e Centro POP Neusa Gomes.

Em relação à proteção especial da alta complexidade, para adultos em situação de rua, são ofertados quatro instituições de acolhimento, e duas para idosos, totalizando a quantidade de 75 vagas exclusivas para homens adultos, 40 vagas para mulheres e crianças, 32 vagas para adultos de ambos os sexos e 60 para idosos de ambos os sexos.

Estas informações permitem verificar que a oferta de serviços para a população em situação de rua na cidade de Recife é muito menor do que a demanda pelos serviços.

No aparato legal municipal, têm-se o Decreto Nº 27.993 de 30 de maio de 2014, que institui o Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para População em Situação de Rua do Recife.

Em relação aos municípios de Abreu e Lima e Jaboatão dos Guararapes, ambos não divulgam dados oficiais acerca do perfil da população em situação de rua de cada município e ainda, em relação a proteção social especial de média complexidade, é ofertado o serviço de 01 Centro Pop, em cada município. Não disponibilizam, no entanto serviço de acolhimento institucional para PSR adulta.

4.2 A experiência dos Centros Pop da Região Metropolitana do Recife – um pouco dos Centros Pop's

A Política Nacional para População em Situação de Rua, como já mencionado anteriormente, instituída em 2009 no Brasil, definiu dentre os objetivos para assegurar o acesso da população em situação de rua a direitos sociais, no inciso XII do art. 7º, “implementar centros de referência

especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social” (BRASIL; 2009).

Ainda em 2009 foi aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Neste documento, que padronizou no território nacional a oferta dos serviços de proteção social básica e especial, foi previsto a implantação dos Centros de Referência Especializados para a População em Situação de Rua no âmbito do SUAS, o que passou a ser apoiado pelo então Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome a partir de 2010.

A partir da resolução supramencionada houve a organização da oferta dos serviços da assistência social na Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, sendo esta de média e alta complexidade. A proteção social especial prevê a oferta dos serviços especializados para situações de risco social e pessoal e violações de direitos, como no caso da população em situação de rua.

Em 2011 o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome publicou o documento “Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop” (MDS, 2011), no qual estabelece os parâmetros para a execução dos serviços ofertados nos Centros Pop’s em todo o território nacional. Esse documento estabelece que os serviços ofertados para as pessoas em situação de rua na proteção social especial de média complexidade sejam realizados através dos Centros Pop’s e pelo serviço de Abordagem Social.

Ainda, esse documento distingue o Centro de Referência Especializado de Creas e Centro Pop, orientando que aquele não deve ofertar os serviços para este segmento da população porque a população em situação de rua precisa de serviços específicos para construção de novos projetos de vida e trajetórias, orientando para a construção do processo de saída das ruas e reconhecimento enquanto sujeito de direitos.

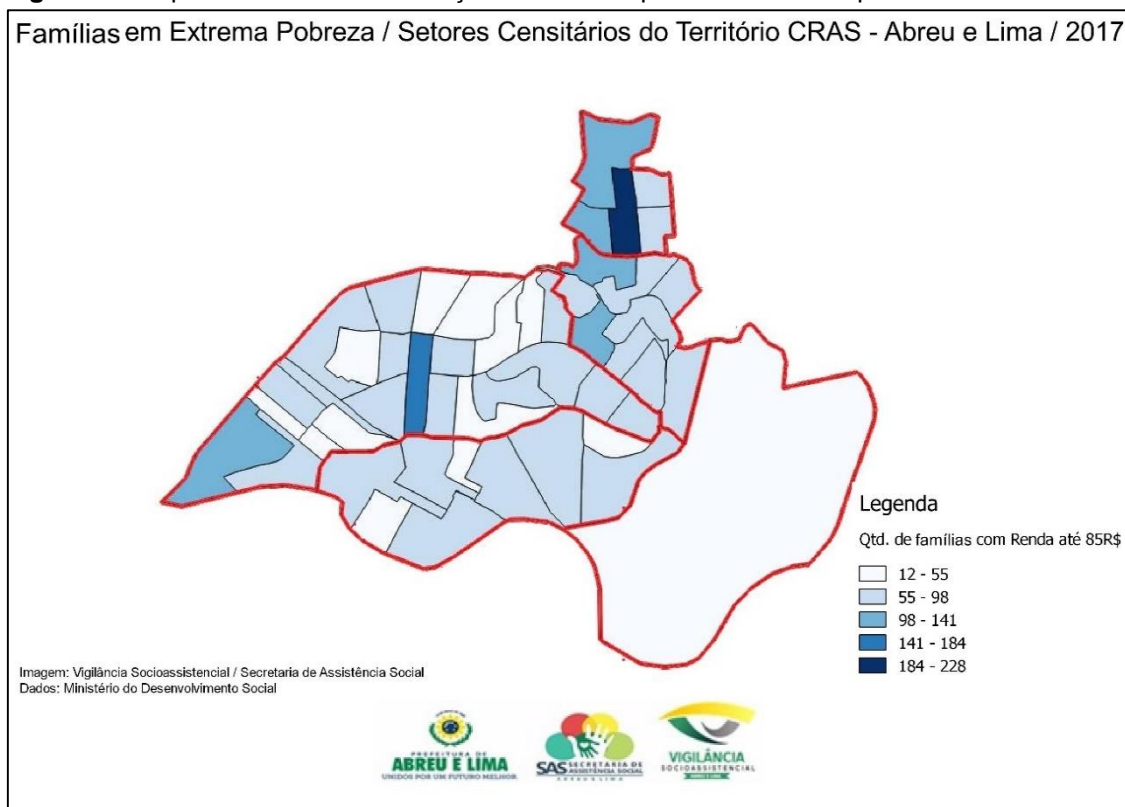
A partir da referência do aparato legal para a população em situação de rua no Brasil e em Pernambuco, realizou-se a maior aproximação com o objeto

de estudo a partir da pesquisa de campo através da observação participante nos Centros Pop's nos dois municípios da Região Metropolitana do Recife que ofertam este serviço, a saber, o município de Abreu e Lima e o município de Jaboatão dos Guararapes.

A pesquisa de abordagem qualitativa é adequada ao se tomar a realidade social para análise na qual não se pode aproximar apenas por dados quantificáveis. Realizar uma pesquisa de campo permite articular conceitos e sistematizar a produção de uma determinada área do conhecimento. Como afirma Minayo (2002), o campo de pesquisa é o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando a realidade empírica a ser estudada a partir de concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação.

Após escolher os instrumentos de pesquisa e a delimitação teórica do objeto, é realizada uma fase exploratória do campo de pesquisa. Deste modo, foi realizada a pesquisa de campo durante o mês de abril de 2018 através de visitas realizadas nos Centros Pop's dos municípios citados anteriormente. Apesar de serem municípios distintos em tamanho geográfico e de habitantes, ambos oferecem os serviços de Centro Pop pelo motivo de a gestão municipal compreender que houve demanda de usuários em número suficiente para a implementação dos serviços. Iniciaremos o relato e análise da experiência do **Centro Pop de Abreu e Lima**.

A cidade de Abreu e Lima é um município da Região Metropolitana do Recife de médio porte, que tem a população estimada em 99.364 habitantes, segundo o IBGE (2017). E ainda que a gestão dos serviços da assistência social tenha implementado o serviço para pessoas em situação de rua, não existem dados de pesquisas oficiais sobre tal segmento populacional no município. Conforme demonstra a figura 1, é um município em que predomina famílias em situação de pobreza extrema e que utilizam os serviços da proteção social básica.

Figura 1 – Mapa das famílias em situação de extrema pobreza no município de Abreu e Lima

Fonte: Secretaria de Assistência Social de Abreu e Lima – PE.

A demanda de pessoas em situação de rua cidade de Abreu e Lima tornou-se parte da agenda pública do governo municipal a partir da crescente procura destes usuários pelos serviços de assistência social. Desta forma, foi instituído no município o Centro Pop em março do ano de 2016. Ainda, o fato da cidade ser localizada em rotas de rodovias principais que são utilizadas para viagens para outros estados, influenciou no perfil de usuários atendidos pelo serviço do Centro Pop do município, tendo em vista que a maior parte residia em municípios distintos e acabam procurando o serviço do Centro Pop para atender às suas necessidades imediatas de alimentação e higiene.

Ao realizar a pesquisa de campo, pode-se observar que, no tocante à estrutura física, o referido Centro Pop atende às recomendações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Podemos destacar a sala de atendimento individualizado, espaço para higiene pessoal, guarda-pertences individualizados. O espaço é compatível com os serviços ofertados.

Em relação aos recursos humanos, tomando como parâmetro o recomendado pela Resolução do CNAS nº 17/2011 e ainda pelo documento de

orientações técnicas para os Centros Pop's do MDS (pode-se observar abaixo na figura 2), a equipe do Centro Pop de Abreu e Lima encontra-se com defasagem de profissionais. A equipe técnica de referência é composta por 01 coordenadora, 01 psicóloga, 02 educadores sociais que realizam o Serviço Especializado de Abordagem Social. Ainda são parte do quadro institucional 01 auxiliar administrativo, 01 cozinheira, 01 nutricionista e 03 vigilantes que revezam em plantões para realizar a segurança patrimonial. Todos esses profissionais são contratados por vínculo de contrato por tempo determinado.

Desta forma, a principal função desenvolvida pela técnica de referência, que é a acolhida e escuta qualificada para ofertar informações e orientações sobre acesso a direitos, é realizada pela psicóloga, que fica sobrecarregada e, por vezes, pela coordenadora.

Outra questão que prejudica a oferta do serviço no Centro Pop Abreu e Lima são os vínculos de trabalho fragilizados dos profissionais que trabalham no equipamento, pois são vínculos de contrato. Desta forma, há frequente rotatividade de profissionais que trabalham no local, e no período em que foi realizada a pesquisa já havia seis meses que o equipamento não contava com assistente social no quadro de funcionários.

FIGURA 2 - Composição da equipe de referência do Centro Pop com capacidade para atendimento a até 80 casos (família/indivíduos) recomendada pelo MDS.

Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua	Capacidade de Atendimento 80 casos (famílias ou indivíduos/mês)
	01 Coordenador (a)
	02 Assistentes Sociais
	02 Psicólogos (as)
	01 Técnico de nível superior, preferencialmente com formação em Direito, Pedagogia, Antropologia, Sociologia ou Terapia Ocupacional ¹³
	04 Profissionais de nível superior ou médio para a realização do Serviço Especializado em Abordagem Social (quando ofertada pelo Centro POP), e/ou para o desenvolvimento de oficinas socioeducativas, dentre outras atividades.
	02 Auxiliares Administrativos

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome.

O funcionamento do Centro Pop Abreu e Lima é nos dias úteis, de segunda-feira à sexta-feira, no horário das 08h às 16h. A rotina é organizada de modo que a entrada dos usuários é permitida apenas até às 09h15min, e ainda não é admitida a entrada de usuários sob efeito de uso de álcool ou qualquer substância entorpecente. A média de usuários atendidos por dia é variável, em torno de 05 a 13 usuários, o quantitativo mensal é em torno de 100 usuários atendidos.

Como a demanda diária é compatível com a estrutura do Centro Pop, é permitido que os usuários frequentem todos os dias o local, se assim desejarem. E esta demanda não muito elevada pode se justificar também pelo acesso ao local em que está situado o Centro Pop, pois embora a estrutura seja compatível com o que está previsto nos documentos legais, a instituição não é facilmente exposta para os usuários que desconhecem o serviço.

Ainda em relação à visibilidade e acesso ao serviço, muitos moradores do município desconhecem a existência do serviço, por não ser localizado em avenidas de maior movimento de pedestres e carros. A localização fica próximo ao bairro do Fosfato, em Abreu e Lima, próximo ao Centro da cidade, porém, em uma rua estreita, sem saída e que não há grande movimento de pessoas circulando.

Em relação aos serviços ofertados, são realizadas oficinas de jardinagem pelos educadores sociais com os usuários, porém, as oficinas têm caráter socioeducativo e não de capacitação profissional. Durante o período que foi realizada a pesquisa, participamos de atividades realizadas no Centro pop de Abreu e Lima que foram articuladas com a secretaria de saúde do mesmo município, com a vacinação dos usuários e de orientações de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis.

No tocante aos encaminhamentos dos usuários para acesso aos direitos, prevalecem encaminhamentos para retirada de documentação pessoal de RG e CPF. Ainda se percebe que há articulação com a rede de saúde mental e de atenção básica para o acompanhamento dos usuários que necessitam realizar tratamento continuado para doenças como tuberculose, HIV e ainda para dependência de álcool e outras drogas.

A instituição não mantém parceria com a iniciativa privada, porém recebe doações de roupas e materiais de higiene que pessoas da sociedade civil realizam. Desta forma, perpetuam-se características assistencialistas que historicamente vem sendo utilizadas para lidar com o fenômeno da população em situação de rua.

Em relação ao planejamento junto a cada usuário para definir objetivos para conseguir reconstrução de projetos de vida que incluam a saída das ruas, que está previsto na PNPSR, não foi observado durante a pesquisa. Não há parcerias ou encaminhamentos para capacitação profissional, ou para o mercado de trabalho. A equipe técnica relata a dificuldade de realizar tais encaminhamentos devido à baixa escolaridade dos usuários. A saída das ruas torna-se mais difícil e realiza-se nas raras vezes quando a equipe consegue reconstruir os vínculos familiares e essa família acolhe a pessoa que se encontrava em situação de rua.

A experiência da pesquisa realizada no **Centro Pop do município de Jaboatão dos Guararapes** demonstrou diferenças nas demandas recebidas e na forma de atendimento à população em situação de rua, principalmente pelo fato de que se trata de um município de grande porte, com uma população de 695.956 habitantes (IBGE, 2017), também possui especificidades territoriais que contribuem para tornar as demandas de pessoas que vivem em situação de rua de acordo com tal realidade. Como por exemplo, o fato da área litorânea e muitas pessoas em situação de rua buscar as áreas de praia como espaço de sobrevivência.

Pode-se perceber ainda que o município de Jaboatão dos Guararapes expressa a tendência mais geral do sucateamento dos serviços de assistência social do país, com a redução de equipe técnica necessária para atender à demanda da população usuária dos serviços, que fragiliza o serviço ofertado.

O Centro Pop de Jaboatão dos Guararapes no tocante à estrutura física, pode-se observar que atende, em parte, às orientações técnicas previstas oficialmente para a execução dos serviços. Em relação à localização, é situado em local de grande circulação de pedestres e veículos, de modo que é de fácil identificação para o público usuário dos serviços. Entretanto, apesar de a estrutura ter espaço suficiente para a acomodação e atendimento das pessoas em situação de rua, por vezes falta meios de os usuários realizar higiene pessoal

por defasagem na estrutura física e/ou por falta de recursos materiais de higiene pessoal.

No tocante ao funcionamento do referido Centro Pop, o horário de atendimento é reduzido, não compatível com as orientações técnicas de que deve funcionar oito horas por dia. O funcionamento é nos dias úteis, de segunda-feira à sexta-feira, no horário das 08h às 14h. A rotina é organizada de modo que a entrada dos usuários é permitida apenas até às 9h, e também como no Centro Pop de Abreu e Lima, não é admitida a entrada de usuários sob efeito de uso de álcool ou qualquer substância entorpecente.

O acesso dos usuários ao serviço também é limitado. Os usuários não podem ser atendidos todos os dias e, desta forma entram em acordo com a equipe técnica de referência sobre o dia que pode comparecer e o tipo de atividade ou a busca de atendimento específico no dia agendado, como por exemplo, encaminhamento para cursos de capacitação, encaminhamento para retirada de documentação, etc.

A média de usuários atendidos por dia é fixa, pois a procura pelo serviço é maior do que o equipamento pode atender, e desta forma são distribuídas fichas para atendimento de 20 usuários por dia, o quantitativo mensal é em torno de 400 a 450 atendimentos realizados.

A demanda pelo serviço deste Centro Pop é considerada elevada, mas proporcional ao tamanho do município, considerando que a população em situação de rua é um fenômeno que se torna mais presentes em grandes centros urbanos. Ainda, é desproporcional para o tamanho do município e a quantidade de demanda pelo serviço para ser atendida apenas por um Centro Pop.

A equipe técnica é composta por 01 coordenadora, 01 educador social, 02 psicólogas e 01 assistente social. À exceção da coordenadora, que é contratada por tempo determinado, a equipe técnica é composta por funcionários públicos, selecionados através do último concurso público realizado no ano de 2016. Ainda fazem parte do quadro de funcionários do serviço, 02 seguranças patrimonial e 02 auxiliares de limpeza.

A realidade de uma equipe técnica de referência com poucos profissionais para atendimento da população em situação de rua que busca o serviço, fez com que fosse reduzido o período de oferta dos serviços, em vez de o equipamento funcionar por 08 horas diárias, funciona por 06 horas diárias. Conforme relato da

equipe técnica, a decisão de redução do horário de funcionamento deu-se considerando que não se teria profissionais suficientes para cobrir o turno de funcionamento adequado.

A equipe técnica ainda realiza o Serviço de Abordagem Social, mas por ter o quantitativo de profissionais reduzidos, tem ocorrido entre o intervalo de quinze dias, e realiza-se nas principais áreas de existência de pessoas que vivem em situação de rua.

Em relação aos serviços ofertados aos usuários, diariamente são realizados grupos com os usuários nos quais são abordados temas como acesso aos direitos sociais; necessidade de continuidade de tratamento de saúde para os que realizam; orientações gerais sobre as normas e rotinas da instituição. Ainda são servidas as refeições de café da manhã e almoço para os usuários, entregues por empresa privada que produz as refeições diariamente.

Há também a recusa de doações da sociedade civil para os usuários no Centro Pop, por entendimento da equipe de que a aceitação de doações reforça práticas de caridade que precisam ser desvinculadas da Política de Assistência Social, entendida enquanto direito.

No tocante à construção de um projeto junto aos usuários para a saída das ruas, percebe-se que é dificultoso e cada situação demandará tempo diferenciado de acompanhamento para tal objetivo. O relato da equipe técnica é que não há um perfil construído a partir de levantamentos de atendimentos sobre os usuários atendidos, mas predominam pessoas com vínculos familiares rompidos e que não se consegue reconstruir.

Ainda, a questão da falta de escolaridade das pessoas em situação de rua acompanhadas pelo serviço dificulta a capacitação profissional e o ingresso no mercado de trabalho. Além de grande parte dos usuários fazer uso abusivo ou dependente de drogas ilícitas.

Sabemos que na sociedade capitalista, em que as pessoas necessitam de renda para sobreviver e prover suas condições mínimas de sobrevivência, a saída da situação de rua acaba por ocorrer através da reconstrução de vínculos familiares ou através do acesso ao trabalho e renda. Desta forma coloca-se enquanto desafio para o poder público no sentido de realizar nova pesquisa sobre o perfil da população em situação de rua e criar políticas que considerem as suas especificidades para que existam condições objetivas para a saída da

condição de rua quando também há esse interesse por parte da pessoa que está vivendo nesta situação.

4.3 A invisibilidade e/ou reforço do estigma da população em situação de rua na mídia impressa local

Analisar uma determinada época através de seus veículos de comunicação de massa pode possibilitar perceber as relações sociais, econômicas, políticas e culturais presentes no contexto. Conhecer as notícias publicadas acerca da população em situação de rua, proporciona o acesso aos fatos ocorridos em relação à referida população, no âmbito das relações sociais (em relação à sociedade civil e ao Estado) além de a forma como a mídia contribui com a visibilidade desta expressão da questão social, através da crítica ao acesso a direitos e políticas públicas ou, por outro lado, reforçar estigmas em relação à mesma população. Como analisa Sodré (1999), a objetividade jornalística perpassa interesses institucionais, profissionais e sociais pretendidos.

Considerando que a imprensa tem a capacidade relevante de canalizar o debate sobre determinados assuntos, interferindo no posicionamento dos sujeitos sociais e instituições, realizaremos neste tópico a análise de matérias relacionadas à população em situação de rua na cidade de Recife e Região Metropolitana do Recife.

Nesta dissertação buscou-se realizar um estudo de natureza essencialmente qualitativa, no entanto será destacado em alguns momentos dados quantitativos que viabilizam a análise dos dados de forma sistemática para explicitar a pesquisa realizada. A pesquisa realizada foi através da análise de matérias de jornais utilizando a técnica do tipo de análise de conteúdo.

Na análise de conteúdo, busca-se chegar à essência das mensagens que são transmitidas pelos documentos, não ficando apenas no nível da aparência. Esta técnica é organizada em três etapas, sendo a primeira a pré-análise, que se dá através da seleção dos documentos que serão analisados, formulação de hipóteses, objetivos e indicadores; a segunda etapa com a exploração do material, na qual são feitas a codificação, decomposição e enumeração dos

dados para análise; e a última, consiste no tratamento dos resultados, a partir do qual são feitas interpretações e inferências com base nos dados levantados (BARDIN, 2011 apud MENDONÇA, 2013).

Em relação aos documentos analisados, utilizamos matérias de jornais, e foram escolhidos para análise os jornais *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Comércio*, com a realização de pesquisa de matérias que tratem da temática da população em situação de rua no período de 2012 a 2017. A escolha desses veículos de comunicação se deu pelo fato de que os mesmos são jornais do estado de Pernambuco têm grande veiculação e dispõem de acervo do período escolhido para o estudo. E, no tocante ao marco temporal do período correspondente aos anos de 2012 a 2017, foi escolhido por se considerar o período da Política Nacional para a População em Situação de Rua já estar instituídos e programas em nível estadual também.

Ao realizarmos a análise do material empírico, para realizar as inferências como destaca Mendonça (2013), deve-se levar em consideração o emissor que produz a mensagem, o receptor da mensagem e a própria mensagem. Neste caso, os jornais que emitem a mensagem através da publicação das matérias e, mesmo em matérias nas quais não há explicitamente opinião crítica dos redatores, é possível identificar o posicionamento do jornal e a informação que o emissor deseja transmitir.

A técnica de análise de conteúdo requer que o pesquisador determine quais aspectos serão analisados no material empírico. Considera-se ainda que para compreender os significados de um texto é necessário considerar o contexto do qual está se referindo. Desta forma, para a análise das matérias de jornais neste trabalho, foram consideradas as seguintes questões: a) “sobre o quê a matéria está falando? ”, para estudar as informações e as ideias emitidas pela mensagem, ou seja, uma análise temática; b) “como as informações são transmitidas? ”, para estudar a forma como as informações são estruturadas, os termos utilizados para transmiti-las.

Após realizarmos como parte da primeira etapa da análise de conteúdo a seleção dos documentos, que são as matérias dos jornais, realizamos a exploração do material e através destes pudemos conhecer a realidade através

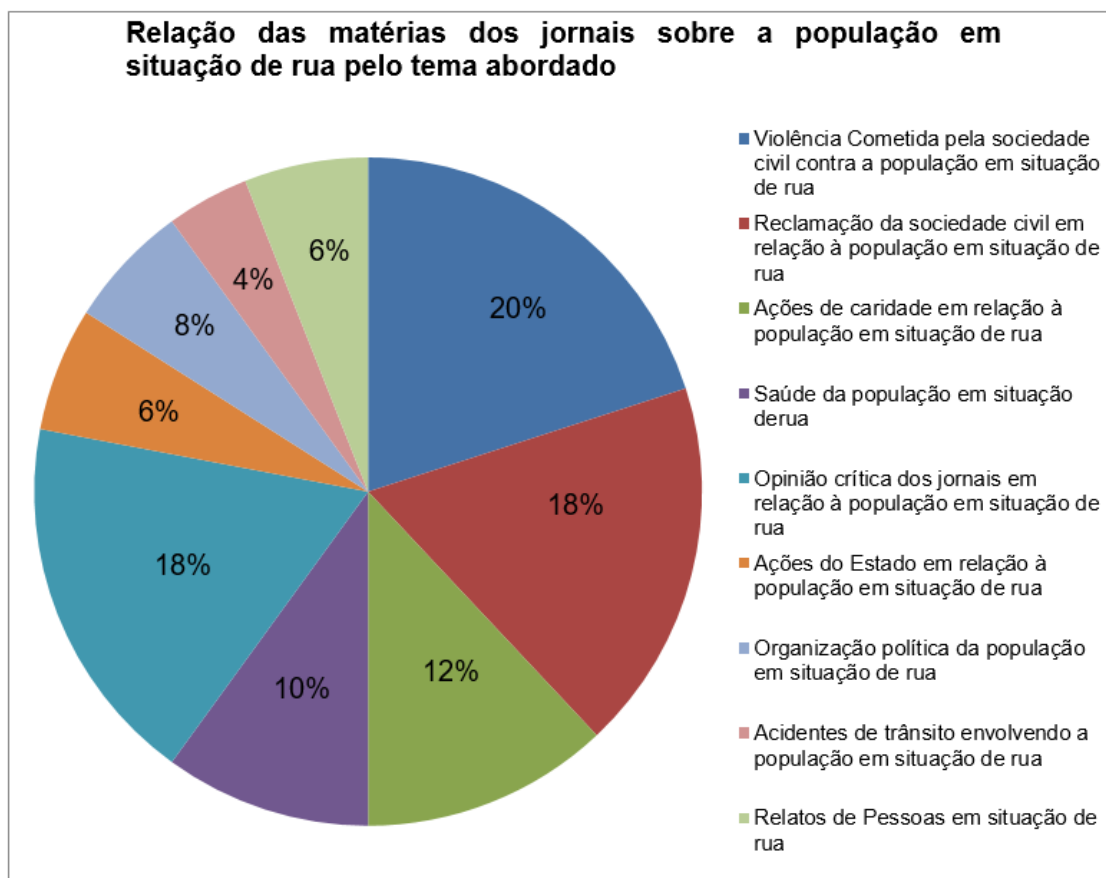
da qual a imprensa trata a intervenção (ou a falta) do Estado e sociedade civil em relação à população em situação de rua.

Considerando a técnica de análise de conteúdo, foi realizada análise de matérias coletadas do jornal Diário de Pernambuco e Jornal do Comércio referentes à população em situação de rua no período supramencionado. Na classificação e análise do conteúdo das matérias foi possível identificar o tipo de temática manifesta ou latente e como a mídia impressa local representa a população adulta em situação de rua em Recife e dois municípios da Região Metropolitana. A leitura técnica das matérias proporcionou identificar quatro temas chave ou nucleadores do tratamento que a mídia impressa local faz da população em situação de rua em geral, a saber: **violência, caridade, acesso a direitos ou negação destes.**

Foram coletadas cinquenta matérias de jornais do período escolhido, que trazem como tema pessoas em situação de rua na cidade de Recife e Região Metropolitana do Recife. Destas matérias, trinta foram publicadas no Jornal do Comércio e vinte publicadas no jornal Diário de Pernambuco. Enquanto neste jornal as notícias relacionadas à população em situação de rua estão todas publicadas no Caderno “Vida Urbana”, no Jornal do Comércio as matérias versam entre o caderno “Cidades” (a maioria está publicada neste caderno) e também “Capa”, “Voz do leitor” ou “Opinião JC”. Nota-se desta forma, que este último jornal trata a temática da população em situação de modo mais amplo, trazendo além de notícias de fatos ocorridos, como violência contra uma pessoa em situação de rua, por exemplo, até a participação de leitores e também a emissão de opinião do próprio jornal em relação à temática.

A seleção das matérias deu-se a princípio a partir da temática, desta forma, todas as matérias coletadas referem-se às pessoas em situação de rua que vivem na cidade do Recife e apenas quatro fazem referência também às cidades da Região Metropolitana do Recife. E, como primeira fase de análise das matérias, podemos agrupá-las por temas os quais são tratados e a frequência que aparecem nas notícias relacionadas a esta população. Como forma de tornar melhor a explicitação, construímos um gráfico no qual constam a frequência de matérias publicadas nos jornais relacionadas pelo tema abordado, conforme a seguir:

GRÁFICO 1 – Relação das matérias dos jornais sobre a população em situação de rua pelo tema abordado.



Fonte: Elaborado pela autora.

Ao realizar a análise do gráfico acima, podemos perceber que, no tocante ao tema abordado nas matérias publicadas, prevalece a violência sofrida pela população em situação de rua em que os agressores são pessoas da sociedade civil. Tais notícias demonstram a forma como a população em situação de rua é vulnerável e é tratada pela sociedade civil de forma indiferente. As notícias como “Morador de rua é morto a pauladas em Boa Viagem enquanto dormia”, publicada no Jornal do Commercio em 07 de março 2014 e “Morador de rua é morto a tijoladas” do mesmo jornal, publicada em 18 de abril de 2014, são comumente veiculadas.

No tocante às matérias de jornais nas quais trazem reclamações de pessoas da sociedade civil em relação às pessoas em situação de rua, permite

revelar mais um aspecto da forma como a sociedade percebe este fenômeno, de forma higienista e, por vezes, criminalizantes.

Para compreender esta perspectiva, pode-se levar em consideração que a população em situação de rua tem como uma característica comum o fato de viver em extrema pobreza e, como trata Sposati (2012, p.07), historicamente, a pobreza no cenário brasileiro esteve polemizada e destacada em discursos de políticos e intelectuais, mas “[...] a pobreza, de tão polemizada e falada, mas não enfrentada, tornou-se um fenômeno banal no cenário brasileiro. Foi naturalizada como ‘parte do mobiliário’ brasileiro, até porque a maioria da população brasileira é pobre”. A partir disso, entende-se que as pessoas em situação de rua são banalizadas e vistas como algo “inconveniente” para as vias públicas.

Com o objetivo de melhor explorar a análise das matérias de jornais, como foi supramencionado, subdividimos a análise por temas chaves, iniciando pela análise de matérias sobre **violência** sofrida pela população em situação de rua.

A violência é um fenômeno complexo, que se faz parte das relações humanas provavelmente desde os primórdios desta. As definições de violência podem ser várias, mas é notório que essa faz parte do cotidiano da sociedade de uma forma geral, no entanto, atinge principalmente as populações mais vulneráveis socioeconomicamente e politicamente, como a população em situação de rua.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a violência como “o uso intencional de força física ou poder, real ou mediante ameaça, contra um indivíduo, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande probabilidade de resultar em ferimentos, morte, danos psicológicos, prejuízo ao desenvolvimento ou privação” (OMS, 2015).

Partindo deste pressuposto, entende-se que a violência requer intencionalidade, ou seja, não se incluem incidentes, os quais não são intencionais. Além disso, o uso do termo “poder” pode ser interpretado como uma forma de ampliação do conceito de violência para além da força física, que inclui negligência, violência psicológica, verbal, e outros tipos de abuso que não necessariamente envolvem atos contra a integridade física.

Em Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, a OMS (2002) caracteriza a violência dividindo em três grandes categorias em violência autoinfligida (a violência que uma pessoa inflige a si própria); violência interpessoal (a violência que é praticada por uma pessoa ou pequeno grupo de pessoas) e violência coletiva (a violência praticada por grupos maiores como o Estado, grupos politicamente organizados, etc).

Cada categoria dessas é subdividida em outras que especificam os tipos de violência. Para este trabalho, serão trazidos para a reflexão os tipos de violência interpessoal, tendo em vista que são as mais frequentemente divulgadas cometidas contra a população em situação de rua, que é objeto deste estudo.

Segundo relatório da OMS (2002) supramencionado, a violência interpessoal é subdividida em: **a)** violência da família e parceiro (a) íntimo (a), que é a violência decorrente de membros da família ou parceiros íntimos; **b)** violência comunitária, aquela ocorrida entre pessoas sem parentesco.

No tocante à violência interpessoal envolvendo as pessoas em situação de rua que foram noticiadas nas matérias coletadas nesta pesquisa, observa-se que prevalece a violência interpessoal na qual os agressores na maioria das vezes não têm vínculo familiar com a vítima.

As matérias dos jornais pesquisados nas quais encontram-se o tema de violência cometida contra a população em situação de rua podem ser observadas no quadro a seguir, no qual constam os títulos das matérias e as respectivas publicações.

QUADRO 1 - Matérias de jornais com tema sobre violência contra a população em situação de rua.

MATÉRIAS DE JORNAIS COM TEMA SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA		
TÍTULOS DAS MATÉRIAS	CADERNO	JORNAL E DATA DE PUBLICAÇÃO
1. Morador de rua é assassinado em Boa Viagem	Vida urbana	Diário de Pernambuco de 28 de dezembro de 2017.
2. Morador de rua é agredido a pauladas na Avenida Caxangá	Vida urbana	Diário de Pernambuco de 12 de setembro de 2017.
3. Morador de rua é queimado em Santo Amaro	Vida urbana	Diário de Pernambuco de 02 de outubro de 2016.
4. Morador de rua teve o pé incendiado	Vida urbana	Diário de Pernambuco de 01 de janeiro de 2017.
5. Morador de rua é morto a pauladas em Boa Viagem enquanto dormia	Cidades	Jornal do Commercio de 07 de março de 2014.
6. Homem achado em cisterna no centro do Recife	Cidades	Jornal do Commercio de 17 de abril de 2014.
7. Morador de rua é morto a tijoladas	Capa 2	Jornal do Commercio de 18 de abril de 2014.
8. Moradora de rua é esfaqueada	Cidades	Jornal do Commercio de 04 de outubro de 2014.
9. Morador de rua é encontrado morto	Cidades	Jornal do Commercio de 28 de dezembro de 2014.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

No tocante à violência sofrida pela população em situação de rua, a literatura sobre este segmento da população aborda os diversos tipos de violência cometidas, tanto física quanto psicológica ou através de estigmas e preconceitos e as diversas formas de dominação. Como afirma Melo (2016, p. 52),

A violência a que estão submetidos vem de todos os lados, dos agentes de segurança pública, como a polícia e as guardas municipais;

por parte do poder público, por omissão, em muitos casos, pela insuficiência e ineficiência das políticas públicas adotadas, e, por mais contraditório que possa parecer, até mesmo pela ação direta de violação de direitos como o recolhimento dos pertences dessas pessoas; e da própria sociedade civil, que, respaldada por um sistema de exclusão protagoniza casos absurdos, agredindo verbalmente e fisicamente, e, no extremo, buscando exterminá-los, como nos relatos de homicídios e tentativas de homicídios – envenenamento, atear fogos, dentre outros.

Apesar de ser recorrente na literatura acerca desse tema a forma de abordagem violenta por parte da segurança pública em relação à população em situação de rua, e ser vivenciado diariamente no país, em todas as matérias coletadas dos jornais, nenhuma faz referência à violência física do Estado contra a população em situação de rua.

Em relação aos sujeitos que cometem a violência contra as pessoas em situação de rua, ao analisar as matérias dos jornais selecionados para a pesquisa, pode-se observar que em todas as matérias a violência foi cometida por pessoas da sociedade civil e não por agentes do poder público. Isto não permite, porém, afirmar que tais violências não ocorrem por parte de agentes do Estado, porém, as notícias veiculadas tratam de agressões físicas graves ou homicídios que são cometidas por pessoas da sociedade civil, por vezes são mencionadas próprias pessoas em situação de rua.

No que diz respeito à forma como os jornais transmitem as notícias, ocorrem por vezes a associação entre viver em situação de rua e a prática de crimes. Como pode ser observado em trecho da matéria intitulada “Morador de rua é assassinado em Boa Viagem”, publicada no jornal Diário de Pernambuco de 28 de dezembro de 2017:

De acordo com a polícia o homem foi morto a pauladas ou pedradas. A motivação e a autoria do crime não foram esclarecidas. A companheira da vítima, que não quis se identificar, disse que ele era ex-presidiário e já havia cumprido pena por furto.

Como pode ser observado, a forma como a matéria é encerrada, ressaltando a informação de que o morador de rua que foi assassinado teria sido “ex-presidiário”, transmite ao leitor a ideia de que esse fato está relacionado à violência sofrida pelo referido morador de rua.

Em relação às violências sofridas pela população em situação de rua noticiadas nas matérias dos jornais pesquisados, pode-se destacar o fato de que em grande parte das matérias as vítimas foram assassinadas em decorrência da agressão.

Outro aspecto que vale destacar em relação a essas agressões é o de banalização da vida humana e objetificação das pessoas em situação de rua que é relacionado às pessoas que vivem em situação de rua, tendo em vista as formas de crueldade que agravam a agressão, como atear fogo no corpo da vítima, apedrejamento ou pauladas.

Em relação ao tema chave **caridade** encontrado nas matérias pesquisadas, observa-se que as ações que se tornam notícias nos jornais são em épocas específicas vinculadas a tradições religiosas de caridade como no período natalino em dezembro. Ademais, também em datas alusivas à luta da população em situação de rua. A relação das matérias com este tema foi sistematizada no quadro a seguir:

QUADRO 2 - Matérias de jornais com tema sobre caridade com pessoas em situação de rua

MATÉRIAS DE JORNAIS COM TEMA SOBRE CARIDADE COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA		
TÍTULOS DAS MATÉRIAS	CADERNO	JORNAL E DATA DE PUBLICAÇÃO
1. Um dia especial marcado pela solidariedade	Cidades	Jornal do Commercio de 08 de dezembro de 2014
2. Doação consciente	Cidades	Jornal do Commercio de 23 de dezembro de 2014
3. Pão Nosso de Cada Noite doa amor a moradores de rua no Recife	Atitude Cidadã	Jornal do Commercio de 23 de dezembro de 2014
4. Mutirão para população em situação de rua marca dia de luta por abrigo noturno	Vida urbana	Diário de Pernambuco de 16 de agosto de 2016.
5. Dia nacional da População em situação de rua é marcado por mutirão no Recife	Vida urbana	Diário de Pernambuco de 19 de agosto de 2017

6. Um jantar para 1,5 mil pessoas em situação de rua	Vida urbana	Diário de Pernambuco de 20 de dezembro de 2017
7. Clube promove ceia para 300 pessoas em situação de rua no Recife	Vida urbana	Diário de Pernambuco de 25 de dezembro de 2017

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

As ações de caridade com as pessoas em situação de rua historicamente estiveram vinculadas às ações da igreja católica, que tem a valorização da caridade como uma virtude cristã. E, no Brasil, país que tem forte tradição cristã, historicamente a caridade da igreja esteve muitas vezes como a única forma de, ao menos minimamente, “suporte de sobrevivência” à população em situação de rua, que esteve por muito tempo fora da agenda estatal.

Pode-se observar como exemplo a matéria intitulada “Um dia especial marcado pela solidariedade”, publicada no Jornal do Comércio em 08 de dezembro de 2014, que relata a ação realizada pelo Grupo de Leigos Toca de Assis, vinculado à igreja católica, que, conforme descrito na matéria, tem objetivo de resgate da “dignidade humana” através da oferta de serviços em uma ação pontual:

Dezenas de moradores de rua do Recife viveram, ontem, um dia especial. Inspirado em São Francisco de Assis, Grupo de Leigos Toca de Assis Bom Samaritano, formados por frequentadores de paróquias da Igreja Católica na cidade, realizou o primeiro Natal dos Pobres. Durante todo o dia os convidados do evento puderam participar de atividades como café da manhã, corte de cabelo, manicure e pedicure e ainda assistiram a uma apresentação teatral. [...] De acordo com Etiene Cavalcanti, integrante do Grupo Toca de Assis, o objetivo principal do evento é promover o resgate da dignidade humana.

A matéria faz referência a uma ação voluntária que ocorre de forma pontual. Ainda que, conforme relatado na matéria, essa ação tenha vinculação com o grupo da igreja católica Pastoral de Rua, que realiza doações de alimentos e evangelização uma vez ao mês, trata-se de ações pontuais, que lidam com a problemática das pessoas em situação de rua de forma paliativa, amenizando os danos vivenciados pelas pessoas que fazem das ruas sua moradia.

Essa prática de caridade e evangelização vinculada à igreja católica historicamente faz parte da forma de parte da sociedade civil lidar com a condição das pessoas em situação de rua. Em outro trecho da mesma matéria

supramencionada, é possível verificar na fala de uma integrante do grupo que promove a ação de caridade um aspecto que prevalece no senso comum, qual seja, o de naturalizar a pobreza:

“Enxergamos Jesus nos pobres. Eles são a imagem e semelhança de Deus. Não tem como ver pessoas em situação de miséria e não se compadecer, não ajudar. Essa foi a primeira vez que promovemos uma grande ação no Natal, mas durante todo o ano estamos nas ruas levando solidariedade e a palavra de Deus para quem precisa”, destacou Etiene.

Nesse trecho pode-se compreender que, ao vincular os pobres à “imagem e semelhança de Deus”, existe a reprodução da naturalização da pobreza e, concomitantemente corrobora ao reforço da invisibilidade das pessoas que fazem das ruas a sua moradia, uma vez que não se reflete alternativas além da caridade e evangelização para a superação da situação.

Os jornais, quando noticiam ações de caridade, tendem a apenas valorizar estas ações como para atendimento das necessidades básicas urgentes de sobrevivência para as pessoas em situação de rua.

Este aspecto pode ser observado na matéria do jornal Diário de Pernambuco intitulada “Um jantar para 1,5 mil pessoas em situação de rua”, publicada em 20 de dezembro de 2017; e na matéria do Jornal do Commercio publicada em 08 de dezembro de 2014, intitulada “Um dia especial marcado pela solidariedade”. Ambas tratam de ações de caridades pontuais promovidas por Ong’s para alimentar pessoas em situação de rua.

Outro aspecto que se destaca nas matérias que relatam ações de caridade em relação à população em situação de rua, é o de valorização das iniciativas privadas em detrimento de políticas públicas para o enfrentamento do fenômeno da população em situação de rua. Pode-se observar na matéria intitulada “Doação consciente”, publicada no Jornal do Commercio no dia 23 de dezembro de 2014:

Para reduzir a mendicância nas ruas de Jaboatão dos Guararapes, nas últimas semanas do ano, e evitar que crianças, adolescentes e idosos fiquem ainda mais vulneráveis, a prefeitura realiza até amanhã a campanha *Doação consciente*. As pessoas que pretendem entregar roupas, alimentos e brinquedos devem dirigir-se a uma das sete regionais administrativas do município; à Casa da Cultura, em Jaboatão Centro; ou à sede da prefeitura, no bairro de Prazeres. Uma

equipe formada por 36 educadores sociais faz o alerta em sinais de trânsito e pontos de grande movimento, como shopping e supermercados. O material doado será encaminhado a creches e abrigos pelo Instituto Jabotão Criança.

Na matéria supramencionada, é possível verificar o aspecto de valorização da iniciativa da sociedade civil na responsabilização pelo enfrentamento das expressões da questão social como a pobreza e a situação de rua. Ainda pode-se observar o aspecto de tratamento higienista dado pelo poder público a essa população, uma vez que se inicia a matéria enfatizando um dos objetivos da ação de caridade “Para reduzir a mendicância nas ruas de Jabotão dos Guararapes, nas últimas semanas do ano[...]”. (JORNAL DO COMMERCIO, 2014)

Deste modo, o jornal transmite ao leitor a ideia de que a Prefeitura de Jabotão está realizando uma ação pontual para “higienizar” as ruas de pessoas que estariam em situação de mendicância, no período específico da última semana do ano, que além de tradicionalmente ser marcado por ações caridosas de fundamento religioso, é tradicionalmente vinculado a festas.

Neste sentido, quando se trata do tema caridade, a visibilidade dada à população em situação de rua nas matérias é apenas o reforço de estigmas da pobreza, tendo em vista que não há espaço para fala deste segmento da população e há a valorização da caridade como forma de enfrentamento da situação.

Em relação ao tema chave de **acesso a direitos** identificados nas matérias dos jornais, consideramos para a sistematização das matérias em agrupamento aquelas que fazem referência às notícias nas quais a população em situação de rua tem acesso a algum serviço de direito, bem como matérias nas quais essa população está mobilizada para luta por direitos.

Esta forma de sistematização das matérias com esse tema chave foi escolhida por se considerar que nenhum direito conquistado na sociedade capitalista se dá de forma passiva. Entende-se que as políticas sociais são conquistas sociais que, assim como tratam Behring e Boschetti (2011), são produto das relações contraditórias das lutas de classes, pelo papel do Estado e

pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas. Neste sentido, as políticas sociais são capazes de atender às demandas do capital e do trabalho.

A população em situação de rua sempre esteve vulnerável a situações de violações de direitos e, sua organização política esteve inviabilizada por muito tempo por vários motivos, dentre esses o fato da territorialização difícil, tendo em vista que muitos mudam o local de se estabelecer como moradia.

O início da mobilização da população em situação de rua se deu a partir do crime da chacina na Praça da Sé, na cidade de São Paulo em 2004, que vitimou sete moradores de rua. Desde então, grupos da população em situação de rua começaram em São Paulo e Belo Horizonte a se organizar com o objetivo de consolidar o Movimento Nacional da População de Rua, que seria lançado no ano de 2005 no 4º Festival Lixo e Cidadania, na cidade de Belo Horizonte.

Esse tornou-se um grande passo para esse segmento da população em situação de rua no sentido de exigir do Estado a entrada desta população na agenda de políticas públicas. Essa mobilização política da população em situação de rua conta também com segmentos da sociedade civil que assessoram o movimento, como foram identificadas em algumas matérias de jornais selecionadas neste estudo.

QUADRO 3 - Matérias de jornais com tema sobre acesso a direitos e luta por direitos

MATÉRIAS DE JORNAIS COM TEMA SOBRE ACESSO A DIREITOS E LUTA POR DIREITOS		
TÍTULOS DAS MATÉRIAS	CADERNO	JORNAL E DATA DE PUBLICAÇÃO
8. Saúde itinerante nas ruas do Recife	Brasil	Jornal do Commercio de 05 de outubro de 2014.
9. Por um teto e mais dignidade	Cidades	Jornal do Commercio de 29 de maio de 2016.
10. Moradores de rua cobram criação de abrigo noturno no Recife	Opinião JC	Diário de Pernambuco de 28 de maio de 2016.

11. Assistência oferecida a moradores de rua é insuficiente no Recife	Vida urbana	Diário de Pernambuco de 01 de junho de 2016.
12. Falta de abrigos noturnos em debate hoje	Cidades	Jornal do Commercio de 21 de junho de 2016.
13. Por mais verbas na área social	Cidades	Jornal do Commercio de 22 de junho de 2016.
14. Prefeitura do Recife assegura que projeto de intervenção em abrigo provisório está em fase de estudo	Vida urbana	Diário de Pernambuco de 16 de agosto de 2016.
15. População de rua ainda luta para romper invisibilidade e garantir direitos	Vida urbana	Diário de Pernambuco de 19 de agosto de 2017.
16. Uma população em busca de visibilidade	Vida urbana	Diário de Pernambuco de 20 de agosto de 2017.
17. Ministério Público discute políticas para população de rua do Recife	Vida urbana	Diário de Pernambuco de 19 de julho de 2017.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

As matérias que estão organizadas no quadro acima de forma direta ou indiretamente fazem referências a políticas sociais para pessoas em situação de rua, seja para relatar a forma de execução das políticas para essa população ou para relatar a forma que as pessoas em situação de rua se organizam para lutar por direitos ou tornam-se pauta na agenda pública para debater estratégias de enfrentamento desta expressão da questão social.

Vale ressaltar que, das matérias de jornais pesquisadas, a que faz referência a políticas públicas para a população em situação de rua, apenas as matérias intitulada “Saúde itinerante nas ruas do Recife” (publicada pelo Jornal do Commercio de 05 de outubro de 2014), faz referência como tema central da matéria as situações de acesso das pessoas em situação de rua a políticas públicas.

A matéria mencionada no parágrafo anterior refere-se ao Consultório na Rua, política do governo federal para a população em situação de rua que tem como estratégia oferecer assistência à saúde e proteção social às pessoas que vivem em situação de rua. A matéria traz a fala de profissionais que trabalham no serviço e usuários do serviço que são moradores de rua. No decorrer do texto

da referida matéria traz a fala de um jovem de 18 anos que foi atendido pelo serviço e estava realizando um curso profissionalizante: “Quero aprender a montar meu próprio negócio para sair da rua, voltar para casa e largar das drogas” (JORNAL DO COMMERCIO, 2014).

Deste modo, a matéria informa o leitor acerca de uma política pública para a população em situação de rua e traz exemplos de sucesso no atendimento, contribuindo para desmistificação de estigmas acerca dessa população, ao passo em que demonstra as vulnerabilidades as quais estão expostas a população em situação de rua e a possibilidade de superação dessa condição.

No tocante às matérias que relatam a luta por direitos, a visibilidade à população em situação de rua se dá além de pelo lugar de fala dessas pessoas nas matérias, também por relatos da situação de violação de direitos em que vivem, além dos obstáculos para superar a condição de saída das ruas.

Na matéria intitulada “Por um teto e mais dignidade”, publicada no Jornal do Comercio de 29 de maio de 2016, que relata o protesto no Recife do grupo “Seja a Mudança” que lutava por um abrigo noturno para população em situação de rua, há o relato da situação de insegurança que são submetidas as pessoas que vivem nas ruas, como violência, roubo de documentos e os obstáculos que surgem ao tentar ingressar no trabalho formal, como no trecho da mesma matéria “Telma fez prova para ser cobradora de ônibus. Mas quando viram no endereço o nome de um abrigo, disseram logo: ‘A gente entra em contato’. Nunca entraram”.

Ainda na referida matéria relata a forma de organização das pessoas em situação de rua que é articulado local e nacionalmente, de forma a exigir do poder público que haja efetivação de políticas para esse segmento, como pode-se observar no trecho que consta uma fala do representante do movimento Igor Sancha:

Em parceria com a Pastoral do Povo da Rua e o Movimento Nacional do Povo de Rua, o grupo está recolhendo assinaturas para levar ao prefeito Geraldo Julio e cobrar a abertura do espaço. “Vamos agendar também audiência na Câmara dos Vereadores para pressionar o Legislativo a entrar nessa briga”. (JORNAL DO COMMERCIO, 2016)

Conforme exposto, as lutas por direitos da população em situação de rua são noticiadas nas matérias de jornais de forma que dá visibilidade às violências e violações de direitos as quais estão submetidas essas pessoas. Além de relatar as formas de articulações dos movimentos com o poder público através do legislativo e, por vezes do Ministério Público estadual, para garantias de direitos, que muitas vezes já estão previstos em lei, como por exemplo, acolhimento temporário que já está previsto na Política Nacional para a População em Situação de Rua.

No tocante às matérias que têm como tema central a **negação de direitos** à população em situação de rua, optou-se por elencar aquelas que tratavam, de forma direta ou indiretamente, relatos de situações vivenciadas pelas pessoas em situação de rua que demonstram o reforço da negação de direitos, seja por fatalidades ocorridas devido à vulnerabilidade da condição de viver nas ruas, seja através de estigmas reproduzidos pela sociedade civil e, por vezes, pelo próprio jornal que está veiculando a matéria.

Nesta dissertação tratamos a população em situação de rua como um fenômeno de múltiplos determinantes, mas que tem determinações estruturais para sua existência vinculadas à formação da sociedade capitalista e ao seu modo de produção e reprodução, na medida em que se constitui como parcela de uma superpopulação relativa excedente à capacidade de absorção do mercado de trabalho. Utilizamos desta categoria por entender que é a definição mais coerente com a perspectiva para desenvolver este trabalho.

No entanto, por considerarmos a população em situação de rua um grupo heterogêneo e que se expressa através de múltiplos determinantes, não podemos descartar um elemento que é vinculado historicamente à população em situação de rua que é o estigma social que esta população sofre historicamente.

A força do estigma de “vagabundos”, “mendigos”, “maltrapilhos”, “desordeiros”, etc., é presente nos dias atuais tanto quanto na época do surgimento da superpopulação relativa, vinculada ao capitalismo, ou em relação ao Brasil, às práticas higienistas do Estado que prevaleceram por décadas em relação a esta população. As matérias dos jornais pesquisados que trazem estes

temas associados à negação de direitos encontram-se organizadas no quadro a seguir:

QUADRO 4 – Matérias de jornais com tema sobre negação de direitos à população em situação de rua

MATÉRIAS DE JORNAIS COM TEMA SOBRE NEGAÇÃO DE DIREITOS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA		
TÍTULOS DAS MATÉRIAS	CADERNO	JORNAL E DATA DE PUBLICAÇÃO
1. Praça ocupada	A voz do leitor	Jornal do Commercio de 11 de fevereiro de 2014.
2. Indigência... e incoerência	Cidades	Jornal do Commercio de 22 de fevereiro de 2014.
3. Aurora indigente	Cidades	Jornal do Commercio de 28 de fevereiro de 2014.
4. Reclamação	Voz do leitor	Jornal do Commercio de 16 de março de 2014.
5. Convivência complicada na Rua da Glória	Voz do leitor	Jornal do Commercio de 16 de abril de 2014.
6. Sem teto passam a noite insones, com medo de roubo e da morte	Cidades	Jornal do Commercio de 08 de junho de 2014.
7. O largo da bagunça e da imobilidade	Cidades	Jornal do Commercio de 02 de julho de 2014.
8. Contra a desordem urbana	Cidades	Jornal do Commercio de 24 de abril de 2015.
9. Bagunça em cartão-postal do Recife	Voz do Leitor	Jornal do Commercio de 04 de maio de 2015.
10. Calçada invadida na Dantas Barreto	Voz do Leitor	Jornal do Commercio de 20 de junho de 2015.
11. Via Mangue transformada em moradia	Cidades	Jornal do Commercio de 12 de julho de 2015.

12. Frustração e liberdade	Cidades	Jornal do Commercio de 30 de março de 2014.
13. Crack aproxima mulheres da Aids	Cidades	Jornal do Commercio de 30 de março de 2014.
14. A rua é de todos	Cidades	Jornal do Commercio de 09 de maio de 2014.
15. Aids está mais perto dos excluídos	Cidades	Jornal do Commercio de 01 de dezembro de 2014.
16. Tuberculose vai ser investigada	Cidades	Jornal do Commercio de 24 de março de 2015.
17. Loucura ganha dramáticos com o abandono das ruas	Vida urbana	Diário de Pernambuco de 21 de março de 2016.
18. O retrato da exclusão	Opinião	Jornal do Commercio de 29 de maio de 2016.
19. Morador de rua que dormia embaixo de caminhão morre atropelado	Vida urbana	Diário de Pernambuco de 02 outubro de 2016.
20. Morador de rua é atropelado na Av. Presidente Kennedy	Vida urbana	Diário de Pernambuco de 28 de dezembro de 2017.
21. O lugar mais frio do Recife ainda é a rua	Vida urbana	Diário de Pernambuco de 08 de julho de 2017.
22. Os lírios não nascem da lei	Vida urbana	Diário de Pernambuco de 14 de julho de 2017.
23. Morador de rua ameaça a população	Voz do leitor	Jornal do Commercio de 01 de janeiro de 2015.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

A imagem das pessoas em situação de rua como marginalizados e inadequados ao convívio social são reproduzidas no senso comum por pessoas da sociedade civil através de juízos de valor estigmatizantes. Isso pode ser observado em algumas matérias que foram coletadas e sistematizadas no quadro acima, como nas que foram publicadas na coluna “Voz do Leitor”, que traz textos enviados pelos leitores dos jornais, nas quais os leitores expressam indignação da população em relação às pessoas em situação de rua.

Podem ser exemplificadas as publicações intituladas “Convivência complicada na Rua da Glória”, publicada pelo Jornal do Commercio de 16 de abril de 2014; e “Bagunça em cartão-postal do Recife”, publicada pelo Jornal do Commercio de 04 de maio de 2015. Essas trazem relatos dos leitores que reclamam sobre a existência de pessoas ocupando o espaço público, utilizando termos como “invasão” e fazem a ligação da imagem de pessoas em situação de rua com usuários de drogas, como neste trecho: “Moradores de rua cheiram cola e abordam pedestres que passam pela Rua do Sol, na descida da Ponte Duarte Coelho” (JORNAL DO COMMERCIO, 2015).

No exemplo supracitado, observa-se que de imediato se faz a correlação errônea entre pessoas que fazem uso de drogas com as pessoas em situação de rua, pois não necessariamente pessoas que fazem uso de drogas ilícitas em espaços públicos são pessoas que vivem em situação de rua.

No tocante à forma como pode-se apreender o estigma em relação à população em situação de rua, observa-se que a mídia impressa reforça tanto quando permite publicação de opiniões de leitores que utilizam termos pejorativos em relação à população em situação de rua, quanto quando o próprio jornal publica matérias utilizando tais termos.

Podemos citar como exemplo, o trecho da matéria intitulada “Aurora indigente”, publicada em 28 de fevereiro de 2014 pelo Jornal do Commercio, que relata a situação da Rua da Aurora, na cidade de Recife, na qual pessoas em situação de rua estão vivendo. O jornal chama a atenção para a desresponsabilização do governo municipal em relação à situação, mas também utiliza palavras estigmatizantes para referir-se à população em situação de rua: “A qualquer hora do dia é possível ver os zumbis em que se transformaram os dependentes. Muitos deles se prostituem por qualquer trocado.”. (JORNAL DO COMMERCIO, 28 de fevereiro de 2014)

O tratamento dado à população em situação de rua pela sociedade civil, conforme analisado nas matérias tende a alternar entre as ações de caridade e pensamento higienista e criminalizante. Essas formas de lidar com o fenômeno da população em situação de rua é histórico; anterior às políticas públicas para

esse segmento, quando no enfrentamento desse fenômeno prevalecia a repressão e a caridade.

Diante do exposto, pode-se entender que a mídia impressa pernambucana ao mesmo tempo em que dá visibilidade às pessoas em situação de rua na cidade de Recife e Região Metropolitana, através de publicações de matérias sobre a temática, explicitando predominantemente o descaso do poder público governamental em relação a esta questão, também reforça estigmas sociais historicamente sofridos pelas pessoas que vivem em situação de rua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar um estudo acerca da população em situação de rua requer o esforço de definir o aspecto o qual será abordado no estudo, tendo em vista que a população em situação de rua é heterogênea e um fenômeno de múltiplos determinantes. Neste estudo seguimos pelo entendimento desta população enquanto expressão da questão social, que se coloca como desafio e demanda para o poder público no sentido de planejar, elaborar e efetivar políticas sociais capazes de promover mudanças significativas nas condições de vida dessa população.

Compreender como a população em situação de rua tem sido tratada na agenda pública dos governos e pela sociedade civil na cidade de Recife e Região Metropolitana, nos fez inicialmente buscar elementos para refletir sobre a relação entre Estado e sociedade através do resgate das perspectivas dos clássicos que elaboraram as teorias sobre esta relação. Isto porque trata-se de uma relação contraditória e historicamente determinada pela dinâmica das relações sociais, que em contextos econômicos e políticos distintos datados, a intervenção pública do Estado nas expressões da questão social.

A tendência do Estado brasileiro, seguindo a tendência dos países capitalistas em nível mundial, segue influência do ideário neoliberal que se traduz na intervenção do Estado a serviço dos interesses privados e a necessidade de redução dos gastos sociais na intervenção às expressões da questão social. Isto resulta num processo amplo de privatização da coisa pública.

Seguindo na fundamentação teórica para compreender a população em situação de rua, considerando que um aspecto em comum neste segmento é a vivência em situação de extrema pobreza, são os conceitos de pobreza e exclusão social que permeiam os estudos acerca desta população.

A pobreza e exclusão social são categorias que permeiam o debate acerca da população em situação de rua no Brasil. Como foi explicitado neste texto, estas são intrínsecas ao modo de produção capitalista uma vez que este acumula riqueza ao passo que cria uma superpopulação relativa que excedem a necessidade de expansão do capital.

Apesar de o fenômeno da pobreza ter múltiplas dimensões e ser complexo, enquanto categoria teórica, relaciona-se predominantemente à situações de privações econômicas e processos excludentes.

Em relação à exclusão social, destaca-se dois aspectos do debate: o primeiro diz respeito à discussão do tema em Sposati (1999). Concorde-se com a autora no sentido de que não há como tratar de exclusão social enquanto perda de cidadania no Brasil igualmente nos países de “primeiro mundo”, por não ter vivenciado um patamar de qualidade anterior. Não se teve um “Estado de Bem-Estar” no Brasil.

O segundo aspecto diz respeito à discussão sobre exclusão social por José de Souza Martins (1997). No tocante à questão de não haver de fato exclusão social, do ponto em vista que até a população “supérflua” está incluída na dinâmica da sociedade capitalista, ainda que esta “inclusão” seja precária, subordinada e afete a moralidade.

As formas de enfrentamento à pobreza estão articuladas com a perspectiva teórica a qual se vincula. No caso brasileiro, o que prevalece, após a década de 1990 são estratégias de combate à pobreza que incorporam o direcionamento de agências internacionais e a tendência a considerar a pobreza enquanto insuficiência de renda, centralizando o combate com políticas voltadas para a transferência de renda mínima.

Estes programas de transferência de renda utilizam os critérios de mensuração de linha de pobreza e indigência para inclusão dos usuários. No entanto, a população em situação de rua, uma parcela da população que se encontra em situação de pobreza extrema, não foi incorporada no atendimento de políticas de combate à pobreza por um longo período, sendo inserida apenas no final da década de 2000.

A ausência de políticas sociais que atendam à população em situação de rua por muito tempo, indica como estas trataram a pobreza de modo focalista e ainda, a forma como o Estado e a sociedade individualizou as responsabilidades das pessoas em se encontrarem nesta situação, naturalizando o fenômeno.

Realizar a pesquisa de campo nos Centros Pops dos municípios de Abreu e Lima e Jaboatão dos Guararapes permitiu verificar a fragilidade nos serviços ofertados para a população em situação de rua. Ambos são os municípios da Região Metropolitana do Recife que possuem este equipamento na proteção

social especial de média complexidade no atendimento a esta população. No entanto, ambos não possuem acolhimento na proteção social especial de alta complexidade.

Os municípios estudados não dispõem de dados que permitam definir um perfil da população em situação de rua de cada município. Mesmo a cidade de Recife não possui uma pesquisa atualizada sobre a população em situação de rua, sendo a última pesquisa do ano de 2005.

A partir da experiência dos Centros Pop's pesquisados, torna-se evidente que o conhecimento do perfil dos usuários da política de assistência social é essencial para que possa se promover mudanças significativas nas vidas destes usuários.

Ao executar os serviços previstos na PNAS e PNPSR de forma sistemática, não considerando a particularidade das pessoas em situação de rua nos municípios, corre-se o risco de o Centro Pop estar apenas funcionando como ponto de apoio para a população em situação de rua e a criação de autonomia dos usuários para a saída das ruas torna-se difícil sem a articulação com políticas de educação e trabalho que possam promover mudança significativa nas condições de vida das pessoas que vivem em situação de rua.

Há ainda a necessidade de ressaltar que os serviços de assistência social sofrem os efeitos da adoção de políticas sociais no neoliberalismo que neoliberal que traz a tendência à desresponsabilização do Estado na intervenção nas expressões da questão social através de políticas públicas e a responsabilização da sociedade civil para assumir essa função, o que se expressa no sucateamento dos serviços de assistência social.

Ao realizarmos a pesquisa nas matérias de jornais sobre a população em situação de rua na mídia impressa de Recife e Região Metropolitana, no tocante àquelas que fazem referência a ações de caridade para a população em situação de rua, torna-se notório a valorização da iniciativa privada para atendimento das necessidades básicas de sobrevivência da população em situação de rua.

Ainda, em relação a essas matérias que noticiam as ações de caridade por parte de Ong's ou pessoas da sociedade civil através de iniciativas individuais, os jornais não realizam a crítica mais geral em relação à situação

das pessoas que vivem nas ruas, não chamam a atenção para a falta de acesso aos direitos sociais e nem à falta de ações por parte do governo para atender à demanda desta população. Apenas valorizam a ação de caridade para atendimento das necessidades básicas urgentes de sobrevivência.

Existem duas perspectivas que podem ser apreendidas através da análise das matérias dos jornais sobre a população em situação de rua. A primeira diz respeito à visibilidade que esta população tem, ao menos em termos de mídia, ao ser comumente noticiada pela mídia impressa. Há que se fazer a ressalva que as matérias selecionadas para esta dissertação privilegiaram as notícias relacionadas à população em situação de rua em Recife e RMR, não consideramos as notícias que tratam da população em situação de rua em outros locais e que também estão noticiadas frequentemente.

Existe a visibilidade da problemática que é exposta frequentemente nas matérias dos jornais. Quanto à temática abordada nas matérias em relação à população em situação de rua, percebe-se que há destaque para crítica à negação de direitos à população em situação de rua quando se trata de temas em que há o acesso à saúde, à moradia, os relatos de pessoas em situação de rua ou organização política dessa.

Há, no entanto, um segundo aspecto que pode ser apreendido a partir da análise das matérias de jornais sobre a população em situação de rua na cidade de Recife e Região Metropolitana, que diz respeito ao reforço de estigmas em relação a este segmento da população.

Concomitante à forma como esse segmento populacional é frequentemente pauta de jornais, tanto em matérias que tratam da violência sofrida por essa quanto em matérias em que estas são entrevistadas e tem a oportunidade de fala, também são publicadas opiniões de leitores e matérias de opiniões explícitas do jornal em que há reforços de estigmas sociais que esta população sofre.

Desta forma, a mídia impressa reforça estigmas em relação à população em situação de rua tanto quando permite publicação de opiniões de leitores que utilizam termos pejorativos em relação à população em situação de rua, quanto quando o próprio jornal publica matérias utilizando tais termos.

Ainda é necessário ressaltar reforçar tais estigmas torna-se preocupante principalmente porque o preconceito que a população em situação de rua sofreu historicamente constitui-se um dos vieses explicativos para a omissão do Estado em relação a incluir a população em situação de rua na agenda das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, A.; BRITO, S.; FROMER, M.. **Comida**. Rio de Janeiro: WEA Gravadora, 1987.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. (org) **Estado & sociedade: contribuição ao debate sobre políticas públicas**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Fundamentos de política social**. In: MOTA, Ana Elizabete [et. al] . Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo**. 2. ed. Brasília: GESST/SER/UnB, 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009. **Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Diário Oficial da União, seção 01, nº 255, Brasília, DF.

BRASIL. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm Acesso em: abril, 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, abr. 2008. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/sumario_executivo_> Acesso em: out. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf Acesso em: junho, 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop**. Vol. 03. Brasília, DF. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientac_centro_pop.pdf. Acesso em: junho, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 15-144.

SCOREL, Sarah. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

SCOREL, Sarah. ALVES, Hayda. Massa marginal na América Latina: mudanças na conceituação e enfrentamento da pobreza 40 anos após uma teoria. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n 22, p. 99-115, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v22n1/v22n1a06.pdf>. Acesso em: agosto / 2017.

FERRO, Maria Carolina Tiraboschi. Política Nacional para a População em Situação de Rua: o protagonismo dos invisibilizados. In: **Revista Direitos Humanos**, Nº 08. Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República. Janeiro 2012.

GORENDER, Jacob. Coerção e consenso na política. **Estudos Avançados**, vol. 02, n 03, São Paulo, set./ dez., 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000300004> . Acesso em: julho/2016.

GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**: Antonio Gramsci. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Rio Grande do Sul: L&M Editores, 1980.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. *Temporalis*. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, Brasília, v. 2, n. 3, jan/jun de 2001, p. 9-31.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas Sociais**: acompanhamento e análise. Boletim de políticas sociais, n. 24, 2016. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps24_cap02.pdf

KOLOGY, Andressa; ROSA, Carla Buhner; DANUTA, Luiz. Relações entre Estado e sociedade civil: reflexões sobre perspectivas democráticas. **Revista Aurora**, vol. V, nº 08, agosto de 2011.

KOWARICK, L. (ed.) **Por uma Sociologia da Exclusão social**: o debate com Serge Paugam. São Paulo: Educ: 1999.

LEAL, Guiuliana Franco. Abordagens da exclusão social no Brasil na virada do milênio. Estudos de Sociologia. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**. v. 1. n. 16., 2010, p. 137-156. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/viewFile/137/99>. Acesso em: agosto/2017.

MARANHÃO, César Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, Ana Elizabete. (org) **O mito da**

assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I, volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MELO, Cintia de Freitas. População de rua: entre a exclusão e a justiça social. In: GRINOVER, Ada Pellegrini et al. (Orgs.). **Direitos fundamentais das pessoas em situação de rua.** Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2014.

MENDONÇA, Marcelo Teles. Política de segurança pública e intersectorialidade: uma análise de conteúdo na pesquisa documental. In: ARCOVERDE, Ana. (org). **Metodologias qualitativas de pesquisa em Serviço Social** . Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org) **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 21. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

MONDAINI, Marco Antonio. **Direitos humanos no Brasil contemporâneo.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

MONTANÕ, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimentos sociais.** São Paulo: Cortez, 2013.

MOTA, Ana Elizabete. Seguridade Social Brasileira: desenvolvimento histórico e tendências recentes. In: MOTA, Ana Elizabete [et. al]. **Serviço Social e saúde:** formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. "Cinco notas a propósito da 'questão social'". **Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social,** Brasília, v. 2, n. 3, jan/jun. 2001, p. 41-49.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde.** Genebra, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial Sobre a Prevenção da Violência 2014.** Tradução do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

OURIQUES, Ciberen Quadros. **A pedra angular: fundamentos utilizados pelo Serviço Social sobre população em situação de rua.** Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-econômico, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2016.

PAUGAN, Serge. Abordagem sociológica da exclusão. In: VÉRAS, M. P. B.; SPOSATI, A.; KOWARICK, L. (Ed.). O debate com Serge Paugan. **Por uma sociologia da exclusão social:** o debate com Serge Paugan. São Paulo: EDUC, 1999, p. 50-62.

PEREIRA, Potyara. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

POR UM TETO E MAIS DIGNIDADE. **Jornal do Comercio**, 29 de maio de 2016.

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 10ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1967.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil**: Afinal, do que se trata? Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

SANTOS, Giseli; ARCOVERDE, Ana. Pobreza conceitos, mensuração e enfrentamento no Brasil. In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas: Estado, desenvolvimento e crise do capital, 2011, São Luiz. **Anais...** São Luiz – MA, 2011.

SAWAIA, Bader (org). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011. p. 07 – 26.

SAÚDE ITINERANTE NAS RUAS DO RECIFE. **Jornal do Comercio**, 05 de outubro de 2014.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SPOSATI, A. Exclusão social abaixo da linha do Equador. In: VÉRAS, M. P. B.; SPOSATI, A.; KOWARICK, L. (Ed.). O debate com Serge Pagan. Por uma sociologia da exclusão social. São Paulo: EDUC, 1999, p. 126-138.

VÉRAS, Maura Pardini Bucudo. Notas ainda preliminares sobre exclusão social, um problema brasileiro de 500 anos. In: VÉRAS, M. P. B.; SPOSATI, A.;

WANDERLEY, Luiz Eduardo. A questão do trabalho e não-trabalho. IN: ROSA, C. M. (org). População de rua: Brasil e Canadá. São Paulo: Hucietc, 1995.

ZIONI, Fabiola. Exclusão social: noção ou conceito? **Saúde e Sociedade**, vol.15, n.3, São Paulo, Setembro/Dezembro, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01041290200600030003> Acesso em: set. 2017.

ANEXO - MATÉRIAS DE JORNAIS SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

- **Título:** Morador de rua é morto a pauladas em Boa Viagem enquanto dormia.
Jornal e data de publicação: Jornal do Comercio de 07 de março de 2014.

Morador de rua é morto a pauladas em Boa Viagem enquanto dormia

Um morador de rua foi morto a pauladas na madrugada de ontem em Boa Viagem, Zona Sul do Recife. Gilvan de Assis Silva Filho, 25 anos, dormia com a companheira Beatriz Santos Ramos, 20, em frente a uma galeria na esquina da Rua Barão de Souza Leão com a Avenida Visconde de Jequitinhonha. Um homem agrediu os dois. Gilvan morreu no local. Ele trabalhava como flanelinha. Beatriz foi atingida na cabeça, no ombro e nas costas. Levada para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Imbiribeira, recebeu alta ontem de manhã. Em depoimento à polícia, ela contou ao delegado Humberto Ramos, do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), que Gilvan era usuário de drogas. “Estamos investigando. Uma hipótese é vingança. Outra é crime relacionado a drogas”, informou Humberto. Imagens de uma câmera da Central de Monitoramento da Secretaria de Defesa Social serão solicitadas pelo delegado para ajudar na apuração do caso. Zelador da galeria onde ocorreu o homicídio, Willamis Bezerra recolheu um colchão sujo de sangue, roupas, um chinelo e uma garrafa de água que foram deixados pelo casal em frente ao edifício.

- **Título:** Morador de rua é atropelado por moto na Avenida Presidente Kennedy
Jornal e data de publicação: Diário de Pernambuco de 28 de dezembro de 2017.

AGRESSÃO »

Morador de rua teve o pé incendiado

Publicação: 01/01/2017 03:00

No último dia do ano, um morador de rua do Centro do Recife teve fogo ateado no pé esquerdo. A ação ocorreu por volta das 14h deste sábado, na Rua Mariz e Barros, no Bairro do Recife. A vítima relatou que estava sentada na calçada quando o agressor derramou álcool no pé dele e em seguida riscou um fósforo. As chamas provocaram queimaduras no pé antes que ele conseguisse apagar o fogo. Ainda de acordo com a vítima, o autor da violência seria outro morador de rua das redondezas.

Mesmo com o pouco movimento nas ruas, no último dia do ano, a cena atraiu vários transeuntes e comerciantes de estabelecimentos próximos, causando uma pequena aglomeração ao redor do ferido. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) foi acionado por um dos presentes.

Os curiosos queriam saber o motivo da agressão. A vítima, que não revelou o nome disse que era resultado de “muita maldade” e reclamou de dor intensa enquanto procurava ansiosamente qualquer sinal do socorro.

A ajuda médica chegou ao local cerca de 20 minutos depois. A equipe do Samu fez os primeiros procedimentos como a higienização da ferida e o colhimento de informações do ocorrido. O morador de rua foi então retirado de maca e transportado para uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), mas o endereço da unidade não foi relevado pelos socorristas.

- **Título:** Morador de rua é queimado em Santo Amaro.

Jornal e data de publicação: Diário de Pernambuco de 02 de outubro de 2017.

HR

Morador de rua é queimado em Santo Amaro

Publicado em: 02/10/2017 08:36 Atualizado em: 02/10/2017 09:31



Morador de rua é queimado em Santo Amaro. Foto: Reprodução/ Facebook

Está internado no Hospital da Restauração (HR) um morador de rua de 33 anos que teve o corpo queimado na madrugada desta segunda-feira no bairro de Santo Amaro, área central do Recife. O crime aconteceu por volta da 1h.

Internado na unidade de trauma, após ter o quadro estabilizado, o paciente será transferido para a Unidade de Queimados do HR, onde a extensão e gravidade das queimaduras serão avaliados.

A vítima relatou, em depoimento no posto policial da unidade de saúde, que teria sido queimado enquanto dormia por outro morador após uma discussão por causa de dinheiro. O crime vai ser investigado pela Polícia Civil.

Outros casos - No final de setembro, três homens foram presos e um teve prisão preventiva decretada pelo assassinato do morador de rua Josias Marcos da Silva, de 54 anos. O crime aconteceu na madrugada do dia cinco de junho. A vítima foi queimada enquanto dormia na Pracinha de Boa Viagem. O homem teve 60% do corpo atingido pelas chamas, com queimaduras de 2º e 3º graus, ficou interando por quatro dias na Unidade de Queimados do Hospital da Restauração (HR), mas não resistiu e morreu.

De acordo com as investigações, os presos, identificados como Paulo Roberto Gomes, de 35 anos; Rômulo do Nascimento da Silva, de 36 anos e Ezequias Rodrigues da Silva, de 45 anos, além do foragido, identificado como Wagner, também eram moradores de rua e não tinham antecedentes criminais. Os quatro teriam premeditado o crime, com a intenção de retirar da área além de Josias, conhecido como Pelé, outro morador de rua identificado como Pretinho que, segundo eles, haviam chegado ao local e estariam tentando "tomar" a área em que o grupo atuava como flanelinhas.

"Eles se juntaram desde cedo e ficaram bebendo, na intenção, segundo um deles, de matar Pelé e Neguinho, que escapou porque não apareceu na pracinha naquele dia. Isso ficou claro nas ouvidas de testemunhas e de acordo com um dos presos. Paulo e Ezequias tiveram a ideia e Rômulo comprou o álcool em um posto de combustíveis localizado nas proximidades. Wagner ficou de olheiro para avisar se aparecesse alguém ou mesmo a polícia. Eles não demonstraram arrependimento. Disseram que mataram ou seriam mortos. Foi um crime cruel. Testemunhas contaram que a vítima se levantou com corpo em chamas, atravessou a Avenida Noa Viagem para apagar o fogo com a água do mar", detalhou a delegada de Boa Viagem, Beatriz Leite, responsável pela investigação. A entrevista acontece no auditório da sede operacional da Polícia Civil, na Rua da Aurora, centro do Recife.

Joana Bezerra - Em fevereiro deste ano, um homem foi encontrado morto e carbonizado embaixo do Viaduto Capitão Temudo, na Ilha de Joana Bezerra, área central do Recife. De acordo com o 16º Batalhão da Polícia Militar, a vítima, que aparentava ter entre 30 e 35 anos, era morador de rua.

Moradores do bairro contaram ter ouvido gritos de socorro por volta das 3h da madrugada e que a vítima, conhecida como Vinícius, vivia na área desde 2009, sempre de forma tranquila. Um entregador de água mineral que atua na área acrescentou que Vinícius era de Olinda, seria usuário de crack e que pode ter sido vítima de um latrocínio, uma vez que estaria com dinheiro e um telefone celular. Familiares da vítima foram ao Instituto de Medicina Legal (IML) e reconheceram o corpo. Segundo eles, Vinícius Flávio da Silva, que faria 25 anos este ano, saiu de casa aos 14 anos, após o envolvimento com drogas. Ainda de acordo com a família, o vício teria o feito praticar assaltos e, pelos crimes, ele teria sido preso três vezes. A mãe e a irmã ficaram sabendo do caso pela televisão e o reconheceram por meio de uma tatuagem.

- **Título:** Morador de rua é encontrado morto.
Jornal e data de publicação: Jornal do Commercio de 28 de dezembro de 2017.

Morador de rua é encontrado morto

Um homem foi encontrado morto ontem pela manhã, na Avenida Marquês de Olinda, Bairro do Recife. Policiais militares chegaram ao local minutos depois do ocorrido, acionados por comerciantes da área. De acordo com os policiais, a população informou que o homem, conhecido como Louro, andava pela rua, quando passou mal e caiu sentado em frente ao número 175. O homem aparentava ter 50 anos, era morador de rua e trabalhava como catador de materiais recicláveis nas proximidades do Fórum Tomaz de Aquino, no Centro da cidade. Ele estava sem documentos. No final da manhã, uma equipe do Corpo de Bombeiros esteve no local. A suspeita é de que o homem tenha sofrido um mal súbito. O corpo foi encaminhado ao Instituto de Medicina Legal (IML), em Santo Amaro.

- **Título:** Morador de rua é assassinado em Boa Viagem
Jornal e data de publicação: Diário de Pernambuco de 28 de dezembro de 2017.

VIOLÊNCIA

Morador de rua é assassinado em Boa Viagem

De acordo com a polícia, o homem foi morto a pauladas ou pedradas

Publicado em: 28/12/2017 12:21 Atualizado em:

Um morador de rua foi assassinado na madrugada desta quinta-feira, na calçada de um prédio localizado no cruzamento da Rua Barão de Souza Leão com a rua Doutor Zamenhof, no bairro de Boa Viagem, Zona Sul do Recife. Próximo ao cadáver foram encontrados dois cachimbos de crack.

De acordo com a polícia, o homem foi morto a pauladas ou pedradas. A motivação e a autoria do crime não foram esclarecidas. A companheira da vítima, que não quis se identificar, disse que ele era ex-presidiário e já havia cumprido pena por furto.

- **Título:** Homem achado em cisterna no centro do Recife
Jornal e data de publicação: Jornal do Commercio de 17 de abril de 2014.



Homem achado em cisterna no Centro do Recife

O corpo de um homem foi encontrado ontem de manhã em uma cisterna que fica ao lado de um banheiro público na Rua do Hospício, próximo ao Parque 13 de Maio, no Centro do Recife. O Corpo de Bombeiros esteve no local para retirá-lo e precisou quebrar a cisterna. Peritos do Instituto de Criminalística (IC) e a Polícia Civil também foram acionados. O rapaz não foi identificado, mas a informação de comerciantes da região é que ele era morador de rua e usuário de drogas. Segundo o perito Sérgio Almeida, do IC, o corpo estava em estado de putrefação. Não havia sinais de ferimentos, o que reforça a suspeita de que o homem teria se afogado. A cisterna mede 40x40 cm e tem menos de dois metros de profundidade. Fica tampada e trancada com cadeado, mas é comum moradores de rua abri-la para usar a água para tomar banho.

- **Título:** Morador de rua é morto a tijoladas.
Jornal e data de publicação: Jornal do Commercio de 18 de abril de 2014.

Morador de rua é morto a tijoladas

Um morador de rua conhecido como Baixinho foi assassinado com golpes de tijolo e madeira na cabeça, na tarde de ontem, em frente à estação do metrô de Afogados, Zona Oeste do Recife. A suspeita de cometer o crime é uma vendedora de água identificada apenas como Pirrita. Os dois teriam discutido por causa de uma dívida.

A polícia vai investigar a informação de que a mulher teria recebido ajuda de um homem ainda não identificado. De acordo com a delegada Érica Bezerra, do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), testemunhas disseram que Baixinho, ajudante em um depósito de bebidas e lavador de carros, havia levado uma faca para matar Pirrita, com quem já teria se desentendido diversas vezes.

Imagens das câmeras de segurança do local mostram que os dois brigaram no interior da estação. O motivo da discussão estaria relacionado a uma quantia em dinheiro que Baixinho devia à suspeita. Os autores do homicídio ainda estão sendo procurados.

- **Título:** Moradora de rua é esfaqueada

Jornal e data de publicação: Jornal do Commercio de 04 de outubro de 2014.

Moradora de rua é esfaqueada

É estável o quadro de saúde da mulher de 22 anos esfaqueada no abdômen por um morador de rua no Cais de Santa Rita, área central do Recife, ontem. Segundo informações de testemunhas, Michele da Silva Santos também é moradora de rua. O caso aconteceu por volta das 6h. Depois de esfaquear a jovem, o suspeito, identificado como Carlos Roberto de Souza, 53, ameaçou ferir quem passava na rua com a faca. De acordo com a Polícia Militar, o homem estava embriagado. Michele foi levada para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) dos Torrões e, em seguida, transferida para o Hospital Getúlio Vargas, no bairro do Cordeiro, Zona Oeste, onde passou por uma cirurgia de laparotomia para avaliar a profundidade do ferimento. Os médicos constataram que não houve perfuração de órgãos. Depois, ela foi levada para a ala de recuperação. Carlos Roberto foi autuado em flagrante por tentativa de homicídio. Ele foi encaminhado para o Centro de Triagem Professor Everardo Luna (Cotel), em Abreu e Lima.

- **Título:** Um dia especial marcado pela solidariedade
Jornal e data de publicação: Jornal do Commercio de 08 de dezembro de 2014.

Um dia especial marcado pela solidariedade

AJUDA Natal dos Pobres leva alegria para morador de rua



Dezenas de moradores de rua do Recife viveram, ontem, um dia especial. Inspirado em São Francisco de Assis, o Grupo de Leigos Toca de Assis Bom Samaritano, formado por frequentadores de paróquias da Igreja Católica na cidade, realizou o primeiro Natal dos Pobres. Durante todo o dia os convidados do evento puderam participar de atividades como café da manhã, corte de cabelo, manicure e pedicure e ainda assistiram a uma apresentação teatral. A programação, realizada no antigo

Colégio Nóbrega, no bairro da Soledade, área central do Recife, foi encerrada com uma missa.

Moradora de rua há três meses, Mariana Chagas, 30 anos, recebeu, no último sábado, o convite de freiras que participaram da organização da festa. “Resolvi vir e gostei muito. Tomei café da manhã, dei escova no cabelo, participei de tudo o que me ofereceram. Na rua, infelizmente, a gente não vê isso. Vivemos preocupados com a violência. É uma realidade difícil”, disse. “Não tenho contato com a minha família, porque no momento em que mais precisei me viraram as costas. Por isso vivo na rua há um ano, não tinha ninguém por mim. Agora encontrei pessoas para me dar apoio”, comentou José Ricardo Santana, 45.

De acordo com Etiene Cavalcante, integrante do Grupo Toca de Assis, o objetivo principal do evento é promover o resgate da dignidade humana. Entre os voluntários, cabeleireiros, médicos, terapeutas ocupacionais e profissionais de diversas áreas, todos frequentadores de paróquias da Arquidiocese de Olinda e Recife. “A Pastoral de Rua é realizada uma vez por mês. Levamos alimentos para as pessoas que estão em situação de rua e aproveitamos para ouvi-las e promover um trabalho de evangelização e assistência social”, explicou. O grupo mantém uma parceria com a comunidade católica Boa Nova no encaminhamento voluntário de dependentes químicos que queiram se tratar do vício de álcool e outras drogas. Também fazem parte das atividades desenvolvidas pelos leigos o Cenáculo com as Famílias e momentos de adoração ao Santíssimo Sacramento.

“Enxergamos Jesus nos pobres. Eles são a imagem e semelhança de Deus. Não tem como ver pessoas em situação de miséria e não se compadecer, não ajudar. Essa foi a primeira vez que promovemos uma grande ação no Natal, mas durante todo o ano estamos nas ruas, levando solidariedade e a Palavra de Deus para quem precisa”, destacou Etiene.

- **Título:** Doação consciente
Jornal e data de publicação: Jornal do Commercio de 23 de dezembro de 2014.

Doação consciente



Para reduzir a mendicância nas **ruas** de Jaboatão dos Guararapes, nas últimas semanas do ano, e evitar que crianças, adolescentes e idosos fiquem ainda mais vulneráveis, a prefeitura realiza até amanhã a campanha *Doação consciente*. As pessoas que pretendem entregar roupas, alimentos e brinquedos devem dirigir-se a uma das sete regionais administrativas do município; à Casa da Cultura, em Jaboatão Centro; ou à sede da prefeitura, no bairro de Prazeres. Uma equipe formada por 36 educadores sociais faz o alerta em sinais de trânsito e pontos de grande movimento, como shopping e supermercados. O material doado será encaminhado a creches e abrigos pelo Instituto Jaboatão Criança.

Título: Mutirão para população em situação de rua marca dia de luta por abrigo noturno

Jornal e data de publicação: Diário de Pernambuco de 16 de agosto de 2016.

Mutirão marca Dia Nacional de Luta do Povo da Rua no Recife

O evento teve como objetivo chamar a atenção do poder público para as necessidades dessa parcela da população

Publicado em 19/08/2017, às 14h20

[f](#) [t](#) [G+](#) [in](#) [✉](#)



A ONG Banho do Bem levou o banheiro móvel idealizado para possibilitar a higiene pessoal nas ruas
Foto: Guga Matos/ JC Imagem

Editoria de Cidades

Cerca de 250 pessoas foram atendidas, ao longo do dia deste sábado (19), no mutirão promovido pelo Coletivo Unificados pelas Pessoas em Situação de Rua, formado por mais de 20 instituições ligadas à assistência social. O evento ocorreu na Praça do Arsenal, bairro do Recife, Centro, e marcou o Dia Nacional de Luta do Povo da Rua. Foram oferecidos serviços de atendimento médico, odontológico, estético e jurídico, este último em um Ônibus da Defensoria Pública do Estado. O mutirão começou às 7h, quando foi servido um café da manhã. A ONG Banho do Bem levou o banheiro móvel idealizado para possibilitar a higiene pessoal nas ruas.

Segundo ele, apesar de a crise econômica ter influenciado no crescimento da população de rua, um dos principais fatores para o aumento do número de pessoas nessa situação se deve ao que ele chama de sucateamento da rede de assistência social. "Muitos equipamentos que atendiam às populações vulneráveis – mas ainda não em rua – tiveram orçamento cortado. Por isso houve esse acréscimo".

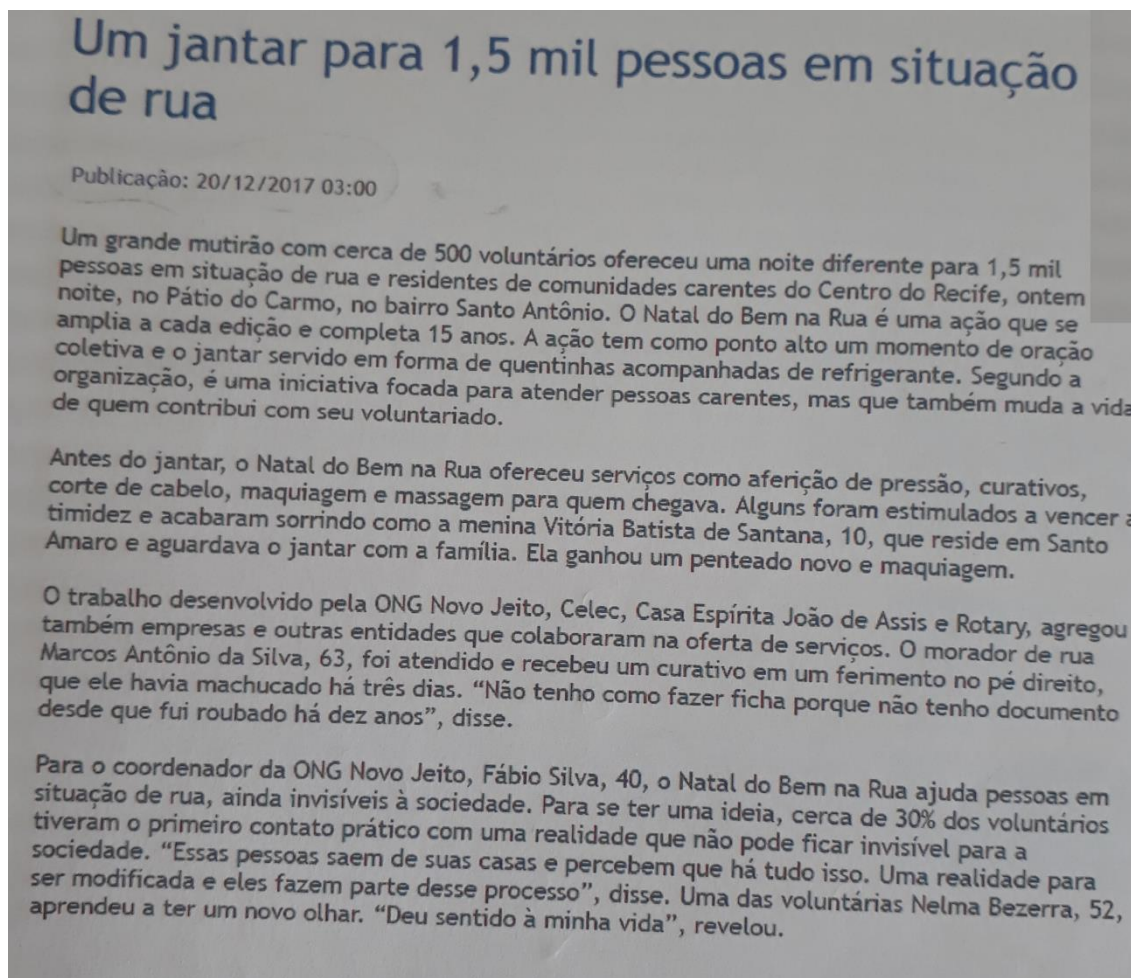
Outro ponto negativo destacado por ele é o aumento dos casos de violência entre as pessoas que vivem na rua. "Mesmo sem ter um levantamento preciso, a gente está nas ruas todos os dias e vê claramente que cresceram os homicídios entre eles. O que existe é uma total indiferença por parte do poder público, que não intervém e deixa as pessoas se matarem".

Rafael também critica o que ele diz ser uma falta de rigor científico por parte da prefeitura na avaliação da população de rua. "É preciso um censo detalhado do perfil dessas pessoas. O que existe em andamento hoje é um levantamento um pouco vago, que seria apenas uma base para o começo de algumas ações".

ACOLHIMENTO

Segundo a Prefeitura do Recife, existem 11 casas de acolhida funcionando 24 horas. Oito atendem pessoas em situação de rua. A gestão também afirma que estuda a elaboração de um projeto para intervenção no abrigo provisório da Travessa do Gusmão, no bairro de São José, área central, para que ele funcione também como abrigo noturno. Ainda segundo a prefeitura, o estudo detalhado deverá ser divulgado até o fim do ano. A diferença entre as duas iniciativas é que a casa de acolhida faz parte do processo de reinserção social. Quando o morador de rua aceita ser abrigado, o Serviço Especializado em Abordagem Social de Rua (Seas) encaminha a retirada de documentos, o acesso à rede de saúde e promove a inclusão em programas e benefícios sociais.

- **Título:** Um jantar para 1,5 mil pessoas em situação de rua
Jornal e data de publicação: Diário de Pernambuco de 20 de dezembro de 2017



- **Título:** Dia Nacional da População em Situação de Rua é marcado por mutirão no Recife.
Jornal e data de publicação: Diário de Pernambuco de 19 de agosto de 2017.

LUTA

Dia Nacional da População em Situação de Rua é marcado por mutirão no Recife

Além de atividades e serviços gratuitos para a população vulnerável socialmente, o dia lembrou a reivindicação pela construção de um abrigo noturno.

Por: Gabriela Araújo

Publicado em: 19/08/2017 12:00 Atualizado em: 19/08/2017 13:58



O mutirão ofereceu café da manhã às pessoas em situação de rua. Foto:Thalyta Tavares/ Esp.DP

Um mutirão de atividades e serviços voltados para as pessoas em vulnerabilidade social marcou neste sábado o Dia Nacional da População em Situação de Rua. A mobilização aconteceu na Praça do Arsenal, no Bairro do Recife. A data, 19 de agosto se remete ao Massacre da Sé ocorrido em 2004, no qual sete cidadãos em situação de rua foram assassinados com golpes na cabeça enquanto dormiam na Praça da Sé, em São Paulo.

O evento no Recife foi promovido pelo coletivo Unificados pelas Pessoas em Situação de Rua, formado por ONGs, grupos informais, igrejas e movimentos. Foram oferecidos atendimentos médico, odontológico, estético, café da manhã e doação de roupas. Além disso, emissão de 2ª via da certidão de nascimento, CPF, divórcio, habilitação de registro, informações sobre pensão alimentar, direito criminal e do idoso e orientações jurídicas em diversas áreas. De acordo com José Henrique Fonseca, funcionário da Defensoria Pública da União (DPU), apesar dos vários serviços oferecidos, o principal foco era tirar a documentação das pessoas em situação de rua, como o CPF, já que ele é necessário para a realização de outras demandas.

Márcia de Lima, 45, é catadora de latinhas e vive a maior parte do tempo em situação de rua, entre a Praça do Diário e a Praça do Arsenal. Márcia tem uma casa no Ibura, mas foi assaltada. "Tenho medo de voltar e não tenho dinheiro para comprar as coisas que faltam", conta. Ela tem dois filhos, um de 11 e outro de 20 anos, que normalmente a acompanham nas ruas. Ela foi até o mutirão para tentar tirar a 2ª via da sua certidão de divórcio e certidão de nascimento de um dos filhos, que levaram chuva e estavam desgastadas. Já Lindalva Maria de Nascimento, 50, mora no bairro da Bomba do Hemetério, mas é frequentadora da Praça do Diário, onde afirma se divertir e se distrair. Ela foi ao mutirão tirar o seu CPF e do filho, Moisés de Nascimento, 34. Tomou café da manhã, tomou banho, pegou roupas e comida.

Outra área que teve muita demanda foi a do salão de beleza. Era possível fazer a sobrancelha, unha e cortar cabelo e barba. Wellington Lima, 38, que também vive em situação de rua por estar desempregado, cortou o cabelo, o bigode e fez a unha. "Estou muito feliz. É uma forma de receber amor de graça", diz. Uma das voluntárias, Eduarda Carneiro, 21, estudante de direito e participante do grupo Samaritanos comenta que, para ela, é muito bom ver que as pessoas estão saindo renovadas e que a parte estética também muda o sentimento interior.

LUTA PELO ABRIGO NOTURNO

Além dos serviços oferecidos entre às 9h e 14h, o dia marca também a reivindicação pela criação de um abrigo noturno. Durante a ação, os voluntários realizaram de uma performance, deitando-se por um minuto no chão para chamar atenção pela proposta.

A construção do abrigo noturno, com equipamentos separados para pessoas do gênero masculino e feminino está prevista no Plano Municipal de Atendimento à População em Situação de Rua (PSR), que até hoje não foi ratificado na Câmara de Vereadores do Recife para se tornar lei. No ano passado, junto ao Instituto de Assistência Social e Cidadania (IASC), o Coletivo Unificados pelas Pessoas em Situação de Rua realizou o detalhamento do processo, incluindo o custo, que ficaria de R\$ 700 mil por ano, funcionando todos os dias durante a semana entre 17h e 9h, com oferta de café da manhã, jantar e cursos profissionalizantes. Após reuniões com a prefeitura, eles receberam a resposta de que não havia verba suficiente.

Com a extinção do IASC, o grupo teme que o projeto caia no esquecimento. "A gente trouxe esse mutirão para cá para dar volume ao ato em si, porque isso é uma demanda da população", pontua Rafael Araújo, coordenador do grupo Samaritanos. Para Igor Sacha, coordenador do Movimento Seja Mudança, a construção do abrigo não acontece porque ele não é colocado como prioridade. "E se estamos vivendo uma crise econômica, os mais afetados são os trabalhadores e a população de baixa renda, que vai acabar chegando ao extremo dessa situação".

- **Título:** Clube promove ceia para 300 pessoas em situação de rua
Jornal e data de publicação: Diário de Pernambuco de 25 de dezembro de 2017.

SOLIDARIEDADE

Clube promove ceia para para 300 pessoas em situação de rua no Recife

Ação aconteceu nesta tarde no bairro de Santo Antônio

Por: Osinaldo Moraes
Publicado em: 25/12/2017 16:42 Atualizado em:

Cerca de 300 pessoas em situação de rua participaram, nesta segunda-feira, o Ceia Para Todos, numa iniciativa do Kadett Club Recife, numa área cedida da Basílica do Carmo, Bairro Santo Antônio, na Região Centro do Recife. Segundo uma das integrantes do grupo de trinta pessoas que concretizaram a refeição, Juliene Moura Costa, 32 anos, durante toda a semana e na manhã deste domingo pessoas carentes dos bairros Santo Antônio, São José e Boa Vista foram convidados.

Segundo Juliene, a ideia nasceu da vivência dos participantes do clube nas reuniões que ocorrem no segundo domingo de cada mês no estacionamento da Rua da Aurora, na mesma região. "Sempre chegava moradores de rua pedindo ajuda e a gente acabou decidindo pedir ajuda de empresas e entidades para fazer essa ceia", contou.

A mobilização acabou sendo acolhidas por algumas empresas e possibilitou a oferta de 700 cortes de frango, vinte quilos de feijão, vinte quilos de arroz, dez quilos de farinha para farofa, trinta quilos de legumes e 140 litros de refrigerante, afóra doze unidades de bolo inglês com cobertura de chocolate feitos por Juliene. O serviço foi garantido por 35 voluntários que se desdobraram em cuidados inesperados. "Tive que dar comida na boca de um homem vítima de violência, porque ele tinha problema de coordenação", contou.

A Arquidiocese de Olinda e do Recife cedeu o espaço na Basílica do Carmo e a Paróquia de Cidade Tabajara, em Olinda, liberou a cozinha para a produção das refeições. Segundo a organização, um único problema ocorreu, o furto de uma sacola que continha pratos, copos e talheres descartáveis doados, o que acabou dificultando o serviço. "Isso acontece!", minimizou Juliene, acrescentando que tudo se resolveu. "É a primeira de muitas iniciativas", disse, ao final.

- **Título:** Por um teto e mais dignidade.
Jornal e data de publicação: Jornal do Commercio de 29 de maio de 2016.

Por um teto e mais dignidade



CIARA CARVALHO

ciaracalves@gmail.com

A noiteceu no Recife. As ruas, esvaziadas, abrigam o que a cidade não quer ver. Telma deita com as mochilas amarradas ao pescoço. Idalécio foi roubado na Praça do Derby. Tocaram fogo em todos os seus documentos. É preciso dormir. Mas o medo não deixa. Não é bem medo, é sobrevivência. Quando chove, nem é mais o medo. É o frio, o corpo molhado, o colchão encharcado, o papelão em pedaços. O ônibus passa e joga água sobre a calçada. Sai de um canto, corre para o outro. O dia foi de trabalho duro. Idalécio carrega frete na Ceasa. As costas, tem dia, parecem que vão se partir. Telma fez prova para ser cobradora de ônibus. Mas quando viram no endereço o nome de um abrigo, disseram logo: "A gente entra em contato". Nunca entraram. É preciso dormir. Mas na rua ninguém dorme.

Enquanto a cidade descansa, eles se amontoam sob as marquises. Lotam as portas imponentes de palácios, igrejas, bancos. São dezenas. Centenas. E ninguém vê. É como se não existissem. No último domingo, dez manequins despídos, estendidos lado a lado, sobre pedaços de papelão e folhas de jornais, quebraram essa invisibilidade. O grupo Seja a Mudança levou para o cartão-postal do Recife o grito silenciado: "Rua não é moradia. Implantação de um abrigo noturno já", estampava a faixa. A reivindicação é antiga. Ainda mais urgente agora, inverno instalado e com a chuva varan-

do a madrugada. Os dois centros da capital que atendem a população de rua fecham as portas às 17h. Justo quando é preciso descansar.

O que se quer? Uma cama, um banho, um chuveiro, uma janta, uma café da manhã, um teto seguro. Um lugar para fechar os olhos e acordar com cara de trabalhador no dia seguinte. "Como é que a pessoa vai render no trabalho no outro dia?", questiona Ednaldo José da Silva, 46, ajudante de pedreiro como profissão. Camisa social de manga comprida, calça de tecido, quem olha para ele nem imagina que suas noites são na rua. Telma, Idalécio, Ednaldo são trabalhadores. Fogem aos estereótipos que a sociedade costumou aprisionar a quem não tem um canto para dormir. E não são exceção. "Setenta por cento dos moradores de rua do Recife são trabalhadores. Mas a renda não é suficiente para alugar um quarto", atesta Luciana Valença, da Pastoral do Povo de Rua, ligada à Igreja Católica.



BOBBY FABISAK/JC/IMAGEM

PRESSÃO Movimento de População de Rua e grupo Seja a Mudança promoveram protesto no Bairro do Recife no último domingo

Trabalham fazendo uma coisa aqui outra ali, espalham currículo. Correm atrás do emprego com carteira assinada. Como o dinheiro não é certo, não conseguem alugar o tal quartinho. Qualquer barraco custa R\$ 70, por semana. Tem hora que não dá. É escolher entre comer ou ter um canto. A barriga fala mais alto. “A gente poderia começar o dia disposto para trabalhar, procurar emprego fixo. Mas amanhece com sono, fome e com a cara amassada. Não dá nem coragem de correr atrás da vida. Teve uma vez que eu não aguentei enrolar o sono e apaguei. Quando acordei, tinham levado o lençol e o colchão. Eu nem percebi. A gente já passa tanto tempo sem dormir, que uma hora desaba”, conta Idalécio. Ele anda com a lei que trata de população de rua na ponta da língua. “É o decreto 7.053. Ela nos garante o direito ao abrigo noturno. Mas não é respeitada”. “Apesar de ter uma lei que nos protege, ela está lá, no papel, e a gente aqui”, reforça Telma.

À frente do grupo Seja a Mudança, que organizou o protesto no Marco Zero, Igor Sacha diz que o abrigo noturno não é a solução, mas garante uma dignidade mínima para a população de rua. “É uma das estratégias para fazer com que eles voltem a caminhar com as próprias pernas, para que possam se refazer psicologicamente, ter uma qualificação, estarem mais organizados para enfrentar um dia de trabalho”, diz. No Nordeste, pelo menos três capitais já oferecem o serviço: Fortaleza, João Pessoa e Salvador. “Por que ainda não temos o equipamento aqui, onde há uma grande demanda de moradores de rua?”, pressiona. Não há dados atualizados, mas a prefeitura estima que cerca de 900 pessoas vivem nas ruas da capital.

Igor lembra que o que não falta no Centro do Recife, onde se concentra essa população, são casas fechadas, que poderiam abrigar o serviço. “Primeiro, não é um custo alto. E a quantidade de imóveis nessa região que poderiam ser cedidos em troca de pagamento de dívida de IPTU é gigante”, defende. Ele garante que a mobilização só está começando. Em parceria com a Pastoral do Povo da Rua e o Movimento Nacional do Povo de Rua, o grupo está recolhendo assinaturas para levar ao prefeito Geraldo Julio e cobrar a abertura do espaço. “Vamos agendar também uma audiência na Câmara dos Vereadores para pressionar o Legislativo a entrar nessa briga.” Um direito que Amaro Pedro da Silva Santos, 43, 30 anos de rua, resume numa palavra: cidadania. “Não sou marginais. Somos gente.”

Sem prazo nem recurso para abrigo

O cenário é pessimista. A reivindicação dos moradores de rua e movimentos sociais pela instalação de um abrigo noturno no Recife está longe de ser atendida. A justificativa da prefeitura: não há dinheiro para bancar o aluguel do imóvel nem a manutenção do equipamento. Também não há nenhum prazo previsto para a obtenção desses recursos. A secretária-executiva de Assistência Social da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Geruza Felizardo, disse que o serviço até está definido no Plano Municipal de Atendimento à População de Rua, mas, por enquanto, fica só no papel.

Nas contas da prefeitura, das cerca de 900 pessoas que vivem nas ruas da capital, pelo menos 700 dormem nas calçadas e praças. Ou seja, seria necessário, na realidade, mais de um espaço para atender a tanta demanda. “Há uma dificuldade até de achar esse local. Ele precisa ter padrões de acessibilidade e condições dignas de atendimento. Tempos atrás, conseguimos identificar um imóvel na Rua da União, mas a reforma do prédio ficaria muito cara e o processo não foi adiante”, afirma Geruza Felizardo.

Para pressionar o poder público a garantir o direito de um pernoite seguro, o grupo Seja a Mudança aposta na pressão popular. Além de arrecadar assinaturas no protesto no Marco Zero, realizado no último domingo, ativistas estão colhendo assinaturas virtuais. Quem quiser participar basta acessar a página do grupo no Facebook.



TRABALHADORES Idalécio cobra um local onde possa dormir sem medo de ser roubado e protegido da chuva

Mais na web

Veja galeria de fotos e vídeo com depoimento de moradores de rua no www.jconline.com.br/cidades

- **Título:** Falta de abrigos noturnos em debate hoje
Jornal e data de publicação: Jornal do Commercio de 21 de junho de 2016.

Falta de abrigos noturnos em debate hoje

A falta de abrigos noturnos para a população em situação de rua no Recife será debatida durante audiência pública na Câmara de Vereadores, a partir das 9h de hoje. O assunto vem sendo discutido nos últimos meses por grupos ligados aos movimentos sociais. Além de provocar a audiência na Câmara e de chamar a atenção da sociedade para o problema, em atos públicos, eles criaram um abaixo-assinado na internet para a implantação do primeiro abrigo noturno da cidade. O documento pode ser acessado no

endereço <http://migre.me/tQM99> e até ontem contava com 7.287 apoiadores. A Defensoria Pública da União instaurou procedimento interno para acompanhar a criação de abrigos noturnos no Recife. "A população de rua é extremamente vulnerável. É importante criarmos esse contato, abrindo o diálogo com os movimentos sociais e com o município. A ideia é apoiar esses movimentos e tentar resolver os problemas de forma extrajudicial", destacou o defensor público federal José Henrique Bezerra Fonseca.



- **Título:** Por mais verbas na área social

Jornal e data de publicação: Jornal do Commercio de 22 de junho de 2016.



RISCO Cerca de 700 pessoas dormem nas ruas do Recife. Tema foi alvo de audiência pública ontem

ABRIGO NOTURNO

Por mais verbas na área social

Fazer um levantamento dos imóveis no Centro do Recife que estão sem uso ou com uma dívida alta de IPTU é um dos caminhos sugeridos para facilitar a implantação de um abrigo noturno para moradores de rua na capital. A proposta será discutida com a prefeitura e os movimentos sociais que estão lutando pela criação do novo espaço. Outra estratégia é garantir um aumento dos recursos destinados

à área social no orçamento de 2017. O objetivo é pressionar o poder público a ampliar o orçamento repassado ao Instituto de Assistência Social e Cidadania (Iasc), órgão que atende o público em situação de rua.

Atualmente, a entidade recebe, por ano, R\$ 15,5 milhões. O tema foi discutido na manhã de ontem, durante audiência pública realizada na Câmara de Vereadores do Recife. Diante da justificati-

va da gestão municipal de que não há recursos para a implantação do abrigo noturno, a ideia é garantir um aumento das verbas que serão repassadas ao Iasc no próximo ano. "Queremos fazer pressão para que a área social seja reforçada na gestão municipal, de forma que possa viabilizar a criação do espaço", explicou Igor Sacha, representante do Grupo Seja a Mudança, que participou da audiência.

- **Título:** Saúde itinerante nas ruas do Recife
Jornal e data de publicação: Jornal do Commercio de 05 de outubro de 2014.

Saúde itinerante nas ruas do Recife

CUIDADOS BÁSICOS Desde maio, programa do governo federal cadastrou 200 pessoas que moram nas ruas da capital pernambucana e tem atendido por mês pelo menos 80 delas

Cintha Leite
 cleite@jc.com.br

Esta semana foi especial para a psicóloga Ariana Melo. Depois de várias tentativas, ela conseguiu encontrar um jovem de 18 anos, que vive em situação de rua desde os 12, quando descobriu a cola, a maconha e o crack. Após longas conversas, Ariana o aconselhou a frequentar o Centro da Juventude de Santo Amaro, escola profissionalizante ligada ao governo estadual que tem como público-alvo jovens em condição de vulnerabilidade. O trabalho da psicóloga é fruto do serviço Consultório na Rua (CnaR), uma política do Ministério da Saúde adotada pela Prefeitura do Recife em maio e que tem como foco lidar com as necessidades e os problemas de saúde da população em situação de rua, ao oferecer atenção integral à saúde de forma itinerante, através de duas vans que circulam pela cidade para abordar esses indivíduos.



Fotos: Guara Matos/JC Imagem

Passados cinco meses, o CnaR já conseguiu cadastrar no Recife 200 pessoas que vivem em situação de risco, como aquelas que são usuárias de drogas e as que possuem algum transtorno mental. A estratégia também tem como meta oferecer assistência à saúde e proteção social aos moradores de rua que convivem com problemas de pele, feridas, tuberculose, aids e sífilis, além de outras doenças. Gestantes em situação de vulnerabilidade social também são beneficiadas. “O objetivo do nosso trabalho não é tirar essas pessoas da rua, mas abordá-las e monitorá-las em relação às condições de saúde. Para isso, contamos com os veículos que agilizam a nossa aproximação com esse público. Também temos como meta oferecer espaço seguro para cada indivíduo ocupar o tempo de maneira produtiva ao longo do dia”, diz a coordenadora do CnaR da Prefeitura do Recife, Brenna Leite.

No Centro da Juventude, por exemplo, o jovem de 18 anos citado no início da reportagem será um dos alunos dos cursos profissionalizantes. “Quero aprender a montar meu próprio negócio para sair da rua, voltar para casa e largar as drogas”, conta o rapaz, que já vendeu bombons nos ônibus e quer voltar ao comércio de forma organizada. Dessa maneira, as equipes do CnaR acreditam que é possível monitorar o adolescente para que ele deixe de lado a cola, a maconha e o crack. “Vamos acompanhar todo o processo para evitar que o rapaz abandone esse trabalho de assistência e recuperação”, diz Ariana. Assim como o jovem, outras 80 das 200 pessoas cadastradas são atendidas mensalmente. Elas formam um público de pobreza extrema, com vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, que faz das calçadas seus lares.

Quando precisam de atendimento médico (necessidade identificada pelas equipes do CnaR), essa população conta



ESTRATÉGIA Jovem de 18 anos recebeu assistência da equipe que circula em vans. Brenna Leite lembra que entre as metas está a oferta de espaço seguro para o indivíduo desenvolver atividades

Saiba mais

1.390

é o número de pessoas que vivem em situação de rua no Recife e que podem se beneficiar com o serviço

82%

das pessoas que vivem em situação de rua no País são do sexo masculino. No Recife, os homens também são maioria

com a Unidade de Saúde da Família dos Coelhos II, área central do Recife, e a Unidade Dom Miguel de Lima Valverde, em Boa Viagem, na Zona Sul. Ambas atendem pessoas em situação de rua dos Distritos Sanitários 1 (Recife, Santo Amaro, Boa Vista, Cabanga, Ilha do Leite, Paissandu, Santo Antônio, São José, Coelhos, Soledade e Ilha Joana Bezerra) e 6 (Pina, Boa Viagem, Brasília Teimosa, Imbiribeira, Ipsep, Jordão, Ibura, Cohab). “Quando acontece de exames ou atendimentos de alta complexidade não serem oferecidos por essas unidades, é feito um encaminhamento para laboratórios especializados, Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e outros pontos de atenção da rede municipal”, afirma Brenna.

A gestora acrescenta que a maior parcela do público do CnaR está espalhada pelas Praça Maciel Pinheiro, Rua do Imperador, Ponte do Limoeiro, Praça do Diário, Rua da Glória, Canal de Setúbal e Aeroporto

do Recife. Diariamente, duas equipes se revezam nas duas vans, em horários diurnos e noturnos, para ir ao encontro de jovens, adultos e idosos em condição de vulnerabilidade social que se encontram nessas regiões.

EQUIPE

“A população conta com um psicólogo, um assistente social e dois agentes sociais, que formam uma espécie de cinturão de proteção para identificar essas pessoas e monitorá-las. Acompanhamos, por exemplo, o tratamento de quem tem tuberculose. Sempre verificamos se estão tomando a medicação corretamente”, diz Brenna. Por enquanto, a Prefeitura do Recife não pretende ampliar a área atendida, pois alega que os Distritos Sanitários 1 e 6 já compreendem boa parte da população recifense em condições de risco e vulnerabilidade à violência, ao abuso sexual, a doenças e às drogas.


- **Título:** Moradores de rua cobram criação de abrigo noturno no Recife


Jornal e data de publicação: Diário de Pernambuco de 28 de maio de 2016.

Moradores de rua cobram criação de abrigo noturno no Recife

Cerca de 700 pessoas dormem nas calçadas e praças da capital. Prefeitura diz que não tem dinheiro para instalar equipamento

Publicado em 28/05/2016, às 17h21





Centros de atendimento aos moradores de rua do Recife funcionam apenas durante o dia. À noite, só restam calçadas e praças para dormir

Alexandre Gondim/Arquivo.JC

Anoiteceu no Recife. As ruas, esvaziadas, abrigam o que a cidade não quer ver. Telma deita com as mochilas amarradas ao pescoço. Idalécio foi roubado na Praça do Derby. Tocaram fogo em todos os seus documentos. É preciso dormir. Mas o medo não deixa. Não é bem medo, é sobrevivência. Quando chove, nem é mais o medo. É o frio, o corpo molhado, o colchão encharcado, o papelão em pedaços. O ônibus passa e joga água sobre a calçada. Sai de um canto, corre para o outro. O dia foi de trabalho duro. Idalécio carrega frete na Ceasa. As costas, tem dia, parecem que vão se partir. Telma fez prova para ser cobradora de ônibus. Mas quando viram no endereço o nome de um abrigo, disseram logo: "A gente entra em contato". Nunca entraram. É preciso dormir. Mas na rua ninguém dorme.

Enquanto a cidade descansa, eles se amontoam sob as marquises. Lotam as portas imponentes de palácios, igrejas, bancos. São dezenas. Centenas. E ninguém vê. É como se não existissem. No último domingo, dez manequins despídos, estendidos lado a lado, sobre pedaços de papelão e folhas de jornais, quebraram essa invisibilidade. **O grupo Seja a Mudança levou para o cartão-postal do Recife o grito silenciado:** "Rua não é moradia. Implantação de um abrigo noturno já", estampava a faixa. A reivindicação é antiga. Ainda mais urgente agora, inverno instalado e com a chuva varando a madrugada. Os dois centros da capital que atendem a população de rua fecham as portas às 17h. Justo quando é preciso descansar.

O que se quer? Uma cama, um banho, um chuveiro, uma janta, uma café da manhã, um teto seguro. Um lugar para fechar os olhos e acordar com cara de trabalhador no dia seguinte. "Como é que a pessoa vai render no trabalho no outro dia?", questiona Ednaldo José da Silva, 46, ajudante de pedreiro como profissão. Camisa social de manga comprida, calça de tecido, quem olha para ele nem imagina que suas noites são na rua. Telma, Idalécio, Ednaldo são trabalhadores. Fogem aos estereótipos que a sociedade costumou aprisionar a quem não tem um canto para dormir. E não são exceção. "Setenta por cento dos moradores de rua do Recife são trabalhadores. Mas a renda não é suficiente para alugar um quarto", atesta Luciana Valença, da Pastoral do Povo de Rua, ligada à Igreja Católica.

Trabalham fazendo uma coisa aqui outra ali, espalham currículo. Correm atrás do emprego com carteira assinada. Como o dinheiro não é certo, não conseguem alugar o tal quartinho. Qualquer barraco custa R\$ 70, por semana. Tem hora que não dá. É escolher entre comer ou ter um canto. A barriga fala mais alto. "A gente poderia começar o dia disposto para trabalhar, procurar emprego fixo. Mas amanhece com sono, fome e com a cara amassada. Não dá nem coragem de correr atrás da vida. Teve uma vez que eu não aguentei enrolar o sono e apaguei. Quando acordei, tinham levado o lençol e o colchão. Eu nem percebi. A gente já passa tanto tempo sem dormir, que uma hora desaba", conta Idalécio. Ele anda com a lei que trata de população de rua na ponta da língua. "É o decreto 7.053. Ela nos garante o direito ao abrigo noturno. Mas não é respeitada". "Apesar de ter uma lei que nos protege, ela está lá, no papel, e a gente aqui", reforça Telma.

À frente do grupo Seja a Mudança, que organizou o protesto no Marco Zero, Igor Sacha diz que o abrigo noturno não é a solução, mas garante uma dignidade mínima para a população de rua. "É uma das estratégias para fazer com que eles voltem a caminhar com as próprias pernas, para que possam se refazer psicologicamente, ter uma qualificação, estarem mais organizados para enfrentar um dia de trabalho", diz. No Nordeste, pelo menos três capitais já oferecem o serviço: Fortaleza, João Pessoa e Salvador. "Por que ainda não temos o equipamento aqui, onde há uma grande demanda de moradores de rua?", pressiona. Não há dados atualizados, mas a prefeitura estima que cerca de 900 pessoas vivem nas ruas da capital.

Igor lembra que o que não falta no Centro do Recife, onde se concentra essa população, são casas fechadas, que poderiam abrigar o serviço. "Primeiro, não é um custo alto. E a quantidade de imóveis nessa região que poderiam ser cedidos em troca de pagamento de dívida de IPTU é gigante", defende. Ele garante que a mobilização só está começando. Em parceria com a Pastoral do Povo da Rua e o Movimento Nacional do Povo de Rua, o grupo está recolhendo assinaturas para levar ao prefeito Geraldo Julio e cobrar a abertura do espaço. "Vamos agendar também uma audiência na Câmara dos Vereadores para pressionar o Legislativo a entrar nessa briga." Um direito que Amaro Pedro da Silva Santos, 43, 30 anos de rua, resume numa palavra: cidadania. "Não somos marginais. Somos gente."

- **Título:** Calçada invadida na Dantas Barreto.
Jornal e data de publicação: Jornal do Commercio de 20 de junho de 2015.

Moradores de rua



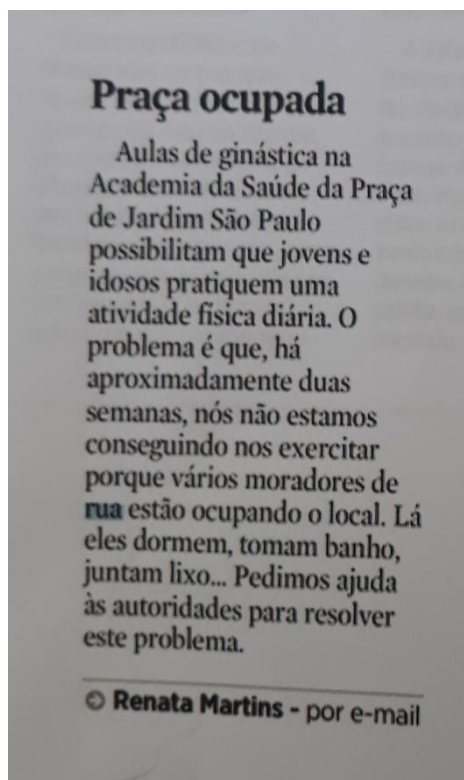
Christiane Galindo / Voz do Leitor

Calçada invadida na Dantas Barreto

Há aproximadamente um mês, moradores de rua se apossaram da calçada do Edifício São Francisco, na Avenida Dantas Barreto, Centro do Recife. Dormem e fazem uso do espaço, na porta da agência do Banco Itaú, dificultando a circulação na área e provocando medo em quem passa por ali, já que fazem uso de drogas à luz do dia.

☉ **Christiane Galindo** por e-mail

- **Título:** Praça ocupada.
Jornal e data de publicação: Jornal do Commercio de 11 de fevereiro de 2014.



- **Título:** Indigência... e incoerência

Jornal e data de publicação: Jornal do Commercio de 22 de fevereiro de 2014.

Indigência...

Cresce o número de moradores de rua que fazem de casa um dos coretos da Rua da Aurora, em frente à Secretaria de Planejamento do Estado, em Santo Amaro. Há até banheiro improvisado, com uma privada escondida por um tapume. Os dejetos escorrem para o mangue.

...e incoerência

A Fifa ameaça ir à Justiça contra a Prefeitura do Recife por causa da decisão de não mais bancar os custos do Fan Fest. Mas nada fez ou disse em relação às prefeituras do Rio de Janeiro e São Paulo, que adotaram a mesma medida.

- **Título:** Aurora indigente.
Jornal e data de publicação: Jornal do Commercio de 28 de fevereiro de 2014.

Aurora indigente



O coreto da Rua da Aurora, quase em frente à Secretaria de Planejamento do Estado, se transformou no que era, até pouco tempo atrás, a Praça Maciel Pinheiro, na Boa Vista: abrigo precário para moradores de rua num espaço nobre e importante da cidade. A indigência é uma das mazelas do Centro do Recife. E não foi o prefeito Geraldo Julio quem fez. O problema é antigo e complexo.

A maioria dos que perambulam tem casa. Mas prefere o relento por causa dos laços familiares já rompidos. A dependência da droga, sobretudo crack e álcool, aumenta o abismo entre a rua e o lar. A indigência, porém, só levanta acampamento onde o poder público esquece de fazer visitas periódicas, como no caso da Rua da Aurora. E é nessa parte da conversa que o prefeito Geraldo Julio passa a ter responsabilidade.

Cartão-postal da cidade às margens do Capibaribe, o local está cada dia mais deteriorado, quando deveria ser bem cuidado. A crítica pode soar repetitiva para quem costuma ler este espaço, mas é justificada pelo abandono. A Aurora tem potencial para ser incorporada ao cotidiano do Recife. Com a possibilidade, inclusive, de ser fechada aos carros durante os finais de semana para a prática esportiva e lazer.

A atual gestão adotou a ideia de “levar as pessoas às ruas”, sedimentada com algumas ações positivas no Centro do Recife. Mas a Rua da Aurora é a nota dissonante do discurso. Em vez de bancar os gastos de manutenção de um espaço público de interesse da cidade, a gestão prefere esperar que a construtora Moura Dubeux pague a requalificação como ação compensatória pelos cinco edifícios que vai construir na área.

Se o prefeito ou o secretário Felipe Carreras (Turismo e Lazer) aceitar a sugestão de ir a pé da cabeceira da Ponte Princesa Isabel até a da Ponte do Limoeiro para conferir de perto o avançado estágio de abandono, talvez reveja os planos e anuncie ao menos uns retoques para a Rua da Aurora. Não faz o menor sentido um espaço como aquele ser menosprezado.

Ideia antiga

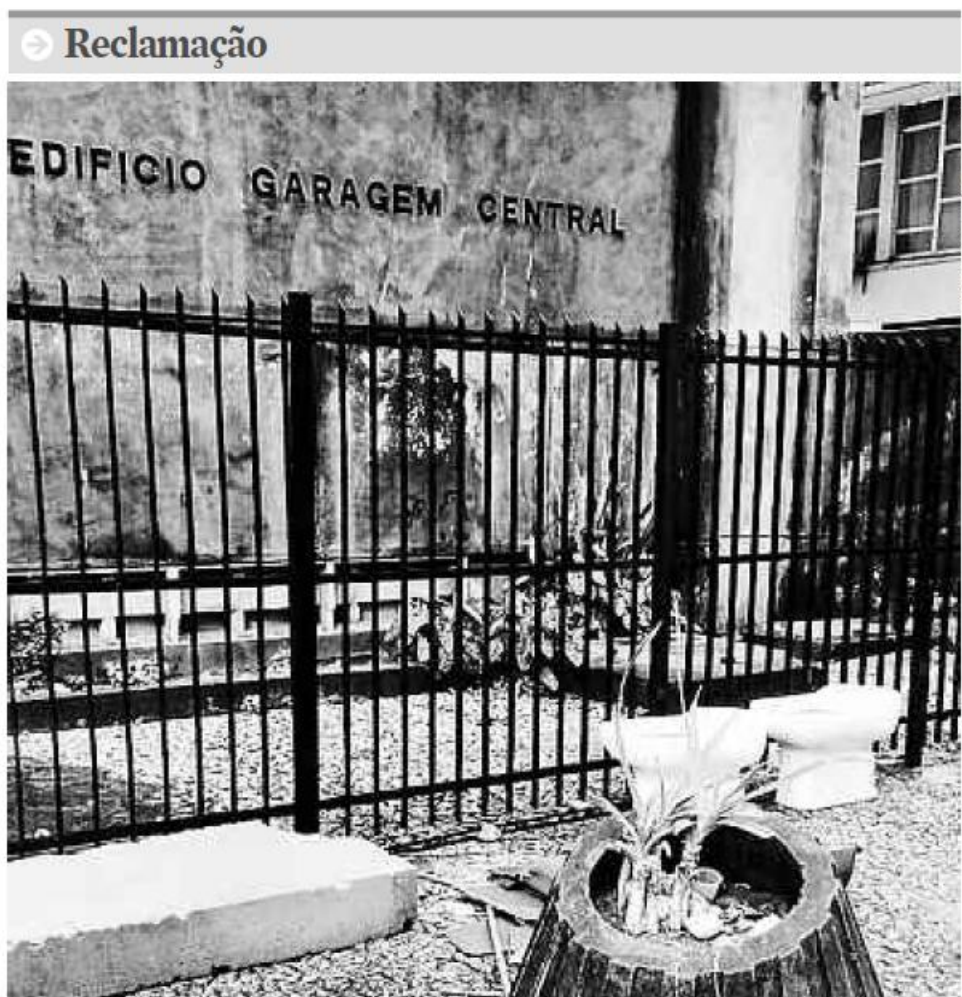
Pelos planos da PCR, os coretos da Rua da Aurora serão transformados – não se sabe quando – em pontos comerciais. A pretensão é antiga e vem desde o ex-prefeito Roberto Magalhães. De lá para cá, porém, foram três gestões, mas ainda não saiu do papel.

Cracolândia

Outra vantagem da revitalização da Aurora seria levar cidadania à Av. Artur de Lima Cavalcante, continuação da rua. A qualquer hora do dia é possível ver os zumbis em que se transformaram os dependentes. Muitos deles se prostituem por qualquer trocado.

- **Título:** Reclamação.

Jornal e data de publicação: Jornal do Commercio de 16 de março de 2014.



Moradores de **rua** ocupam calçada no Centro do Recife

Esta calçada é de um edifício-garagem localizado na Rua da União, na Boa Vista. Já tem um colchão e alguns vasos sanitários no local. Quem será o inquilino?

📧 **Luiz Albuquerque** - lwizcarlos@terra.com.br

- **Título:** Frustração e liberdade.

Jornal e data de publicação: Jornal do Commercio de 30 de março de 2014.

Frustração e liberdade

Dayse de Vasconcelos Mayer

dayse@hotlink.com.br

Alguém já pensou no peso da liberdade? E é uma das bandeiras mais levantadas nos últimos tempos, nomeadamente em tempos de convulsão quase generalizada, como no recente caso da Ucrânia. Mas vou optar pelo “aqui”. A Globo News, por exemplo, produziu uma reportagem sobre pessoas que escolheram a rua como opção de vida. E parece impossível que alguém permute uma cama bem forrada e limpa, num quarto bem protegido, por uma vida ao relento. Dormir na rua é também aceitar o corpo sempre entalado entre o cimento duro e o agasalho de suportes de papelão. Mas acontece. Uma das figuras focadas era um professor de inglês. Deve ter comparado o valor hora-aula que recebia com a tabela de um encanador, eletricitista, marceneiro... Concluiu que para uma vida frustrada o lugar é mesmo no logradouro público. Há poucos dias Damião, um estrapilho das ruas do Recife, foi recolhido pela Prefeitura e colocado numa das redes de proteção aos idosos. Já com carteira de aposentado, foi encaminhado a outro centro em Cruz de Rebouças – o Portal da Luz. A casa de acolhimento é administrada com recursos privados por uma senhora espírita de nome Claudecy Guilherme. Lá os doentes e idosos têm algo difícil: Damião ficou cerca de oito meses no lar. Desapareceu num dia qualquer. A diretora da casa geriátrica encontrou o fugitivo no interior de Pernambuco. Estava morando na estação de ônibus. Havia se demudado numa figura andrajo-

sa, mal cheirosa pela ausência de higiene e debilitada pela alimentação precária. Foi adiantando que dali não sairia. Foi então que a Sra. Claudecy resolveu colocar a mão na cabeça do fugitivo e, carinhosamente, indagou: “Meu filho, por que não volta conosco?” O mendigo responde: “Eu gosto de ser livre”. E assim aconteceu. Afinal, pode-se entender tal comportamento. Existe algo na rua que nenhum abrigo, mesmo com excesso de achego, consegue oferecer: o poder de decidir sobre o próprio destino ou assumir a responsabilidade pelos próprios atos. Creio que foi um autor russo que afirmou que o homem só é livre quando perde tudo. Enquanto existir o medo de “deixar de ter” não existe liberdade. Certamente retiraram a Damião o nutriente mais importante presente em cada um de nós: o respeito pela autonomia e o afeto dos familiares. Foi o passaporte para a libertação. A rua, afinal, veio a se converter em comunidade de iguais. Isto pode eliminar o sentimento de coitadinho, que desemboca na autocompaixão. E assim é possível entender a escolha do professor e do velho Damião. Para eles a ferida da alma é mais letal do que a sujeira do corpo. E que importa o conforto de um colchão e o alimento no horário certo? A perda da estabilidade material assume para o mendigo o valor de conquista de algo mais relevante: o controle do homem sobre o destino. Há o vazio, certamente, mas é mais fácil conviver com um sentimento que acarreta a sensação de que se ganhou a liberdade.

➤ **Dayse de Vasconcelos Mayer** é escritora

- **Título:** Crack aproxima mulheres da Aids.

Jornal e data de publicação: Jornal do Commercio de 30 de março de 2014.



Crack aproxima mulheres da aids

DROGAS Pesquisa nacional da Fiocruz aponta risco maior de exposição ao vírus entre mulheres usuárias da substância. No Recife, muitas confessam descuido na prevenção

Veronica Almeida
valmeida@j.com.br

A K.S. 21 anos, mora na rua há pelo menos dez e é usuária de droga. Engravidou aos 15 e aos 18 anos, sabe dos riscos de pegar aids e outras doenças sexualmente transmissíveis, mas não gosta de usar camisinha. A colega E.A.A., 36 anos, também consome droga e faz programa com homens. Quando o sexo é profissional, não deixa de lado o preservativo. Quando a relação é afetiva, ela apela à confiança. O vacilo já lhe rendeu sífilis. M.S., 30 anos, dependente de crack, confessa que, às vezes, nem se lembra da camisinha. Provavelmente, por isso, pegou aids. O que essas três manifestam no discurso ficou comprovado numa pesquisa nacional. Nada menos que 11,8% das usuárias de crack do Recife têm HIV e 40,8% são portadoras de sífilis.

A coordenadora da pesqui-

sa *Vulnerabilidade e prevalência de HIV e sífilis em usuários de droga no Recife*, médica Naide Teodósio, destaca que a proporção de mulheres atingidas pela combinação droga e HIV é quatro vezes maior que a de homens.

O estudo iniciado em 2009 e concluído no ano passado ouviu e testou 400 jovens e adultos, pessoas de 18 a 34 anos, principalmente. Cerca de 30% eram mulheres. Elas representavam uma fatia menor dos que consomem droga, mas demonstraram maior vulnerabilidade.

“Essa situação deve estar relacionada a uma menor utilização de preservativo, a relações desiguais de gênero e à violência sexual e doméstica, que dificultam a autonomia para tomar decisões”, observa a pesquisadora do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, unidade da Fundação Oswaldo Cruz na capital.

Nada menos que 42,5% das 100 mulheres entrevistadas

contaram que mantinham relações sexuais contra a vontade. “Muitas disseram que transavam para receber droga ou dinheiro”, conta Naide. O pagamento alimentava o vício. Segundo ela, apesar de ter feito teste de HIV nos últimos dois anos, grande parte das usuárias de droga infectadas não sabia da condição de soropositiva.

De acordo com a pesquisadora, “de maneira geral, o estudo revelou uma alta prevalência de infectados entre os usuários de droga, sendo o crack a substância predominante”. Enquanto na população geral estima-se em 0,6% a proporção de infectados pelo vírus da aids, constatou-se que 5,4% dos usuários de crack do Recife têm HIV.

O pouco uso do preservativo foi mencionado por homens e mulheres. Cerca de 41,6% assumiu não usar ou fazer uso raro nos últimos 12 meses antes da entrevista. A maioria, 81%, concorda que o

consumo de álcool e de outras drogas pode fazer a pessoa esquecer ou não se importar em usar preservativo. Mesmo conhecendo as formas de transmissão da aids, metade acredita que pode se infectar ao ser picado por inseto, usando banheiro público ou compartilhando pratos nas refeições. A maioria dos entrevistados tinha renda e escolaridade baixas. Muitos, explica Naide, sentiam-se discriminados por serem pobres e usuários de droga. “O uso de droga injetável é baixíssimo no Recife. A pesquisa confirma a predominância da transmissão sexual do HIV. A informação ajuda na montagem de estratégias de prevenção”, conclui Naide.

6
anos foi o tempo médio
de consumo de drogas
pelas mulheres

2.331
mulheres adoeeceram com aids no
Recife nos últimos 30 anos. Elas
representam um terço dos casos
novos registrados em 2012

250
gestantes são
diagnosticadas com sífilis
por ano na capital.
No ano passado,

Saúde se alia à ação social para prevenir

A coordenação de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis da Secretaria de Saúde do Recife tem trabalhado em parceria com equipes de saúde mental e da assistência social para abordar a população usuária de droga. “Não é uma tarefa fácil trabalhar com pessoas em estado alterado de consciência, mas passo a passo vamos conseguindo algumas conquistas”, afirma Ewerton Pedrosa, coordenador de DST/Aids do município. Para o psicólogo, as ações precisam ser contínuas para oferecer resultados satisfatórios. Recife registra em média 400 casos novos de aids por ano, menos da metade são mulheres.

A abordagem visando a prevenção de DST é feita por profissionais do programa que atuam em conjunto com as equipes do Consultório de Rua, dos Centros de Referência em Assis-

tência Social e do Programa Atitude do governo estadual.

Segundo Pedrosa, homens e mulheres usuários de crack, álcool e outras drogas são orientados a fazer o teste rápido de aids, sífilis e hepatite. Quando o resultado é positivo, há encaminhamento para os centros de referência. A intenção da coordenação municipal é que enfermeiros do Consultório de Rua e do Atitude sejam capacitados também para orientar sobre DST e aids quando não estiverem acompanhados da equipe do programa.

Pensando especialmente na proteção da mulher, desde dezembro do ano passado a coordenação municipal iniciou campanha para incentivar o uso do preservativo feminino. “De posse de sua camisinha, a mulher pode cuidar do seu corpo, da sua vida”, lembra Pedrosa.



528
bebês nasceram infectados na cidade

“

Eu sei que corro risco de pegar uma doença. Mas não gosto de usar camisinha com meu namorado. Acho isso ruim. Prefiro mesmo ficar fazendo o teste na policlínica, até agora nada tive”, A.K.S., 21 anos, moradora de rua do Recife, mãe de dois filhos

- **Título:** Convivência complicada na Rua da Glória

Jornal e data de publicação: Jornal do Comercio de 16 de abril de 2014.

Convivência complicada na Rua da Glória

Enquanto o bairro da Boa Vista desperta interesse de construtoras e de novos moradores, vemos uma incongruência na localização de um centro de apoio a moradores de rua e usuários de drogas em plena área residencial da Rua da Glória. As pessoas que comparecem a esse centro começam a chegar

de madrugada, se espalhando pelas calçadas e degraus de acesso às residências, brigando entre si, fazendo uso de drogas, desacatando os moradores e dificultando a entrada deles em suas casas. Isso não pode continuar assim!

✉ **Renato Cavalcanti** -
renatoafbc@hotmail.com

- **Título:** O retrato da exclusão

Jornal e data de publicação: Jornal do Commercio de 29 de maio de 2016.

O retrato da exclusão

A repórter Clara Carvalho foi pauta da para escrever uma reportagem sobre moradores de rua no centro do Recife, mas fez bem mais: redigiu um sensível, comovente e contundente libelo, um documento de acusação coletiva, testemunho de uma entre as muitas tragédias humanitárias que fazem parte da história da cidade. Neste libelo não é possível dar nomes aos autores do delito porque ele tem um perfil difuso, perde-se na história de formação de uma cidade que inchou com a chegada de desafortunados que vieram em busca de tra-

balho e dos serviços sociais que lhes faltavam em todo o Interior, no campo, noutros Estados, por todo o Nordeste. Daí foi faltando tudo e tudo levando a uma formação urbana desumana, contrastando riqueza e extrema pobreza, excedente e ausência absoluta do atendimento de todas as necessidades para a sobrevivência condigna, como está apregoadado na forma de manifestação de intenção na lei das leis do País, a Constituição Federal, desde o seu preâmbulo.

O libelo contém o percurso de formação desordenada de uma estrutura urba-

na que chega a meio milênio de existência sem o direito de se considerar legatária dos progressos da parte mais afortunada da humanidade. Coisas como a conquista para todos de uma vida decente, com o atendimento de todas as carências materiais acrescidas do valor imaterial inestimável da liberdade e do respeito a valores de coexistência. Muitos até podem se vangloriar de terem conquistado esses direitos humanos fundamentais de casa, comida, trabalho, escola, hospital, transporte, lazer. Mas muitos, também, podem fazer coro com as Telmas e os In-

dalécios e não precisam apregoar aos gritos sua condição de excluídos: basta-lhes recomendar que os incluídos sociais abram os olhos da sensibilidade toda manhã nas ruas centrais do Recife, para ver o que condenávamos nos anos 60 como a falência da natureza humana, a degradação nas ruas de Calcutá, na Índia.

Essa é uma das faces mais dramáticas desta nossa cidade múltipla, porque seus traumas sociais não são exclusivos, fazem parte da vizinhança que cresceu, se espalhou e ganhou atestados próprios de cidades, formando no conjunto o aglomerado que administrativamente recebe o título de Região Metropolitana. E porque vizinhas, irmãs, agregadas de uma mesma linha de construções que até parecem formar um só conjunto, todas pade-

cem dos mesmos males e até exportam parte deles para a área mais central do Recife, onde sobrevivem cenários intoléráveis de degradação social, com famílias inteiras dormindo e sobrevivendo ao léu, vítimas desse libelo publicado hoje neste JC e que deve ser lido com o sentimento de indignação incorporado como um grito de revolta por não termos alcançado ainda a civilização solidária, capaz de construir uma realidade generosa e partilhada.

E o pior: por aqui, se depender da Prefeitura do Recife, nada indica que haja solução à vista: o Plano Municipal de Atendimento à População de Rua, por enquanto, segundo a própria PCR, não sairá do papel tão cedo. E a justificativa? A de sempre: faltam recursos.

- **Título:** Via mangue transformada em moradia.

Jornal e data de publicação: Jornal do Commercio de 12 de julho de 2016.

Via Mangue transformada em moradia

Ele diz se chamar Antônio de Pádua Bernardo de Lima, paraibano de Areia e morador de Pernambuco há 44 anos. Nas últimas semanas, está acampado em uma das calçadas da Via Mangue, no Pina, bairro da Zona Sul do Recife, onde espalhou uma máquina de lavar roupas quebrada, uma mala cheia de livros, panelas e uma escada. Dois carrinhos de supermercado com cobertor, roupa e sapato ficam estacionados na pista.

"Não ocupei a calçada, porque ela não é minha. Estou só vendendo minha mercadoria", reage Antônio de Pádua, 63 anos, que prefere se identificar como Albani e sobrevive vendendo material reciclável – alumínio, cobre e jornal velho que recolhe no bairro de Afogados, na Zona Oeste da cidade. O ambulante instalou-se na descida de um dos viadutos da Via Mangue, nas imediações da Rua Tenente João Cícero.

Por volta das 10h de ontem, quando repórteres do **JC** chegaram ao local, ele estava tirando um cochilo deitado de bruços na calçada. Com uma verve irônica e uma imaginação que vai lon-

como Albani, empresário, vou mudar de aparência, vocês vão ver."

Enquanto esse dia não chega, ele arrisca a vida na calçada. E também cria uma situação de risco para motoristas que circulam no local. Antônio toma banho ao ar livre, escondido atrás de um lençol. Faz a comida num fogão improvisado. "Eu mesmo preparo a quarenta, misturando vitamilho com água e sal, boto para ferver e vou mexendo." Frutas e verduras embolam pelo chão.

O material reciclável que ele vende fica amontoado no trecho entre o viaduto e o gradil de proteção da Via Mangue. Ao ser questionado se motoristas reclamam ou se a prefeitura pediu para ele liberar a calçada, não pensou duas vezes: "Mando tudo para o inferno, não ligo para a prefeitura e não ligo para o povo", sustenta o ambulante.

Depois de uns minutos de conversa, ele se levanta e entra na casa sem paredes e sem teto. Abre a mala e mostra publicações que coleciona, como *Vade Mecum*, livros didáticos do ensino médio, um caderno de ortografia, o relatório anual de um banco. E posa para fotos em sua moradia imaginária segurando um exemplar de *Warsaw – A magical city* (Varsóvia – Uma cidade mágica).

"Gosto de ler as notícias, de revistas que falam de empresários, de saber co-





ginação que vai longe, Antônio de Pádua se apresenta como empresário que vende latinhas de alumínio e cobre a outros empresários. "A sede do meu trabalho é em Campina Grande", diz.

Logo acrescenta que é cadete do Exército de Campina Grande (PB) e está na rua servindo à nação, que é engenheiro da construção civil e trabalha por conta própria. Ao ser indagado onde estudou, responde: "Na minha época, o nome era ginásio. Fiz até a 3ª série ginásial em Areia. Depois me formei particular em medicina, engenharia não consegui terminar porque não tive chance."

Equilibrado na linha que divide a realidade da imaginação, afirma que é solteiro e sem filhos. "Sou único e solitário, outro aqui não consegui para duplicata. Já tive namorada, mas a única mulher que me viu nu foi a minha mãe. Nunca tive esposa", detalha. "Antônio de Pádua não existe mais. Recomeçarei a vida

que talam de empresários, de saber como vai o governo de Pernambuco. Sou Dilma nato! Ela teve algumas falhas, mas isso acontece", comenta. Acrescentando que na rua nunca dorme, apenas tira cochilos. "Fico vigilante."

A Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Recife desconhecia a presença do morador na Via Mangue e disse que vai reforçar a atuação do Serviço Especializado em Abordagem Social de Rua (Seas) no local. A função do Seas é sensibilizar as pessoas para a saída consensual das áreas públicas. Quando elas aceitam, são encaminhadas para acolhimento, retirada de documentos, acesso à rede de saúde, inclusão no aluguel social e em programas sociais. Também faz o resgate de laços familiares interrompidos.

Mais na web

Veja galeria de fotos no www.jconline.com.br/cidades



REALIDADE E IMAGINAÇÃO Homem diz se chamar Antônio de Pádua, paraibano, solteiro e sem filhos. Ele instalou-se na descida de um dos elevados da Via Mangue e sobrevive vendendo material reciclável. Na conversa, se apresenta como empresário, cadete do Exército e engenheiro da construção civil

- **Título:** Morador de rua ameaça a população
Jornal e data de publicação: Jornal do Commercio de 01 de janeiro de 2015.

Morador de rua ameaça população

No Poço da Panela tem um morador de rua que resolveu se instalar na praça e fica ameaçando os moradores e visitantes. Já denunciemos várias vezes e nenhuma atitude é tomada. A polícia fala que só quem pode levá-lo é o Samu, porque acham que ele tem problemas mentais. Enquanto isso ficamos inseguros e esperando que nunca aconteça nada a ninguém. Recentemente

tivemos que chamar a polícia novamente, pois ele abordou minha irmã, que estava no carro, com sua filha pequena. Esperamos que as autoridades competentes resolvam isso. Quem já foi abordado, não deixe de chamar a polícia, para que haja pressão e eles tentem resolver, antes que aconteça algo pior!

👤 Sara Morais via comuniQ

- **Título:** Tuberculose vai ser investigada

Jornal e data de publicação: Jornal do Commercio de 24 de março de 2015.

Tuberculose vai ser investigada

MORTALIDADE Projeto piloto das Secretarias de Saúde do Estado e do Recife quer saber por que a capital é a campeã em óbitos

Tudo caso de morte por tuberculose no Recife será a partir de agora investigado e debatido pela saúde pública. A ação faz parte de um projeto piloto montado pelas Secretarias de Saúde do Estado e do município, na tentativa de compreender melhor por quais motivos a capital é a campeã em mortes pela doença, entre as demais do Brasil. Na cidade, morreram 120 pessoas no ano passado. No Estado, 350 morrem em média anualmente, três a cada 100 mil.

Hoje, dia mundial de combate à doença, moradores de rua serão alvo de uma campanha no Recife. Segundo levantamento divulgado ontem pelo Ministério da Saúde, Pernambuco e a capital aparecem em terceiro lugar na incidência da doença. O Estado com 48 e o Recife com 98 casos por 100 mil habitantes, registrados em 2014.

“É preciso saber se as pessoas estão morrendo porque não tiveram diagnóstico em tempo hábil, porque não fizeram ou abandonaram o tratamento”, explica a coordenadora do programa estadual de combate à tuberculose, Cândida Ribeiro. “Vamos montar um comitê para discutir caso a caso”, completa Ariane Bezerra, coordenadora do combate à doença no município.

Como o Estado é o segundo pior do País em mortes, a ideia é fazer o mesmo nos demais 183 municípios e no Distrito de Fernando de Noronha. De cada 100 doentes de tuberculose em Pernambuco, 11 deixam de tomar os remédios. O Ministé-

rio da Saúde preconiza como aceitável um índice inferior a 5%. A vulnerabilidade social estaria por trás desse quadro que acaba levando às formas resistentes da doença, com maior chance de morte. Alcoolistas, usuários de crack, presidiários, portadores do vírus da aids sem tratamento adequado e pessoas que vivem nas ruas ou em situação de pobreza são mais expostas, segundo os profissionais de saúde.

Para melhorar a adesão, a Secretaria Estadual de Saúde recomenda o tratamento observado. “Cabe à unidade de saúde escolher a melhor estratégia, com o doente indo até o posto tomar o remédio ou o profissional deslocando-se até o domicílio do paciente”, explica Cândida.

No Estado são 4,5 mil novos casos por ano em média. Tosse por três semanas ou mais, com emagrecimento, febre no final da tarde e suor noturno são sinais de alerta para a doença que, inicialmente, pode ser curada com seis meses de tratamento gratuito, pelo SUS. Desde a semana passada o estoque de vacina BCG, no Estado, foi zerado. O motivo é um desabastecimento nacional. “Acredito que em abril estará regularizado pelo Ministério da Saúde”, espera Cândida. O produto é destinado a recém-nascidos e protege das formas graves. No Recife, técnicos da saúde e da assistência social atenderão das 8h às 13h de hoje usuários do Centro Pop Glória, no bairro da Boa Vista. Serão feitos coleta de escarro, testagem rápida para HIV e repassadas orientações.



DIVULGAÇÃO Ariane Bezerra comanda campanha junto aos moradores de rua do Recife

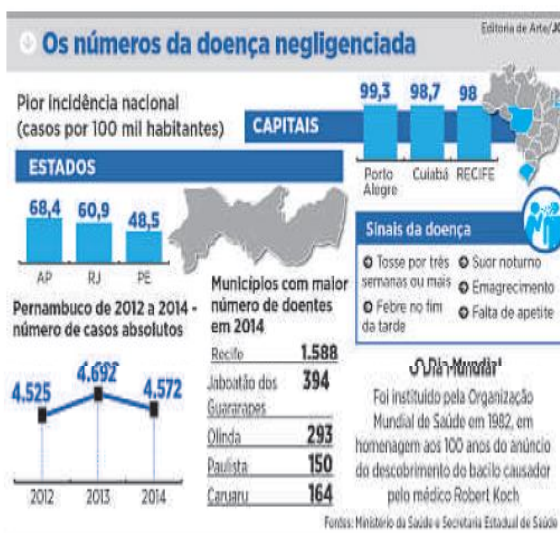
Brasil é 16º entre países com mais casos

SÃO PAULO - O Brasil manteve o 16º lugar no ranking de países campeões em casos de tuberculose. Ano passado foram registrados 67.966 casos da doença, com coeficiente de incidência de 33,5 casos por 100 mil habitantes. Em 2013, haviam sido contabilizadas 71.123 infecções. Em um ano, a redução de casos foi de 4,4%. A taxa de mortalidade em 2013 foi de 2,3 óbitos por 100 mil habitantes, 20,7% mais baixa do que havia sido registrado em 2003, com 2,9 mortes a cada 100 mil.

Os números foram apresentados na Câmara dos Deputados durante sessão solene pelo Dia Mundial de Combate à Tuberculose. Com indicadores ainda considerados altos, o governo assumiu o compromisso de redução em 95% dos óbitos e em 90% do coeficiente de incidência da doença até 2035.

“Progredimos, mas ainda há muito o que avançar”, afirmou Carlos Basile, da Parceria Brasileira contra Tuberculose. Em seu discurso, ele disse estar preocupado com a redução da vacina contra a doença em postos de saúde, identificada no último mês em razão de problemas de abastecimento.

Uma das estratégias consideradas essenciais para o controle do número de casos da doença é o diagnóstico rápido da infecção. “Ainda consideramos a tuberculose um grande desafio”, afirmou o ministro da Saúde, Arthur Chioro.



- **Título:** Contra a desordem urbana.

Jornal e data de publicação: Jornal do Commercio de 24 de abril de 2015.

Contra a desordem urbana

A desordem urbana retratada na Cruz Cabugá pela repórter Margarete Andrea, na edição de terça-feira do **Jornal do Commercio**, não é privilégio daquela avenida, um dos principais corredores da capital. E não é preciso nem ser especialista: basta andar pelas ruas do centro ou de bairros vizinhos, para se observar como o Recife seria uma cidade muito melhor, se o poder público não se omitisse tanto. Temos vias esburacadas, calçadas ocupadas ou danificadas, fios caindo ao lado do asfalto, comércio ambulante desordenado, poluição visual e sonora. Na Redação, chovem correspondências de leitores, recheadas de indignação. A última delas refere-se a uma moradora de rua que construiu uma casa que parece um iglu, na Rua do Muniz. Só que o “iglu” em questão foi feito com lixo, uma verdadeira montanha de detritos, no interior da qual ela penetra, rastejando, como uma serpente. Dona Creusa foi procurada pela coluna. Arredia, não quis falar, até fez ameaça, com um pedaço de pau. Segundo as pessoas que ali trabalham, ela não é uma “sem teto”, mas sim uma “sem juízo”. Possui casa, família, mas rejeita qualquer aproximação com parentes ou estranhos. E vive entre o total abandono e a solidão.



Ninguém sabe o seu sobrenome. Mas pessoas que trabalham na rua afirmam que ela é “boa engenheira”, pois o monte de detritos resiste a todas as chuvas. A calçada fica totalmente obstruída, e ela guarda a “casa” com unhas e dentes.

- **Título:** Bagunça em cartão-postal do Recife.
Jornal e data de publicação: Jornal do Commercio de 04 de maio de 2015.

👁️ **Flagrante**



Bagunça em cartão-postal do Recife

Moradores de rua cheiram cola e abordam pedestres que passam pela **Rua** do Sol, na descida da Ponte Duarte Coelho, Centro do Recife.

👁️ **Alexandre Lopes** tolouco13@gmail.com

- **Título:** A rua é de todos.

Jornal e data de publicação: Jornal do Commercio de 09 de maio de 2015

A RUA É DE TODOS

Entre carros, junto aos pedestres, eles lá estão. Tanto faz o cruzamento da Paula Batista com a Harmonia, em Casa Amarela, ou a Praça da Independência, no Centro do Recife. Que independência e desconcertante harmonia, poderíamos concluir. Pessoas com aparente desorientação mental estão nas ruas do Recife, caminham às margens das rodovias, dormem e convulsionam no passeio público, aos olhos de todos, num cenário confuso da vida agitada e barulhenta, emoldurada pela paisagem urbanisticamente insana. Ignorados, rotulados, temidos ou acolhidos pela solidariedade, ganham apelidos e, sobretudo, ajudam a levantar questões antigas, muito atuais. A rua é de todos, a liberdade de ir e vir também. Mas lá estão no exercício dessa autonomia ou vivendo o sofrido abandono social? São o retrato da ausência de políticas assistenciais competentes ou do despreparo da família e da sociedade para lidar com as diferenças?

No primeiro trecho visitado, no bairro de Casa Amarela, Zona Norte da capital, bastou uma hora e exatos 21 minutos, numa tarde ensolarada do dia 22 de abril, para descobrir o que é normal por ali. Já existia a informação prévia sobre o Doido da Garrafinha e outros tipos aparentemente desequilibrados



Na Itália, psicóticos graves foram abandonados na transição do modelo de tratamento. A reforma deu atenção importante à questão social, mas desconsiderou a doença em si. Muitos viraram moradores de rua”, Durval Bezerra, psiquiatra

em outros trechos do Recife. “Fico revoltado quando alguém dá bebida a ele, piorando seu estado”, desabafa um dono de restaurante que tenta ao menos saciar a fome de muitos que perambulam na região. Beбето é mais um que recebe sua ajuda. Passa parte do tempo deitado no chão e às vezes canta, daí o nome similar ao do artista, com quem tem, aliás, certa aparência física por causa dos cabelos alourados. O sócio prefere o diálogo consigo mesmo e de vez em quando desaparece. “Retorna tomado banho, de cabelos cortados, talvez de algum internamento”, sugere o amigo comerciante.

Na emergência do Hospital Ulysses Pernambucano, a única a atender todo o Estado, há uma enfermaria para acolher pacientes que vivem na rua. Depois do atendimento à crise aguda, eles lá aguardam a pesquisa feita pelo serviço social, que vai em busca de algum laço familiar ou de abrigos mantidos pelas prefeituras, para onde possam ser encaminhados a partir da alta médica. O processo nem sempre é rápido, em razão das dificuldades de busca, informa a direção do hospital. Nos casos mais graves, que exigem cuidados intensivos, as alternativas de internamento são os hospitais Alcides Codeceira (feminino), em Igarassu, Grande Recife, e a Colônia Barreiros (masculina), na cidade do mesmo nome, na Mata Sul.

que por lá passam. Logo no primeiro minuto um deles aparece. Vive andando de um lado para o outro, com a garrafinha vazia de água mineral, vasilhame necessário para pedir sua bebida predileta: café. Tem em torno de 40 anos. Cabeça raspada, pardo, acima do peso ideal, camisa vermelha e calção escuro. A barba está feita, não demonstra morar na rua. Parece ter endereço certo e quem cuide dele. O jeito é de quem toma remédio controlado, tem olhar às vezes perdido. Sabe ou não o que faz na rua? Quem trabalha na via alerta que às vezes ele é agressivo. Um casal de comerciantes, há sete anos na região, conhece a rotina por todo esse tempo.

“Jogou café num motoqueiro, agride mais as mulheres, dá tapa”, conta a senhora. O esposo dela completa: “Devia estar internado!”. Será? Em pouco tempo se descobre que o tal homem com comportamento infantil tem família. Mora no bairro próximo do centro comercial de Casa Amarela. Uma ambulante conta que o rapaz se comunica por gestos para pedir café. Enquanto isso, num passo apressado, ele desaparece na multidão. Na busca pelo reencontro, a abordagem a um vendedor de cocos revela outro olhar para a diária convivência. “O especial? Não vi ele hoje”, responde, afetuosamente. É contrário ao internamento e entende que o passeio, na rua, deve fazer bem àquele maduro homem “que precisa de cuidados dos que têm plena consciência”.

Enquanto o sol baixa, a curiosidade encontra outro alvo. Também chama a atenção pelos gestos, de longe involuntários, de perto, mais conscientes. Passa pela faixa de pedestres, faz sinal para os carros, e, como um guarda de trânsito, aponta para a ciclofaixa, orientan-

do o uso de bicicletas no local. Seu nome? Ele responde completo. Reage com alegria ao ser fotografado, agradece por estar sendo entrevistado. Tem 52 anos, diz que aos 15 foi abandonado pela mãe, na Feira da Rodinha, na Mangabeira, e que mora na rua, sozinho. Sua companhia, o pai, morreu logo depois. Era feirante e bebia. Apresentou o filho a duas coisas que lhe deram prazer: o álcool e o samba. “Bebo porque gosto, não faço mal a ninguém. Todo mundo bebe”, sentencia o Galego (apelido), educadamente. E os gestos na ciclofaixa? “Queria ter uma bicicleta.” Morou no Córrego José Grande e frequentava a quadra da Escola de Samba Galeria do Ritmo, no Morro da Conceição. Da azul e branco sabe de cor o nome dos mestres da bateria. Em outra ocasião, a consulta a Miro do Samba confirma a lucidez. Ele lembra do tal homem tocando ganzá.

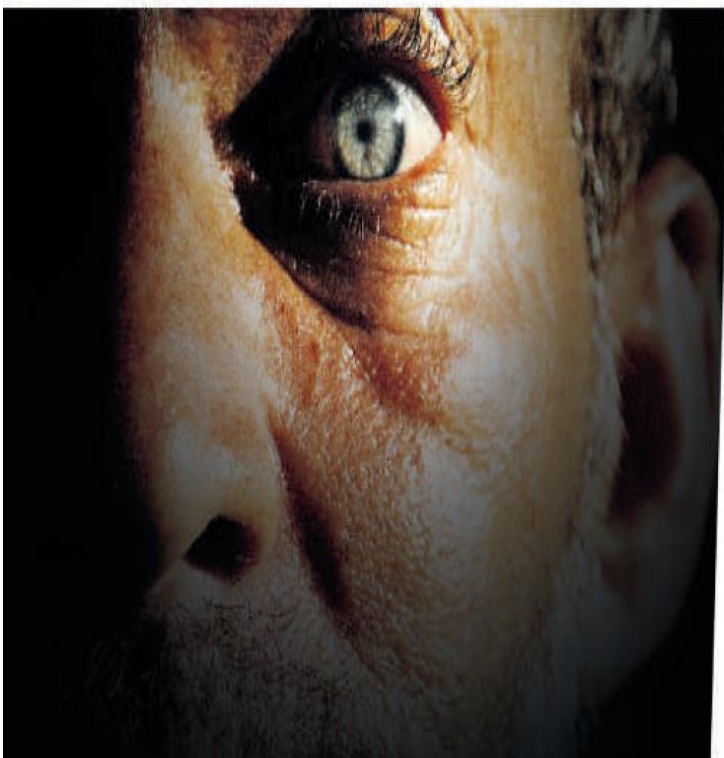
O mesmo álcool que dá prazer ao Galego entorpece outros mais vulneráveis, que vivem aos farrapos no Centro da cidade. A Praça da Independência e arredores acolhem muitos deles. Alguns, quando o efeito do álcool está em baixa e a abstinência não clama nova dose, conseguem sobriedade suficiente para pedir comida e fazer pequenos serviços. Outros, entorpecidos pelo dueto bebida e doença mental, pouco se desligam do seu mundo abstrato, particular.

Te Odeio é um desses. Negro, magro, vestindo quase sempre uma sunga preta, anda de um canto a outro, cantando comida no chão e até no esgoto. Ganhou esse apelido por causa da frase recorrente que diz quando está mais perturbado: “Eu te odeio, largue minha mão!”. Aparenta em torno de 40 anos e é visto também

Nos abrigos, pacientes não conseguem permanecer muito tempo. E nos lares, muitas vezes, os laços não se reconstróem, pelas dificuldades de convivência. Qual seria, então, a solução para quem perdeu o vínculo com a família, tem transtorno mental e vive perambulando pelas ruas? É daí e da defesa da segregação que nasceram os manicômios, que esconderam não só os sem juízo.

O psiquiatra Durval Bezerra, que participou do processo de reforma psiquiátrica em Pernambuco, lembra que na Itália e em outros países, pacientes psicóticos graves ficaram abandonados na transição do modelo de tratamento. “A reforma deu atenção importante à questão social, mas desconsiderou a doença em si. Muitos viraram moradores de rua.” Bezerra é contra a segregação que existiu por séculos, retirando os mais pobres de circulação, mas defende uma reforma psiquiátrica que contemple todos os aspectos necessários.

As relações dos portadores de transtornos com a comunidade sempre foram variadas. Heronides Coelho Filho, no livro *A Psiquiatria do Açúcar*, editado na década de 1950, conta que na era colonial os doentes inofensivos eram motivo de galhofa para as crianças. Os agitados acabavam sendo recolhidos à cadeia, com os ladrões, enquanto os ricos ficavam escondidos num aposento dos fundos da casa da família. No século 17, na Europa, quando da Revolução Industrial, mendigos, pessoas sem domicílio, sem trabalho ou sem ofício, criminosos, rebeldes políticos, prostitutas, crianças violentadas, sífilíticos e alcoólatras, tornavam-se invisíveis. No Brasil não foi diferente. Sanatórios foram comparados a centros de concentração, como o Hospital de Barbacena (Minas Gerais), para onde eram levadas mulheres violentadas por seus patrões e inimigos do poder vigente.

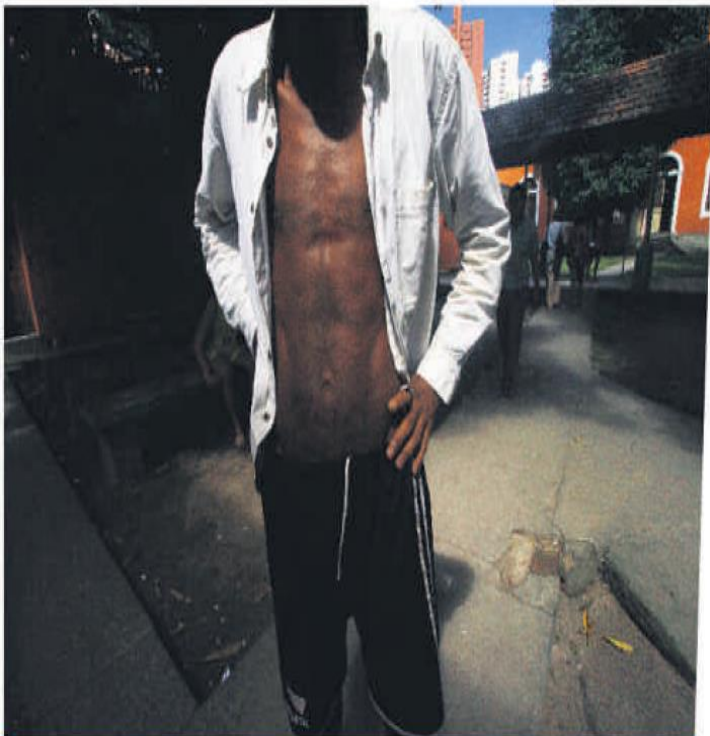


ABAIXO O PENSAMENTO HIGIENISTA!

É missão dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps) assistir também a população de rua portadora de transtorno mental. Cabe às equipes abordar e tentar construir alguma alternativa terapêutica ou de cuidado para o doente da via pública. “Não podemos simplesmente partir para uma medida de higienização, retirar as pessoas da rua, dar banho, arrumá-las. É uma violência contra o direito de ir e vir, relações são construídas naquele espaço. Temos que conhecer melhor a pessoa, seu nível de autonomia e fazer um projeto singular”, explica a gerente de Atenção à Saúde Mental do Recife, Telma Melo.

Segundo a psicóloga, vários fatores levam uma pessoa a morar ou passar a maior parte do tempo na via pública, desde questões econômicas, sociais e até mesmo culturais. “Quando o usuário está na rua por sua condição psíquica, a gente tenta dar conta pelos Caps”, garante. Telma lembra que 80% dos que vivem na rua fazem uso de droga, lícita ou ilícita. O trabalho mais efetivo, explica, tem sido a discussão interdisciplinar com o setor de assistência social. Além do Consultório de Rua, com foco na redução de danos para dependentes de álcool e crack que moram nas calçadas e debaixo dos viadutos, foi criado este mês o Consultório na Rua, para um cuidado mais integral. O serviço está funcionando em dois distritos, Centro e Zona Norte.

A ideia é que profissionais do novo Consultório, de nível médio, façam o primeiro contato. Detectado o transtorno, o trabalho será no sentido de aproximar o Caps de quem precisa. “Apesar do problema, a pessoa pode conduzir a vida naquele espaço”, conta Telma. A partir daí, procura-se saber se há vínculo familiar, se o cidadão deseja sair daquela situação e, se não deseja, qual o motivo (opção ou por não ter condição de decidir). Então, são tentadas as alternativas, fazendo ou não o retorno ao lar ou abrigo. “Já articulamos, uma vez, com uma pessoa do bairro que ajudava o morador de rua, o apoio para que ele fizesse o tratamento. Ela cedeu a garagem para o rapaz dormir à noite, depois de tomar os remédios.” Passados dois ou três meses, ele aceitou conhecer o Caps e de lá lembrou-se de um irmão



ÁLCOOL E EXCLUSÃO

Os transtornos mentais e o uso de álcool e outras drogas oscilam entre a segunda e a terceira causa de internamento mais frequente de jovens e adultos. Na década de 90, estavam no topo no grupo masculino, mas acabaram sendo ultrapassados pela violência urbana. O menor impacto nas estatísticas também pode ter relação com a menor disponibilidade de leitos, uma vez que a tendência predominante de tratamento é ambulatorial. Dados registrados pelo SUS e divulgados pela Secretaria de Saúde de Pernambuco apontam 4.081 hospitalizações no Estado atribuídas ao problema na faixa dos 25 aos 34 anos, sendo 2.700 de pacientes homens.

A esquizofrenia, os delírios por uso ou não de substâncias psicoativas são os principais transtornos que levam ao internamento. Nos consultórios, psiquiatras observam um crescente aumento da depressão, mal que a Organização Mundial de Saúde estima ser capaz de ultrapassar em frequência até as doenças cardiovasculares, e outros males da ansiedade.

“A depressão é uma importante causa de afastamento do trabalho”, afirma o psiquiatra Durval Bezerra. A classificação internacional de doenças reconhece no seu capítulo F 99 distúrbios emocionais e do compor-

tamento, com vários subtipos. A doença mental, explica Bezerra, é caracterizada quando há um prejuízo grande no relacionamento interpessoal, para o indivíduo e suas relações sociais. As causas são multifatoriais, vão da predisposição genética à sobrecarga de estresse.

Na sociedade da informação e do estímulo por segundo, essa sobrecarga parece maior. Professor de neuropsiquiatria da Universidade Federal de Pernambuco, Amaury Cantilino explica que os estímulos excessivos trazidos pela tecnologia nem sempre são vantajosos na qualidade de vida. “Se cada um pensar quantas das informações recebidas nos últimos meses foram relevantes ou suficiente para uma tomada de decisão que viesse a alterar, significativamente, a sua vida, se surpreenderia com a quantidade de material pouco útil. Nosso cérebro trabalha mais para selecionar o essencial nessa abundância. O estresse e o gasto energético aumentaram”, avalia. Ele chama a atenção para as extravagâncias. “Excessos alimentares geram maior necessidade de estatinas e hipoglicemiantes (para colesterol e diabete), sobrecarga de trabalho e de exigências de produtividade levam aos antidepressivos, tranquilizantes e drogas para baixar a pressão arterial.”

que morava em outra cidade. O contato foi feito e a família se reencontrou.

ENTREVISTA >>> PAULO AMARANTE

“TEM QUE IR ALÉM DO CAPS”

O presidente da Associação Brasileira de Saúde Mental e pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz (ENSP-RJ), Paulo Amarante, defende projetos culturais, de geração de emprego e economia solidária para uma reforma psiquiátrica completa. É uma das vozes nacionais da Luta Antimanicomial.

JC - Como avalia esse estágio da reforma psiquiátrica?

PAULO AMARANTE - A reforma psiquiátrica brasileira é processo irreversível, mas precisa ser efetivada com a desmontagem das estruturas manicomiais ainda existentes e com investimento decisivo na rede de atenção psicossocial (centros de atenção psicossocial, centros de convivência, residências assistidas) e outros projetos sociais (culturais e de trabalho, como economia solidária).

JC - Como libertar os doentes dos Caps?

AMARANTE - É necessário que a oferta de serviços seja ampliada, e não apenas de serviços, mas de dispositivos culturais, sociais, de trabalho, de moradia, de participação e protagonismo social. E é necessário, para isso, que haja uma atitude crítica em relação à ideia do tratamento, da relação com o usuário, que esta relação não seja mediada pela clínica, pelos saberes médicos e psicológicos, mas pela noção de cidadania, de direitos humanos, de diversidade cultural, enfim, de outras dimensões que não as técnico-científicas.

JC - Qual o papel da psicologia social no momento?

AMARANTE - Penso que o desafio maior da psiquiatria e da psicologia é não se entregar ao projeto de mercantilização da dor, do sofrimento, da vida. É procurar estar sempre ao lado do real interesse das pessoas e não dos interesses que atuam no campo da saúde e da doença.

JC - Há como medir sistematicamente no Brasil a doença mental?

AMARANTE - Sou muito crítico ao princípio de medir doenças e transtornos mentais, pois os métodos epidemiológicos não são feitos para questões relacionadas à subjetividade, ao comportamento, às questões de normalidade. Há sempre alto risco de estigmatização, de rotulação. Sabemos atualmente que as pesquisas que medem doenças são fortemente financiadas por laboratórios farmacêuticos e que muitas têm graves problemas éticos.

- **Título:** Sem teto passam a noite insones, com medo de roubo e da morte. Como tantos outros casais também são unidos pela solidão e carência

Jornal e data de publicação: Jornal do Commercio de 08 de junho de 2014

SEM TETO Passam a noite insones, com medo de roubo e da morte. Como tantos outros casais, também são unidos pela solidão e carência

Fabiana Moraes
fmoraes@jc.com.br

Ver o sol nascer, sentir a chuva, andar nas ruas, desfrutar a sensação de não ter uma rotina diária. Aquilo que pode soar como regenerador e libertador para muitos, especialmente quem circula com jornada de trabalho definida, cartão de crédito e pausa para férias, tem efeito inverso para quem não escolhe quando e onde experimentar o que é celebrado como “verdadeira liberdade”. Cleidson José da Silva, 29 anos, é um exemplo: todos os dias, por volta das 5h, vê o céu do Centro do Recife tingir-se de rosa e laranja. É o fim de outra noite dormindo na rua, situação que ofusca qualquer beleza gratuita e natural que ele eventualmente consegue acessar. “Mas nem o amanhecer do dia é bom. Você pensa logo em como vai ser... tem gente que diz ‘Graças a Deus, é outro dia.’ Eu fico quieto, torcendo para não ser pior que o de ontem.”

Glauce Cavalcanti, 30, os últimos três passados na prisão, lembra ao lado de Cleidson nessas auroras de coração apertado. Está sentada no papelão – que era também a cama do casal – quando perguntam: “É possível apontar alguma coisa boa na vida da rua?” Ouve em silêncio a resposta desesperançada do companheiro. Espera sua vez, e é aí que ela coloca algum colorido na realidade sem perfume e suavidade que ambos vivem. “Pra mim, na situação que estou passando, a melhor coisa de estar nas ruas foi ter conhecido ele. É meu amigo, meu companheiro. Minha mãe, meu pai. É a única coisa boa: é ele.”

Fazia apenas uma semana que Glauce e Cleidson haviam ficado juntos pela primeira vez, o primeiro encontro. “Foi uma noite de amor, mas não foi nada em crack.” Cerca de 40 minutos após o assalto no qual ela usou uma faca, um carro da polícia a parou. A vítima estava a bordo. Passou dois anos e oito meses encarcerada. Quatro dias depois de sair, procurou Cleidson, ou Matuto, como ele é mais conhecido. O rapaz, que esteve cinco anos e nove meses preso por matar a esposa em 2004, estava se relacionando com outra mulher. Justifica: “Não procurei Glauce antes porque não tinha seu nome completo”. Ao reencontrar a ex-quase namorada, decidiu retomar a relação. A antiga parceira não perdoou: sabia que

qui pra de noite eu desenrolo uma pinça pra tu”, disse ele quando ela começou a reclamar que precisava depilar as sobrancelhas. O caso é que Alex, rapaz bonito que circula principalmente no bairro da Boa Vista e adjacências, não consegue se acostumar a sua realidade de agora: ex-presidiário e vivendo nas ruas, ele vem de uma família de classe média. Foi expulso de casa após vender a geladeira para comprar droga. Tempos depois, foi pego assaltando ao lado de um menor. Em dezembro de 2013, foi solto. “Fiquei pouco tempo. Se a família tem dinheiro para pagar advogado, tira logo você de lá. Quem se f* é quem é pobre.” Mas a pobreza, ele sabe, é a sua condição de agora. Talvez seja essa consciência que o faça ainda mais individualista, que o faça não encarar um namoro com Anna: “A minha correria eu faço só”. Por outro lado, a rua é um bicho que assusta e sublinha a necessidade humana de sentir o outro ao seu lado. Alex é como a maioria de nós: precisa ter alguém por perto. “Às vezes nem amor existe, mas você é tão solitário que fica com a pessoa. Eu mesmo tô com Anna há uma semana. Não, não, faz uns 15 dias...ou não faz nenhuma semana, eu acho.”

“Ele disse pra senhora que gosta de mim?”, perguntou Anna, magrinha, alta, assim que a repórter se aproximou. Queria saber se o rapaz está mesmo namorando com ela. Diz que podia até voltar para a quase casa que divide com a família nos Coelhos e há dois meses abandonou, mas prefere permanecer ao lado de Alex (embora ele corra só, embora não ofereça papelão para ela dormir, embora não dívida a coxinha na hora da fome). Já tem dois filhos, um de 3 anos, outro de 5 meses. Amamentou o último na “casinha”, como é chamada a prisão. Ela passou seis meses encarcerada, mas não sabe o que fazer para fazer o quê? chorar? Eu que tenho que tirar a cadeia, não é a cadeia que tem que me tirar.” Foi estuprada em janeiro deste ano, em Afogados (Zona Oeste do Recife). Estava sozinha. Não relaciona uma coisa à outra, mas é impossível não pensar em quanto a presença de Alex ao seu lado é importante depois de sabermos da violência que ela enfrentou – e das violências futuras que enfrentará.

ele guardava as roupas em uma barraquinha perto do Parque 13 de Maio, saída clássica para quem não tem vida cercada por paredes, pias e travesseiros. Foi lá e queimou todas as poucas peças do agora ex-companheiro.

Desde então, os dois, ambos há cinco anos sem casa para morar, passaram a dividir o papelão e um lençol sob as marquises do Teatro Santa Isabel, onde dormem após passar boa parte do dia no Centro Pop da Rua da Glória, um dos dois espaços bancados pela prefeitura e governo federal destinados à população de rua. Ali, recebem café da manhã e almoço (são 30 refeições, cada horário). A partir das 17h, quando o Centro fecha as portas, caminham pela cidade e chegam até a Praça da República, onde, na copa de uma árvore, escondem os dois travesseiros, os maiores confortos materiais que guardam consigo. Outros casais aparecem para disputar o melhor lugar e acomodam-se justamente na entrada de mármore do prédio neoclássico construído há 164 anos sob o comando do francês Louis Léger Vauthier, uma espécie de bálsamo para uma burguesia local que adoraria ser Europa. Outro “conforto” é a presença, no entorno, de policiais militares responsáveis também pela segurança do Palácio do Governo, palco maior do poder do Estado.

Essa vigilância periférica, no entanto, não garante um sono tranquilo: são bastante comuns os furtos entre moradores de rua. Dias antes de conversar com a reportagem, Cleidson havia perdido a mochila com documentos e algumas roupas. “A gente tava abraçadinho, pegou no sono e aí foi assaltado”, conta ele. A intimidade do abraço, aliás, é uma das poucas que permitem-se ter quando estão ao lado dos outros: o desejo sexual só pode ser saciado em becos escuros, sob pontes e atrás de muros de terrenos baldios. Escondem-se tanto dos olhares alheios quanto do Código Penal Brasileiro, que, no artigo 233, define a prática sexual pública como ato obsceno (a pena é de detenção de três meses a um ano ou multa). Não é difícil, no entanto, serem flagrados. Mas estão blindados cruelmente pela própria situação. “O povo não mexe, sabe que somos moradores de rua, eles têm é medo da gente.”

Como em todos os grupos, há, entre os que não possuem casa para morar, uma ética própria: uma delas é a de proteger a companheira. A ausência dessa prática gera críticas e era justamente isso o que entristecia, na noite em que a reportagem acompanhava o aninhamento de Cleidson e Glauce sob a marquise do Santa Isabel, a jovem Anna Kelly, 21. Seu namorado naqueles dias, Alex Brasil, 33, havia conseguido um pedaço de papelão para dormir, mas não compartilhou com ela. Logo, as críticas começaram a aparecer. “Um dia desses ele comprou uma coxinha e nem deu um pedaço a ela”, disse Cleidson, que se orgulha de “tomar conta” de Glauce. “Da-

O sexo precisa ser protegido do olhar alheio e da lei: prática pública é classificada como ato obsceno

SEXO E SOLIDÃO

Na prisão, Anna conheceu Maria de Fátima, 34, que mantém um relacionamento amoroso com Djalma de Oliveira Lima (conhecido como Pelé), 54. Entre os dois, repete-se algo percebido entre o casal anterior: a proximidade e um inevitável envolvimento afetivo provocado pela solidão (algo mais presente nele) e ainda necessidade de proteção (algo mais palpável nela). Djalma e Maria estavam juntos há poucas semanas, dias que eles não souberam contabilizar. Se conheciam há tempos: ele trabalha como flanelinha perto no bairro de Santo Amaro e, desde que se separou da mulher, passou a dormir na rua, sob o teto de um fiteiro colado no muro de um hospital. “Há um ano, um mês e um dia estou vivendo assim”, disse ele. Maria, no entanto, diz que não dorme pelas ruas de jeito nenhum. “Eu pago para dormir em algum canto, eu tenho condições.” Na fala de Maria, o mesmo sentimento de não pertencimento identificado em Alex: vindos de famílias mais estabilizadas (ela vivia em Belo Jardim e veio para a capital ainda criança), eles fazem questão de se diferenciar daqueles que se encontram na mesma situação. Isso acontece, dolorido perceber, mesmo entre os que possuem uma relação além da amizade. Quando Djalma se afasta para ajudar a estacionar mais um carro que chega à rua (onde um esgoto aberto toma conta do ar), por exemplo, Maria sussurra: “Eu não quero compromisso. Eu estou com ele, é verdade, mas é muitas vezes para me ajudar a comprar pedra.” Djalma não está alheio a tal realidade. “Eu sei tudo o que acontece. Eu sou um psicólogo. Mas eu ajudo. Se tá precisando de R\$ 20, R\$ 25, eu arrumo.” Nesse namoro fomentado por tantas razões, o sexo é um protagonista e um instrumento que sublinha a não solidão. Quando há algum dinheiro, além daquele usado para comprar alguma comida, alguma cachaça ou pedra, vão para um quarto. Mas na maioria das vezes, como Cleidson e Glauce, como Anna e Alex, procuram os terrenos baldios e ruas escuras para manter relações sexuais. Maria não gosta quando Djalma conta. Ele se impõe, olha duro para ela: “Pra que esconder? É assim, nessa vida é assim.”

- **Título:** O largo da bagunça e da imobilidade

Jornal e data de publicação: Jornal do Commercio de 02 de julho de 2014

O largo da bagunça e da imobilidade

URBANISMO Calçadas esburacadas, fachadas deterioradas, lixo e excesso de postes depõem contra centro comercial da Encruzilhada

Tradicional ponto de comércio e cortado por algumas das principais vias da Zona Norte do Recife – como as Avenida Beberibe, Norte e João de Barros – o Largo da Encruzilhada, no bairro homônimo, sofre com problemas estruturais e de mobilidade. O cruzamento da Avenida Norte com a João de Barros é um convite ao perigo, com calçadas esburacadas e fios soltos pelo chão. O excesso de postes é outro problema que agride a paisagem, além do desnivelamento das calçadas e da deterioração da fachada dos imóveis.

No entorno do famoso mercado do bairro, um dos mais visitados pelos recifenses e turistas, as calçadas estão obstruídas por ambulantes e moradores de rua. A sujeira também depõe contra o lugar. No pátio externo, funciona uma mistura de sulanca e feira tradicional de alimentos, com cerca de 30 barracas, que acontece às segundas, terças, sextas e sábados. O lixo produzido pelos feirantes divide o espaço com pacotes de roupas e fica exposto até o fim do dia, à espera do caminhão da limpeza urbana.

Outros 15 feirantes disputam as calçadas com os pedestres. “Eu mesma não quero ir para dentro do mercado, aqui o mo-

ço está fechado desde a segunda gestão do então prefeito João Paulo (2004 a 2007). “O local já foi oferecido aos comerciantes, mas eles acham que é escondido e preferem ficar do lado de fora”, conta o administrador do centro de compras, Adriano Nascimento.

Poucos metros à frente, no cruzamento da Avenida João de Barros com a Avenida Norte, o maior problema é andar pelas calçadas. Um buraco em frente à faixa de pedestres da Avenida Norte complica a travessia, principalmente de idosos. A aposentada Maria das Dores Santos, 72, passa diariamente pelo local. “Se eu não tomar cuidado, posso cair, o que é complicado na minha idade”, comenta. A doméstica Nara Monte, frequentadora do comércio local, reclama da quase ausência de passeio público em frente às lojas localizadas na Avenida Norte. “No lugar de calçadas, fizeram batentes. Isso é um absurdo”, critica.

MENDICÂNCIA

Já os moradores de rua se espalham por vários pontos do largo e vivem ao relento. Dividem o espaço com os milhares de pedestres que circulam por ali, diariamente. “A gente fica aqui porque é perto do merca-

vimento é bem melhor”, diz Elaine Cordeiro, 30 anos, dona de uma banca de roupas. Segundo Marcos Aurélio, fiscal da Secretaria de Mobilidade Urbana da Prefeitura do Recife, os comerciantes foram retirados da praça principal do largo para facilitar a circulação de pedestres. “A situação já foi pior. Estamos organizando aos poucos. Existem projetos na Secretaria de Mobilidade para acomodar os feirantes que ainda estão do lado de fora”, garante.

Dentro do mercado existe um galpão com 16 boxes destinados aos feirantes, mas o espa-

ço é mais fácil conseguir comida”, diz Andreza Nascimento, 22, que vive há dois anos na calçada da Rua Amaro Coutinho com o marido, Alisson de Souza, 21, e a cadela Mainha, num colchão estendido no chão, do qual os transeuntes precisam desviar. Tubos de cola de sapateiro tomam a calçada com os poucos utensílios do casal, como garrafas de água e potes de xampu. “A gente usa mais cola mesmo, mas a pedra (crack) rola solta por aqui”, revela Alisson, visivelmente entorpecido e isso às 9h de ontem.



CENAS VERGONHOSAS Buracos dificultam a vida dos pedestres na Avenida Norte. A feira livre deixa rastro de lixo e o largo foi ocupado por dezenas de mendigos

- **Título:** Aids está mais perto dos excluídos

Jornal e data de publicação: Jornal do Commercio de 01 de dezembro de 2014

Aids está mais perto dos excluídos

Trinta e um anos depois do registro do primeiro caso de aids em Pernambuco, o desafio é levar prevenção, diagnóstico e tratamento a populações mais excluídas. "Os municípios precisam desenvolver estratégias que alcancem quem não chega ao posto de saúde, como a população de rua, prisioneiros, travestis e usuários de droga", defende François Figueiroa, coordenador do Programa Estadual de Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids. Hoje, Dia Mundial de Luta Contra a Aids, haverá testagem rápida e gratuita no Pátio do Carmo, no Centro do Recife.

Por ano, em média, 1.500 novos casos da doença são diagnosticados no Estado e 500 soropositivos morrem em razão da doença. Embora o teste do HIV esteja disponível em várias regiões do Estado e a prevenção seja foco da atenção básica, grupos específicos não têm acesso às ações tradicionais do SUS. Daí, segundo François Figueiroa, a necessidade de pensar modelos criativos, de abordagem e acolhimento dos grupos mais vulneráveis.

Uma ação com financiamento federal, o Consultório de Rua, é uma alternativa, mas adotada ainda numa minoria das cidades. Segundo François, no último ano o número de municípios pernambucanos com incentivo para implementar as ações do programa cresceu de 17 para 32. A esperança é ampliar a testagem e conscientizar os sexualmente ativos a usar preservativos.



ALERTA François Figueiroa defende estratégias para populações de rua e usuários de droga

Dos 1.537 casos de aids diagnosticados em 2013 no Estado, 949 eram homens e 588, mulheres. Agora em 2014, 467 pessoas do sexo masculino e 303 do sexo feminino descobriram a condição de portadores do vírus da aids. O diagnóstico precoce aumenta as chances de sobreviver com qualidade. "O tratamento preconizado pelo Ministério da Saúde autoriza o uso de antivirais mesmo quando as células de defesa não apresentam baixa", explica Figueiroa.

que vão fazer o teste de es-carro", lembra.

CAMPANHA

O Programa Estadual de DST/Aids e a Secretaria de Trabalho, Qualificação e Emprego distribuirão três mil camisinhas e folders na agência de Empregos da Rua da Aurora, também no Recife hoje. Por mês, a Secretaria Estadual de Saúde disponibiliza para os municípios 1,5 milhão de preservativos. Na atual campanha haverá cota extra de 450 mil, além de 192 mil folders, 37 mil cartazes, 75 mil portacartão de gestante, para prevenção da transmissão vertical de HIV, e 20 mil cartazes "Alô, Doutor", de estímulo à testagem e diagnóstico precoce da enfermidade. No momento há 31 Serviços de Atenção Especializada (SAE), geridos pelos municípios. Casos graves são acompanhados nos hospitais Correia Picango, das Clínicas, Oswaldo Cruz e Imip.

No Dia Mundial de Luta, teste gratuito estará disponível no Centro do Recife

Ele chama a atenção ainda para a persistente transmissão vertical, ou seja, passada da mãe para o bebê durante a gestação e parto. O fato reflete falhas no pré-natal, quando a mulher deve ser testada e garantido o tratamento. Outro problema é o impacto da coinfeção aids-tuberculose. Figueiroa lembra que 11% dos casos de aids são pessoas que também têm a doença pulmonar. "Pessoas com suspeita de tuberculose devem ser orientadas a fazer o teste do HIV na mesma ocasião em

A ONG Grupo de Trabalhos em Prevenção Posithivo realiza também hoje testagem voluntária na Praça da Independência, das 19h às 22h, em lembrança ao Dia Mundial de Luta Contra a Aids. Clientes da Cozinha Solidária da instituição terão a oportunidade de aprender a cozinhar junto a pessoas vivendo com HIV e Aids e no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco haverá teatro e lançamento de um projeto para jovens e adultos.



- **Título:** Loucura ganha tons dramáticos com o abandono das ruas

Jornal e data de publicação: Diário de Pernambuco de 21 de março de 2016.

COMPORTAMENTO

Loucura ganha tons dramáticos com o abandono das ruas

No Recife, 161 pessoas com transtorno mental vagam pelas vias públicas. Problema se estende por outros municípios da Região Metropolitana

Notícia

Por: Marcionila Teixeira
Publicado em: 21/03/2016 18:16 Atualizado em: 23/03/2016 16:32

Ela é Ana *. A moradora de rua com transtorno mental. Costuma apanhar objetos avistados no chão. Junta tudo. Principalmente as bonecas abandonadas. Tem três. No pulso, usa um relógio amarelo danificado que não lhe permite ver o passar das horas. É manhã de um dia quente e Ana, 22 anos, dorme ao lado do companheiro, Francisco * 55. Ana é abandono, invisibilidade. Como ela, a Prefeitura do Recife calcula 161 pessoas com transtorno mental em situação de rua na capital. O número representa 16% do total de pessoas em mendicância na cidade. Geralmente são indivíduos rejeitados pelas famílias.

Sem acompanhamento médico especializado, Ana sobrevive à própria sorte. Não usa medicação. Quando quer, ingere bebida alcoólica, geralmente cerveja, algo que pode comprometer ainda mais sua doença mental. "A prefeitura nunca esteve por aqui. Já faz dez anos que estou sem casa, vivendo nas ruas. Conheci Ana há oito anos pedindo dinheiro em Boa Viagem", diz Francisco. Ana era menor de idade e circulava sozinha. Segundo seu parceiro, sofria violência física do pai. O endereço do casal é a Rua Henrique Dias, no Derby, onde ele toma conta de carros. Mesma via do Memorial Dom Helder, conhecido como amigo dos pobres.

A psicóloga Brena Leite é coordenadora do Consultório na Rua, serviço da PCR especializado no atendimento médico do chamado povo de rua. Geralmente, conta Brena, essas pessoas têm tuberculose, hanseníase, além de feridas e Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs).

Identificados, os casos de transtorno mental são encaminhados para os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) da capital. "É importante dizer que essas pessoas não podem ser retiradas das ruas como se fôssemos interná-las à força. Em muitos casos elas podem ser tratadas na própria rua. A regra é a mesma para toda pessoa com doença mental. A internação deve ser breve e em momentos de crise". O atendimento também pode acontecer no Hospital Ulysses Pernambucano.

João * tem nós nos cabelos impossíveis de pentear. Sua barba branca está crescida. As mãos, cobertas por sacos plásticos, têm unhas compridas e sujas. Seu corpo está sem banho há dias. Exala um cheiro forte de urina e suor. Aos 70 anos, circula sozinho há 48 anos nas imediações da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Desde então, sua condição de sobrevivência nunca mudou. Já foi cumprimentado por gerações de alunos, funcionários e comerciantes do lugar. Apesar de seu grave estado de abandono, também é invisível para outros tantos. João passa os dias varrendo trechos da via pública. Os sacos servem para pegar no dinheiro. Aos 16 anos, conta ter sido deixado pelo pai em um juizado do Recife porque era muito "fujão".

A violação dos direitos das pessoas com transtorno mental nas ruas tende a ser maior que a sofrida por outros moradores de rua. Valéria Monteiro, gerente de proteção social especial de média complexidade da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, diz que dos 161 doentes, 57 estão em abrigos do Iasc. "Muitos são apenas suspeitos de terem o comprometimento mental, pois nem sempre conseguimos o diagnóstico dos médicos dos Caps por conta da demanda alta. E isso prejudica o tratamento e a garantia de direitos. Nos abrigos, vivem junto com outras pessoas exatamente para proporcionar a convivência. Na prática, temos grandes problemas, com abrigamentos sem êxito, já que as pessoas não são trabalhadas para respeitar essas diferenças", pontua. As fugas sempre são registradas.



161

pessoas com transtorno mental vivem em situação de rua na capital



16%

do total de pessoas em mendicância na cidade têm transtorno mental



57

estão em abrigos do Iasc

fonte: Prefeitura do Recife

Share

Infogram

Abandono é cultural

Desde 2001, a Lei Antimanicomial (Lei 10.2016) busca o fim de um modelo baseado em asilamento e segregação em hospitais e o resgate da família das pessoas com transtorno mental. Com o fechamento de leitos psiquiátricos, muitos pacientes voltaram para casa e outros foram encaminhados para residências terapêuticas, onde ficam acolhidas no máximo nove pessoas cujo laço familiar não foi resgatado. "Infelizmente, no entanto, o abandono dessas pessoas é cultural", destaca Valéria Monteiro.

Mário * tem cerca de 50 anos e fala curta. Vez por outra, costuma conversar "em outra língua" palavras incompreensíveis. Os poucos dentes estão apodrecidos e a pele está escura em virtude do acúmulo de sujeira. Mário ri e posa para fotos. "Quem ajuda ele é a gente mesmo. Nunca vi ação da prefeitura por aqui. Perto do final do ano, a vizinha dá banho, corta o cabelo e a barba", conta Marinaldo Albuquerque, comerciante e morador do Janga, em Paulista. No bairro, conta, tem pelo menos mais três pessoas nas mesmas condições circulando nas ruas, sem qualquer atendimento médico.

A Prefeitura de Paulista informou que existe abordagem a essas pessoas por parte de equipes da Secretaria de Políticas Sociais para posterior localização de familiares ou encaminhamento aos Caps. Em caso de orientação sobre como fazer para ajudar um morador de rua com transtorno mental no município, a população pode ligar para o Creas Centro (3437.2986, funciona de 2ª a 6ª, das 7h às 16h) ou para o Caps Teresa Noronha (3438.9893, com funcionamento 24 horas).

(*) todos os nomes são fictícios

- **Título:** Os lírios não nascem da lei.

Jornal e data de publicação: Diário de Pernambuco de 14 de julho de 2017.

